

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

IVO DOS SANTOS FARIAS

**DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA NO NÚCLEO FABRIL DE FERNÃO  
VELHO/AL (1953-1962)**

Maceió

2012

IVO DOS SANTOS FARIAS

**DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA NO NÚCLEO FABRIL DE FERNÃO  
VELHO/AL (1953-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Alice Anabuki Plancherel

Maceió

2012

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**

F224d Farias, Ivo dos Santos.  
Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL  
(1953-1962) / Ivo dos Santos Farias. – 2012.  
115 f. :il.

Orientador: Alice Anabuki Plancherel.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 111-115.

1. Dominação patronal. 2. Resistência operária. 3. Fernão Velho  
(Maceió/AL). I. Título.

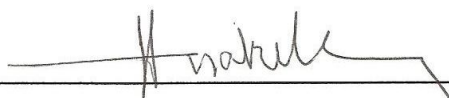
CDU: 316.344.2

**DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA NO NÚCLEO FABRIL DE FERNÃO  
VELHO (1953-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial  
para obtenção de Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Alice Anabuki Plancherel

**BANCA EXAMINADORA**



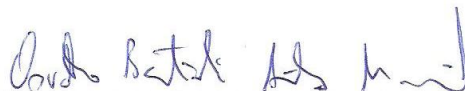
---

**Orientador Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice Anabuki Plancherel**



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Yone Stroh**



---

**Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel**

Aprovada em 25 de janeiro de 2012.

Dedico a meu filho (Murilo),  
por tudo que me tem ensinado.

## AGRADECIMENTOS

A todos que depositaram pitadas de conhecimento, experiência e sugestões neste trabalho. Às forças da natureza por me proporcionar energia e inspiração. Meus fidos agradecimentos ao meu pai pelas diversas indicações, e à minha mãe pelo constante estímulo. À minha esposa pela paciência, compreensão e trocas de ideias.

À minha orientadora pela confiança, dedicação e valiosas sugestões durante todo o processo de construção desta dissertação. A meus companheiros e amigos de turma pelas discussões e vivência durante o período do mestrado.

Ao professor Golbery Lessa, por ter gentilmente cedido riquíssimo material de pesquisa, além de informações e inquietações contidas neste trabalho.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e à Associação Comercial de Maceió pelo fornecimento de fonte primária. Aos operários entrevistados pela atenção, gentileza e as constantes pistas que me forneceram.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas por ter proporcionado bolsa de pesquisa durante os 2 (dois) anos de realização da pós-graduação.

A meus amigos, Denisson, Janaína, Gustavo, Lisandra, Glória, dentre outros, que de forma direta ou indireta, contribuíram para este trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação analisa os métodos de controle patronal e a resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho, pertencente à Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem (maior indústria têxtil do Estado de Alagoas, entre as décadas de 1940 e 1960, sob a gestão do grupo Othon Bezerra de Mello), situada na periferia da cidade de Maceió-AL. O trabalho apresenta o processo de implantação e desenvolvimento da indústria têxtil em Alagoas, situando a Fábrica Carmen (em suas diferentes gestões) dentro deste panorama. A organização dos trabalhadores em casas alugadas pela fábrica, a promoção de assistências e demais ocupações da vida extra-trabalho do operariado estão aqui ressaltados como importantes aliados da dominação patronal. Em contrapartida à propaganda de bom tratamento para com a classe trabalhadora (feita massivamente pelos industriais), este estudo expõe as reais condições de vida e trabalho e salienta o papel do Partido Comunista Brasileiro como organismo de formação e resistência da classe operária. Finaliza com a análise sobre a greve de três dias, lideradas pelas tecelãs, em 1962.

**Palavras-chave:** Dominação Patronal. Resistência Operária. Fernão Velho (Maceió/AL)

## ABSTRACT

This dissertation analyze the method of the employer's control and the workers resistance on factory core in Fernão Velho, belonging to Carmen's Spinning and Weaving Factory (The biggest textile industry on State of Alagoas, between 1940 and 1960, managed by Group Othon Bezerra de Mello) situated on outskirts of the Maceió City, on State of Alagoas. This research shows the implementation and development process of textile industry in Alagoas, locating the Carmem Factory within this panorama (on its different administration). The stay in leased houses by factory, implementation of assistance between others occupations of life outside work of workers were shown here with important forms of the employer's dominations. This study exposes the real conditions of life of the workers compared with a propaganda of treating workers well (which was held heavily by employers), highlighting the role of the Brazilian Communist Party as an organization and deformation resistance of the working class. This study ends with a analyze the three-day strike, led by weavers in 1962.

**Keywords:** Employer Domination. Workers Resistence. Fernão Velho (Maceió/AL)



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Produção Industrial Têxtil De Alagoas .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 2 – Vista Aérea De Fernão Velho.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 3 – Casas Da Gerência Da Fábrica Situadas Na Parte Central Do Núcleo     Fabrill De Fernão Velho .....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 4 – Casas de Operários de Fernão Velho I.....</b>	<b>74</b>
<b>Figura 5 – Casas de Operários de Fernão Velho II .....</b>	<b>74</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 FÁBRICA CARMEN DE FERNÃO VELHO: PARALELOS COM A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL</b> .....	15
2.1 Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil .....	15
2.2 Implantação da indústria têxtil em Alagoas.....	24
2.3 União Mercantil: gestões anteriores ao grupo Othon .....	29
2.4 Gestão do grupo Othon: a Fábrica Carmen .....	33
<b>3 O NÚCLEO FABRIL DE FERNÃO VELHO</b> .....	39
3.1 O núcleo fabril e a lógica capitalista .....	39
3.2 O isolamento espacial e social de Fernão Velho .....	49
3.3 Contrapontos ao isolamento de Fernão Velho .....	55
3.4 A promoção de serviços sociais .....	61
3.5 Cotidiano e moradia: a sistematização da reprodução da força de trabalho .....	70
3.6 As festas e o lazer como elementos de controle patronal.....	77
<b>4 ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS: RESPOSTAS ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO</b> .....	83
4.1 Relato sobre as condições de vida operária no núcleo fabril de Fernão Velho .....	85
4.2 Atuação comunista em Fernão Velho (1953-1962) .....	89
4.3 Senado: um espaço extra-institucional .....	98
4.4 A Greve de 1962 .....	100
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110

## 1 INTRODUÇÃO

Na última década tem-se intensificado as abordagens a respeito da industrialização e do movimento operário em Alagoas. Estudiosos e pesquisadores como Osvaldo Maciel, Golbery Lessa, Fernando Medeiros, Alberto Saldanha, Geraldo de Majella, Airton Souza, Anderson Vieira, dentre outros, têm se preocupado com questões concernentes às organizações e movimentos dos trabalhadores urbanos nas regiões de Rio Largo, Fernão Velho, Saúde (Ipióca-Maceió), Jaraguá (Maceió), Delmiro Golveia etc. Além destes, temos as obras (clássicas) de Dirceu Lindoso e Sávio de Almeida, que deram pontapé inicial para a formação da relativa amplidão de estudos referentes ao tema.

Todavia, é importante salientarmos que boa parte das indústrias do mundo (principalmente entre meados do século XIX e quase todo o século XX), se construiu apoiada no controle da vida extra-trabalho do proletariado. Controle esse, dado através do fornecimento de moradia, lazer, assistência social etc., a fim de melhor conter e fixar a força de trabalho, para obter desta maior rendimento durante a produção, evitar conflitos, epidemias etc. (CORREIA, 1998). O que nos interessa neste trabalho é analisar esta manutenção da força de trabalho não pelo Estado capitalista, mas sim pela iniciativa privada do patronato.

Ou seja, esta dissertação buscará estudar a política de dominação patronal no núcleo fabril da Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S.A.<sup>1</sup>, localizado em Fernão Velho, periferia de Maceió (a mais próspera e antiga indústria têxtil da então província de Alagoas e uma das primeiras fábricas têxteis do Brasil, fundada em 1857), durante a gestão do grupo Othon Bezerra de Mello.

Em contrapartida à dominação, examinaremos as organizações da classe trabalhadora, enquanto práticas de resistências para com as condições de vigilância e exploração na qual esteve colocada, fechando nosso recorte temporal entre meados da década de 1950 até 1962.

Deste modo, este trabalho busca preencher a lacuna concernente à especificidade do estudo sobre os métodos de controle patronal extra-trabalho no núcleo fabril de Fernão Velho, pois os trabalhos de autores alagoanos até então publicados estão bem mais direcionados à política partidária, aos movimentos sociais, à repressão policial etc. Nosso objetivo é

---

<sup>1</sup> Em 1943, esta fábrica passa a pertencer ao grupo Othon Bezerra de Mello.

acrescentar a análise sobre o tipo de arregimentação dada à classe trabalhadora dentro do núcleo fabril, apresentando a exploração, a vigilância e a repressão indireta e cotidiana sobre o trabalhador, para, a partir daí, expormos as práticas de resistência enquanto respostas às condições de vida e trabalho.

Dentre as doze fábricas têxteis instaladas no estado de Alagoas<sup>2</sup>, escolhemos a Fábrica Carmen de Fernão Velho, pelo fato de que entre meados da década de 1940 e início da década de 1960 esta indústria chegou a abrigar o maior número de trabalhadores (cerca de 5.000); possuiu a maior produção têxtil do Estado; teve importante peso político e social de seu proletariado; e seu grupo empresarial representava poder político e econômico diferente dos demais grupos de fábrica têxtil de Alagoas. Isto é, o grupo Othon tinha empresas em vários setores (hidroelétrico, canavieiro e hoteleiro) e em várias regiões do país, o que dava maior mobilidade a seu capital. Junto a isso, a escolha pelo núcleo fabril de Fernão Velho se deu por conta da maior possibilidade de acesso às fontes escritas e orais.

Uma outra preocupação esteve em apresentar como esta classe operária reagiu e/ou respondeu ao tipo de tratamento que lhes foi dado pelos industriais, ou seja, dialogaremos com a atuação comunista entre os trabalhadores enquanto mola propulsora para a reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho, contradizendo a propaganda de bom tratamento da classe trabalhadora, feita massivamente pelos industriais através das festas, das limpezas e pinturas das casas e espaços públicos, da organização de grupos de escoteiros, times de futebol, basquetebol, entre outros.

Usamos como fontes primárias o trabalho Trama da Memória, Tecitura (sic) do Tempo: Registro das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL, de coordenação de Golbery Lessa e Analice Dantas Santos, realizado em 2008. Neste registro constam 11 DVDs, sendo 10 com entrevistas com trabalhadores aposentados da Fábrica Carmen (das quais utilizamos 6 em nosso estudo) e 1 DVD contendo Livro de Atas do Sindicato de Fernão Velho (1953-63), Relatórios Anuais das Fábricas Têxteis de Alagoas (1912-55), edições do jornal comunista *A Voz do Povo* (1954-64), Iconografia do Sindicato de Fernão Velho e fotos das famílias operárias. Este registro nos serviu como principal fonte

---

<sup>2</sup> Dentre as indústrias têxteis alagoanas tivemos duas em Pilar, uma em Penedo, duas em Rio Largo, uma em Piaçabuçu, duas em São Miguel dos Campos, uma em Água Branca (Pedra) e quatro em Maceió.

primária de pesquisa, tanto pela riqueza de seus detalhes como por seu ineditismo. O conjunto documental nos foi gentilmente cedido por Golbery Lessa.

Acrescentamos três entrevistas com operários aposentados da Fábrica Carmen. Quanto às fontes em jornais, pesquisamos alguns Relatórios das Fábricas Têxteis (1956-63) contidas no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*. Além destes, consultamos as publicações do *Jornal de Alagoas* (1962) e da *Gazeta de Alagoas* (1962), sendo todos esses encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Também tivemos acesso ao *Boletim da Associação Comercial de Maceió*, no qual encontramos o Movimento Industrial Algodoeiro de Alagoas (1949-59), estando esses documentos sob guarda da Associação Comercial de Maceió.

As fontes fílmicas também tiveram espaço, uma vez que utilizamos a obra *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), dirigido pelo fotógrafo e cineasta Celso Brandão; e o filme *Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos*, produzido pela Meridional Filmes.

Por várias vezes tentamos acessar os possíveis acervos contidos nas instalações da Fábrica Carmen<sup>3</sup>, porém foram negados e/ou inúmeras vezes adiados pelos representantes da mesma.

Neste meio, as fontes orais nos abriram importantes inquietações quanto às reais condições de vida dos operários, ao mesmo tempo em que nos fez perceber de que maneira a dominação e a resistência estiveram implícitas em suas falas. O livro de atas das reuniões sindicais e o jornal *A Voz do Povo* foram fundamentais para visualizarmos as movimentações e as organizações dos trabalhadores, bem como o posicionamento destas últimas frente a representatividade política da classe trabalhadora.

O filme sobre as fábricas de Rio Largo (AL) e os Relatórios Anuais das Fábricas nos forneceram importantes dicas quanto à propaganda de um suposto bom tratamento da classe trabalhadora; ao mesmo tempo em que nos fez perceber o planejamento e sistematização da busca pelo controle cotidiano dos industriais sobre os operários.

Desta forma, seguimos a linha metodológica materialista histórica e dialética, porque em nossa concepção o processo histórico que desembocou na formação de nosso objeto de estudo (o controle patronal e a resistência operária) foi dado pelas condições materiais de

---

<sup>3</sup> Esta Fábrica parou seu funcionamento desde janeiro de 2010.

existência, as quais formaram o conjunto das relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Utilizamos esta metodologia em razão de compreendemos que as motivações que levam os indivíduos a se identificarem enquanto membros de um mesmo grupo perpassam pelas condições de classe social em que estão colocados. A história destes operários toma uma dimensão que não é escolhida por eles, mas que são herdadas de um passado e que se fundamenta num presente em que eles dialogam e interferem na sociedade com as ferramentas herdadas de seus antepassados (MARX, 2008).

A luta de classes fundamenta a realização da lógica deste trabalho, porque a nosso ver, são os interesses antagônicos que movimentam a história. No caso do sistema capitalista, para o burguês (ou seja, o possuidor do capital e das condições materiais necessárias à produção) interessa a intensificação e ampliação de seus lucros e de seu capital e para que ele obtenha estes privilégios, outros indivíduos (a classe trabalhadora, vendedora da força de trabalho) deve se sacrificar para manter e ampliar tais riquezas.

Contudo, nos momentos de crises do sistema ou da produção, o capitalista intensifica ainda mais sua exploração sobre a classe trabalhadora e esta se vê obrigada a rever sua posição, passando a investigar sua condição e seus direitos. Nestas circunstâncias, busca reivindicar contra sua situação de miséria e de classe explorada. É neste contexto que costumam surgir maiores movimentações de trabalhadores. As instituições que os representam passam a sair da dormência e a classe trabalhadora busca meios de lutar contra quem ou o que está lhe sacrificando.

Por isso, fechamos nosso trabalho analisando a greve de 1962, que se deu por iniciativa das tecelãs, após terem sido obrigadas a trabalhar com seis teares, em vez de quatro (como era comum), sem aumento salarial por conta disso. Esta greve parou a fábrica por três dias, teve quatro operárias presas e vários operários interrogados.

Nosso trabalho está sistematizado com os seguintes capítulos: a Fábrica Carmen de Fernão Velho (Maceió-AL): paralelos com a indústria têxtil nacional; o núcleo fabril de Fernão Velho; e as organizações operárias: respostas às condições sociais. Estes três capítulos, portanto, compõem nossa organização lógica da formação, desenvolvimento e conflitos de classe neste núcleo fabril.

## **2 FÁBRICA CARMEN DE FERNÃO VELHO: PARALELOS COM A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL**

### **2.1 Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil**

O processo de desenvolvimento da grande indústria, sob o modo de produção capitalista, surgiu na Europa por volta da segunda metade do século XVIII, a partir da Revolução Industrial Inglesa. A base técnica e material em que se apoiou<sup>4</sup> este sistema lhe possibilitou um sólido e consistente aprimoramento de seu método de produção industrial, o qual teve como centro dispersor a Europa Ocidental (principalmente a Inglaterra), trazendo em si transfigurações radicais sobre a dinâmica de sua e das mais longínquas sociedades, pois ele estabeleceu um amplo mercado mundial para escoamento de sua produção e para obtenção das matérias-primas.

Através destas transformações, houve o assentamento de novas feições e configurações sobre a política, a economia, os transportes, os meios de comunicação e, principalmente, acentuou-se cada vez mais os antagonismos entre suas classes sociais (burguesia e proletariado<sup>5</sup>) (MARX, 2003).

A lógica que este novo conjunto de elementos passou a ocupar dentro de sua produção, circulação, troca e consumo, derivados do constante crescimento do mercado e da incessante aquisição de aumento de demanda por seus produtos, acabou por criar e ampliar o sentido e a necessidade de ininterrupta prosperidade técnica e tecnológica (tanto nos instrumentos e meios de produção de mercadorias, como nos mecanismos de administração da classe industrial sobre sua força de trabalho<sup>6</sup>).

---

<sup>4</sup> É importante salientar que o êxito da Revolução Industrial Inglesa se deu, entre outros fatores, pelo fato de ter sido construída “sobre um importantíssimo parque manufatureiro já existente, pelo menos desde o século precedente” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 26), o que lhe possibilitou uma base material e cultural que lhe preparasse para a industrialização, pois a máquina na verdade representa a junção das simples forças combinadas para a realização de cada parte da manufatura. Como diria Marx (1985b, p. 7) “cada máquina constitui-se daquelas potências simples, como quer que estejam transvestidas e combinadas”.

<sup>5</sup> Segundo Marx, a época da burguesia se distingue das anteriores pelo fato de ter simplificado os antagonismos de classe, dividindo a sociedade em duas diferentes classes (burguesia e proletariado), as quais se opõem frontalmente, pois “aglomerou populações, centralizou meios de produção e concentrou a propriedade em algumas poucas mãos” (MARX, 2003, p. 16). Isto não significa que nas épocas anteriores não houvesse antagonismos entre as classes sociais, mas que o capitalismo intensifica estas relações.

<sup>6</sup> Este desenvolvimento dos métodos de organização da força de trabalho tanto pode ser visto de forma direta - através da legalização e controle das leis de trabalho, onde o industrial coloca seus interesses como os interesses dominantes -; quanto indiretamente, quando os capitalistas passam a organizar e gerir a vida fora da produção, para que lhe renda melhor durante a produção, como veremos posteriormente.

Gerou-se assim uma nova divisão internacional do trabalho, marcada pela expansão do vapor e das máquinas, empurrando, cada vez mais, os diversos setores das mais variadas nações a acompanharem seus métodos, os quais firmaram um mercado de intercâmbio mundial entre as diferentes regiões, denotando a partir destas circunstâncias, que “no lugar da antiga reclusão e auto-suficiência local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações” (Ibid., p. 15).

Como resultado deste novo processo de internacionalização do modo de produção capitalista, as relações entre os diferentes povos do mundo passaram a estar dependentes do estado de aumento de sua força produtiva, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno, porém a posição que cada nação ocupa em relação às demais é mostrada de maneira mais nítida através do estágio de divisão do trabalho dentro de cada país (ENGELS; MARX, 1977).

Esta condição em que o mercado internacional passou a percorrer, salientou a relação de domínio de algumas nações sobre outras, aumentando-se veementemente, em panorama mundial, uma clara distinção entre as nações industrialmente mais desenvolvidas (centro) e as nações industrialmente menos desenvolvidas (periferia), mantendo-se, desta maneira, um forte aumento de centralização de poder político e econômico do centro sobre a periferia.

Tal fator fez com que potências industrializadas da Europa Ocidental<sup>7</sup> criassem os mais variados mecanismos para dificultar ou impedir a instalação de indústrias em outras regiões do globo, tal como se evidencia no alvará de 05 de janeiro de 1785, estabelecido pela Inglaterra, o qual obrigou a coroa portuguesa à proibição da produção de tecidos de algodão na colônia brasileira, fazendo com que se permitissem apenas pequenas fabricações de vestimentas para o uso e o vestuário da população pobre.

Desta forma, a Europa industrial, ao mesmo tempo em que necessitava alcançar e ampliar mercados para dar vazão à sua crescente produção de mercadorias, também precisava cada vez mais de matérias-primas para reabastecer constantemente a sua produção.

Nestas condições, à América Latina transpõe-se a função de peça articuladora entre o abastecimento e o consumo da indústria inglesa, pois tanto ela estava colocada na situação de produtora e exportadora de matéria-prima para a Europa (devido à tradição de sua economia dominada pela agricultura, pelo comércio e pela mineração, e à sua condição de colônia ou

---

<sup>7</sup> Na segunda metade do século XIX, os Estados Unidos da América entram para o domínio da política econômica industrial do mundo, devido à velocidade e consistência de seu processo de industrialização.



recentemente ex-colônia das metrópoles europeias), como se situava na situação de importadora de produtos manufaturados da Europa: “[...] e os países latino-americanos transformavam-se, assim, em aros da grande roda da economia mundial, cujo eixo era a Europa Ocidental” (STEIN, 1979, p. 19).

Apesar de todos os empecilhos criados pelas nações política e economicamente dominantes, alguns países latino-americanos começaram a encarar suas potencialidades para o progresso industrial, pois eles perceberam que não era muito lucrativo estar sempre a mercê de vender suas matérias-primas e recebê-las de volta em forma de produtos industrializados da Europa.

Em meados do século XIX, passaram a ousar – mesmo timidamente – a experiência da industrialização em seu território (inicialmente para abastecimento interno), tendo os primeiros ensaios brasileiros como carro-chefe. É importante salientar que apesar de, neste século (XIX), a indústria brasileira – ou da América Latina em geral – não ter conseguido grandes progressos<sup>8</sup>, foi ele quem lançou as bases para sua expansão e desenvolvimento durante o século posterior (Ibid., 1979).

Nestas circunstâncias, os capitais, empréstimos e/ou as empresas que financiaram a industrialização brasileira em fins do século XIX são predominantemente estrangeiros, com destaque para a Inglaterra, que, por ter liderança marcante no advento do capitalismo “[...] e os laços históricos de dependência que uniam o Brasil a ela desde a época em que era colônia de Portugal, explicam por que o capital britânico predominou mais intensamente nesses investimentos externos” (TENÓRIO, 1996, p. 23). É a partir desta época que o Brasil funda suas primeiras indústrias<sup>9</sup>.

Porém, este processo se dá de forma bastante lenta em comparação aos procedimentos e à velocidade dados pelas grandes potências mundiais em seu desenvolvimento industrial, pois enquanto em 1866, o Brasil possuía apenas nove estabelecimentos de fabricação têxteis, os Estados Unidos da América, no mesmo período, já haviam alcançado o número de 1.000 fábricas deste tipo (SIMONSEN, 1973).

---

<sup>8</sup> Durante o século XIX, o investimento maior no Brasil estava na exportação agrícola para os países industrializados.

<sup>9</sup> Em sua maioria têxteis, porque havia uma demanda no mercado por tecidos para fabricação de roupas para escravos e trabalhadores livres pobres, e de sacos para ensacar açúcar e/ou café, dependendo da região.

Ou seja, no tempo em que o Brasil vinha experimentando de forma bastante acanhada e receosa a formação de suas primeiras indústrias, as nações política e economicamente dominantes da época já se situavam numa posição de profundo amadurecimento sobre o modo de produção capitalista e em sua desenvoltura industrial, bem como sobre as práticas políticas nas relações entre suas principais classes sociais (burguesia e proletariado<sup>10</sup>) (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Isso representa que, ao estudarmos as relações entre classes sociais na indústria no modo de produção capitalista brasileiro, temos que levar em consideração o fato de este processo ter sido alicerçado, axiomáticamente, em condições históricas próprias. De forma diversa da Europa, a industrialização brasileira fundamenta seus primeiros alicerces dentro da escravidão, num momento em que este território era ainda Imperial (sob o mando de um rei português, por ora subjugado aos poderes da Inglaterra) e sob o predomínio da economia de *plantation*, principalmente na região de São Paulo<sup>11</sup>.

Entendemos que estes fatores dificultaram bastante o movimento de instalação e ampliação da indústria no Brasil: estes trâmites, no entanto, se dão tanto pelas dificuldades dadas por suas condições históricas internas, como (dialeticamente) por sua posição de nação periférica no contexto internacional, onde serão colocados os mais variados obstáculos pelos países dominantes para seu desenvolvimento.

A industrialização brasileira só passará a ter um aumento quantitativo e qualitativo a partir dos anos de 1885 a 1895, quando terá o seu denominado “primeiro grande surto industrial”, o qual serviu como forte alavanca de acumulação de capital para o período de seu posterior crescimento industrial (principalmente o setor têxtil).

Esta fase, se caracteriza por coincidir com um momento de grande prosperidade da economia mundial, porque

O barateamento do ferro e do aço pelos grandes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria metalúrgica, na Europa e nos Estados Unidos, a nova política imperial de fomento a várias indústrias, o advento da tarifa Belzário, a primeira, talvez, que teve alguma tonalidade protecionista, a

---

<sup>10</sup> Estes detalhes são importantes, pois nos fazem visualizar as condições sobre as quais se dará o processo de industrialização brasileiro em comparação às situações encontradas em outros locais do globo.

<sup>11</sup> O predomínio da agricultura de *plantation* sulina se dá com o *boom* do café para exportação no século XIX.

prosperidade da cultura cafeeira, concorreram, principalmente, para a eclosão desse primeiro surto industrial (SIMONSEN, 1973, p. 20)<sup>12</sup>.

Durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), as grandes potências europeias (em guerra) deixaram de exportar produtos para o Brasil. Este fato forçou à construção de uma variedade de pequenas indústrias para prover mercadorias ao mercado interno brasileiro (agora em crescente necessidade de abastecimento).

Este impulso (derivado de uma inevitabilidade histórica), todavia, criou as condições para o surgimento de 5.936 estabelecimentos industriais nos anos da Primeira Guerra Mundial, o que fez com que não só o período da Guerra como o pós-Guerra alicerçassem a indústria brasileira.

Mesmo tendo certo recuo no início dos anos 1930, devido ao impacto da Grande Depressão, onde principalmente os países dependentes se tornaram os maiores prejudicados, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com um parque industrial relativamente consolidado (devido à herança obtida nos anos da Primeira Guerra Mundial) e com o amadurecimento das relações industriais obtidas nas experiências anteriores, a indústria brasileira passa por uma nova fase de desenvolvimento de sua industrialização e de expansão de sua produção.

Segundo Candal (1977, p. 243), “[...] entre 1939 e 1946 a indústria [brasileira] aumenta seu produto em 60%, o dobro do crescimento do produto global, enquanto as importações e exportações decresceram até 1945” . Isso fez a economia nacional perceber que o seu crescimento econômico não precisava estar vinculado necessariamente às exportações. Daí passou a investir no mercado interno.

Roberto Simonsen (1977) afirma que os anos de 1914 a 1938 correspondem ao tempo transcorrido de maior evolução da industrialização brasileira, tanto que ao se terminar as guerras, o Brasil possuía 13.336 estabelecimentos industriais, empregando mais de 300.000 pessoas. As indústrias têxteis e alimentícias representavam mais de 50% da produção nacional.

---

<sup>12</sup> Aqui o autor trata da tarifa Belzário de Sousa, de 1887, a qual é “[...] abertamente protecionista, tratando de reduzir as taxas sobre as matérias-primas necessárias às indústrias nacionais e discriminando os gêneros de produção semelhantes aos brasileiros, mas as oscilações cambiais também são significativas no período” (ALMEIDA, 2001, p. 160).

Portanto, mesmo estando sob a lógica do modo de produção capitalista, herdado da Europa, o qual se cria dentro do segredo da extração da mais-valia do trabalhador, é imprescindível o conhecimento destes pressupostos históricos para compreendermos como posteriormente irá se caracterizar a identidade de classe, os tipos de organizações e o cotidiano, tanto do proletariado como da classe burguesa industrial brasileira, nas mais diferentes regiões e sub-regiões do país, as quais se apresentarão, obviamente, de maneira bastante distinta (em alguns aspectos) da realidade traçada pelos grandes centros industriais europeus.

Além das diversas variações históricas, políticas e culturais que já separam o Brasil das nações com predomínio técnico industrial, devemos entender que estas diferenças se enfatizam pelo fato de a industrialização brasileira não ter se dado acompanhada de revoluções e de rupturas radicais para com a política e a economia dos antigos setores (ou sistema), tal como ocorreu na Europa (com a Revolução Francesa de 1789 e a própria Revolução Industrial do século XVIII). Pelo contrário, aqui o processo de industrialização e seu funcionamento estiveram umbilicalmente atrelados aos antigos laços coloniais e imperiais (ao menos em sua fase inicial).

Tanto foi que no Brasil, o modo como os industriais tratavam seus operários (ao menos até as primeiras décadas do século XX) em muitos casos pouco se diferenciava da maneira como os antigos senhores cuidavam de seus escravos. Com isso não queremos dizer que o modo como o capitalismo trata a classe trabalhadora seja de forma branda ou idílica (em qualquer lugar em que esteja inserido); muito pelo contrário, a violência (física e/ou espiritual), o massacre e o extermínio de povos inteiros foram e são marcas relevantes da burguesia na conquista e administração de sua hegemonia no mundo<sup>13</sup>.

Entretanto, a constituição do processo de industrialização (ou implantações de indústrias) no Brasil e a formação de suas correspondentes classes sociais se deram alicerçados em paralelo à escravidão e a uma política imperial, o que dificultou bastante o

---

<sup>13</sup> Ver em MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_: **O Capital**: crítica da economia política, livro I, vol. 02. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. cap. XXIV. Neste capítulo o autor mostra muito claramente os métodos utilizados pela burguesia europeia na conquista de sua propriedade privada e na administração de seus trabalhadores. Também, podemos encontrar as condições de vida e trabalho em ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008. 388p. Ver também ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

andamento das relações de concretização de luta de classes sob o capitalismo industrial nos seus primeiros anos de existência.

O escravismo, enquanto sistema existente desde a época colonial, pavimentado sobre o capitalismo mercantil, onde o Brasil servia como colônia de extração de riquezas para as grandes metrópoles europeias, certamente condicionou para que “[...] os proprietários das fábricas [tratassem] os seus operários diaristas da mesma forma que os fazendeiros de café ou os senhores de engenho tratavam os seus escravos ou os poucos trabalhadores livres que recebiam pagamento por dia de trabalho” (STEIN, 1979, p. 63). Era muito comum, contudo, que empregados livres repartissem os mesmos ambientes e espaços de trabalho com escravos, pelo menos até a abolição da escravatura em 1888, o que significa dizer que a concretização de uma identidade e uma consciência de classe operária poderia ser dificultada na medida em que

[...] o proletariado não podia constituir-se realmente como uma nova classe enquanto houvesse escravos na sociedade brasileira. Não podia lutar por sua libertação enquanto houvesse, ao lado do trabalho assalariado, formas de exploração baseadas na escravidão (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 113).

Neste ínterim, dentre os ramos de fabricação industrial existentes em toda parte do mundo, o primeiro e o mais importante será o da produção de fiação e tecelagem. De acordo com Marx e Engels (1977, p. 86), esta predominância se sucedeu inicialmente por consequência

[...] do aumento da população, o começo da acumulação e da mobilização do capital [...], a necessidade de luxo disso resultante e favorecida, sobretudo, pela extensão progressiva do comércio, [o que] proporcionaram à tecelagem, quantitativa e qualitativamente, um impulso que a obrigou a abandonar a forma de produção anterior.

Como resultado deste quadro, estas necessidades condicionaram o aceleração e aperfeiçoamento da produção têxtil, a qual se deu através de um forte processo de desenvolvimento da força produtiva do trabalho e consequente barateamento das mercadorias, conseguindo, dessa forma, tanto dar conta da crescente demanda de tecidos como do aumento do lucro investido pelos industriais, porque assim possibilitaria “[...] encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encomprar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista” (MARX, 1985b, p. 7).

Desta maneira, a indústria têxtil conseguiu ampliar o crescimento produtivo e a consequente ampliação mundial da produção e do consumo de seu setor.

Da mesma forma que ocorreu em outras regiões do mundo, o pioneirismo industrial brasileiro se deu a partir das fábricas de fiação e tecelagem devido ao fato de os “[...] tecidos constituírem uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários, necessária para a reprodução da força de trabalho” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 36).

Estas necessidades apontarão o posterior desenvolvimento industrial do Brasil com base na produção têxtil algodoeira, porque “pela natureza de nosso clima, o algodão é a matéria-prima ideal para o vestuário da população” (SIMONSEN, 1973, p. 37). E este desenvolvimento material se deu em decorrência do

[...] tipo de tecido produzido pelas primeiras fábricas têxteis. Com efeito, elas aprovizionaram o maior mercado disponível na economia de um país subdesenvolvido do século XIX: roupas para os trabalhadores, escravos e livres, da cidade e do campo; panos para ensacar açúcar e, particularmente, o café exportado em quantidade cada vez maior. O produto não requeria trabalhadores especializados, as máquinas eram as mais simples e o mercado relativamente seguro. [Desta maneira] a fabricação de tecidos grossos de algodão serviu como aprendizado para as primeiras indústrias (STEIN, 1979, p. 38).

Como já salientado, a formação (ou o movimento) de implantação da indústria têxtil brasileira se deu a partir de meados do século XIX e começa a ser visto enquanto início de uma nova conotação à sua economia e à sua sociedade, porque é feito a partir de uma diferente divisão internacional do trabalho, no capitalismo imperialista e industrial. Porém, este processo de industrialização só se intensificará e tomará formas mais consistentes, de fato, entre 1885 a 1895<sup>14</sup>.

Ainda assim, é importante destacarmos que a fundação do setor têxtil no Nordeste brasileiro é construído para abastecer as classes não-proprietárias, pois a burguesia local continua a importar sedas da China, linho holandês e casimiras (OLIVEIRA, 1981).

Este desenvolvimento industrial têxtil brasileiro é gerado – dialeticamente – por uma dupla face nas relações com as regiões do mundo, pois mesmo a lógica capitalista criando (e

---

<sup>14</sup> De acordo com Suzigan (1986, p. 82), entre os anos de 1885 e 1895 “[...] foram estabelecidas mais de sessenta novas fábricas de tecidos de algodão, entre elas algumas das maiores jamais construídas no Brasil. Essa indústria começou também a diversificar sua produção, passando a produzir tecidos finos e artigos coloridos e estampados”.

acentuando cada vez mais) uma distinção entre nações industrialmente mais desenvolvidas e nações industrialmente menos desenvolvidas, os interesses das classes dominantes nas diferentes nações do mundo acabam se tornando coincidentes, porque convergem para uma mesma ideia, isto é, na “forma de reprodução do capital internacional” e nesta nova coerência de raciocínio no modo de produção capitalista (agora imperialista) “[...] persistem conflitos de interesses entre o imperialismo e as classes sociais dominantes locais, conflitos cuja raiz deve ser buscada nas formas de reprodução do capital” (Ibid., p. 28).

No capitalismo industrial, dominado pela crescente industrialização e intensificação de monopólios, concentração de capital e de propriedades, as classes dominantes locais terão interesses coincidentes, agora com a forma de reprodução internacional do capital. Elas serão necessárias para a nacionalização do capital (Ibid.).

Daí, o crescente afunilamento das nações<sup>15</sup> entre centro e periferia, provocará, nitidamente, subdivisões internas, ou melhor, regiões ou sub-regiões dentro de cada uma delas, formadas pelas relações das forças produtivas internas com o capital externo. A formação destas regiões é dada a partir de vigorosa dimensão política e imbricada em aspectos econômicos, porque “o ‘fechamento’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção” (Ibid., p. 31).

No caso brasileiro, a partir da segunda metade do século XIX, haverá o predomínio da região do café, que mais tarde se converterá em região da indústria<sup>16</sup>, onde: “São Paulo é o centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites e a expansão da fronteira dessa ‘região’ começa a capturar os espaços vazios do Centro-Oeste” (Ibid., p. 37).

---

<sup>15</sup> É importante aqui ressaltarmos que as colônias criadas na etapa do capitalismo mercantil serviram como precedentes aos seus atuais Estados nacionais.

<sup>16</sup> “Em 1885, trinta e três das quarenta e oito fábricas brasileiras estavam localizadas nas províncias do centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), sendo que os subúrbios e a cidade do Rio de Janeiro concentravam o maior número de fusos e teares” (STEIN, 1979, p. 36).

Em contraposição, outra ‘região’ (o Nordeste brasileiro<sup>17</sup>) se apresentará como local do exército industrial de reserva, a qual irá “suprir os postos de trabalho criados pela industrialização e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora [de seu polo industrial]” (Ibid., p. 37). A região nordestina brasileira, no entanto, além de representar-se como local de reserva de trabalhadores para a região predominantemente industrializada, também se dividia internamente em Nordeste açucareiro e Nordeste algodoeiro-pecuário.

Este último surge como uma espécie de gérmen de um “novo” Nordeste, na medida em que consegue (contraditoriamente) obter certo êxito através de seu papel de subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte americano, iniciando assim uma fase de mudança de controle político: este gérmen do “novo” Nordeste, todavia, começará a tomar o espaço ideológico do “velho” Nordeste açucareiro (Ibid.).

Subordinado à demanda da Revolução Industrial e do forte desenvolvimento da indústria têxtil, a procura pelo algodão cresce extraordinariamente, fazendo com que se transformem várias regiões do mundo em “‘regiões’ algodoeiras: o Egito, o Peru, a Índia – de milenar tradição têxtil, destruída pelo capital inglês – o Sul dos Estados Unidos e o Nordeste do Brasil [...]. O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num algodão, desde o Maranhão à Bahia” (Ibid., p. 47). Porém, ao contrário do açúcar, não é o *plantation* a base de sua produção. Ele será constituído por pequenas e isoladas culturas.

Nestas condições, analisaremos como se deu a implantação da indústria têxtil em Alagoas, a fim de pavimentar nossa discussão sobre a Fábrica Carmen (antiga União Mercantil), a qual esteve localizada dentro dos territórios da então província.

## **2.2 Implantação da indústria têxtil em Alagoas**

Desde a última década do século XVIII, Alagoas (assim como outras províncias da região que posteriormente será o Nordeste brasileiro) começou a produzir fibras de algodão

---

<sup>17</sup> Para termos uma noção da diferença na quantidade de indústrias, nas diferentes regiões brasileiras, em sua fase embrionária, basta vermos que “das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, 12 localizava-se na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, 9 em São Paulo e 8 em Minas Gerais. [...] Em Alagoas, a fábrica Fernão Velho, instalada às margens da lagoa Mundaú, em 1857, era de propriedade da Companhia União Mercantil. [...] Em Pernambuco, funcionava a fábrica Magdalena e, no Maranhão, a Maranhense de Fiação e Tecidos” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 34).



como matéria-prima para as grandes e crescentes indústrias têxteis inglesas (e, mais tarde, para a América do Norte e para as regiões de grandes indústrias no Brasil), proporcionando dessa maneira a formação de imensas plantações de algodão em variadas regiões da província, o que gerou a existência de matéria-prima necessária para a formação e o posterior desenvolvimento da indústria têxtil em terras caetés<sup>18</sup>.

Esta nova cultura algodoeira<sup>19</sup> passou a abranger áreas de produção da tradicional cultura banguê e de engenho, tanto que chegou a concorrer (posteriormente) com os tradicionais espaços das usinas de cana-de-açúcar, pois “[...] até meados da quinta década do século XX, o espaço agrícola do algodão foi praticamente tão extenso quanto o da cana e os dois produtos alternaram-se na liderança algumas vezes” (LESSA, 2008 p. 6).

Assim, o Nordeste agrário não-açucareiro (ou melhor, o Nordeste “algodoeiro-pecuário”), transformou-se num vasto algodoal de pequenas e isoladas “culturas de subsistência”, com baixo custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 1981).

Esta crescente produção algodoeira em Alagoas, motivada pela demanda do mercado internacional,

[...] atingiu até certos senhores de engenho que diversificaram suas colheitas, plantando-o ao lado da cana, em suas fazendas. Pessoas de poucos recursos enriqueceram rapidamente, subindo de *status* social, concorrendo com as orgulhosas aristocracias açucareiras” (TENÓRIO, 1996, p. 77).

Daí, o desenvolvimento da cultura do algodão, juntamente com o surgimento de um mercado consumidor e a formação de uma burguesia comercial (local e estrangeira) no bairro de Jaraguá<sup>20</sup> (motivados pela transferência da capital para Maceió, em 1839), alavancaram o processo que desencadeou mais tarde (dentre outras transformações), na implantação das doze fábricas de fiação e/ou tecelagem no estado de Alagoas (LESSA, 2008, p. 2).

O algodão usado como matéria-prima produzida em território alagoano, anexado ao aumento da necessidade de produção de tecidos para ensacamento de açúcar, vestimenta da população pobre e velas para navios e barcaças, dimensionado com o crescimento do capital

<sup>18</sup> Esta cultura algodoeira foi a “[...] grande responsável pelo povoamento do interior, agreste e sertão, ao lado da pecuária, e também pela preocupação com a construção de estradas de penetração” (TENÓRIO, 1996, p. 77).

<sup>19</sup> Ao usarmos o termo nova cultura, referimo-nos ao novo propósito de produção, porque o algodão já era usado pelos indígenas brasileiros antes mesmo da colonização portuguesa.

<sup>20</sup> Bairro onde se localiza o porto de Maceió. Segundo Osvaldo Maciel (2009, p. 50), o porto de Jaraguá era “[...] ponte de entrada do capitalismo” em Alagoas, mostrando Maceió como uma “cidade comercial, ligada ao Atlântico, ao comércio pelo mar”, sendo, portanto, “a ponte de desembarque da modernidade na cidade”.

financeiro comercial oriundo do porto de Jaraguá e do comércio de Maceió, são considerados os principais requisitos para composição das pedras fundamentais à acomodação e posterior desenvolvimento da industrialização em Alagoas.

Ainda assim, precisamos estar atentos ao fato de que a indústria têxtil nordestina como um todo “[...] acomoda-se ao padrão de fornecimento ditado pelos grandes trustes industriais, de tal forma que, surgindo nas fronteiras da ‘região’ que produzia algodão de boa qualidade, vai se especializar, contraditoriamente, na produção de tecidos grossos” (OLIVEIRA, 1981, p. 63).

E esta nova dinâmica e lógica de formatação e preenchimento de um recente mercado consumidor de produtos industrializados, trouxe à então província de Alagoas o estabelecimento de sua primeira indústria têxtil, denominada Companhia União Mercantil, em 1857, fundada por José Antônio de Mendonça, o futuro Barão de Jaraguá e outros sócios, na localidade de Fernão Velho. Esta fábrica, até 1888, funcionou como única indústria têxtil na província, concorrendo inclusive com as grandes indústrias baianas em suas primeiras décadas de existência.

A União Mercantil só perde o posto de única indústria da província quando é fundada a fábrica Cachoeira<sup>21</sup>, à época situada na comarca de Santa Luzia do Norte<sup>22</sup> (que mais tarde passará a pertencer aos domínios da cidade de Rio Largo, a partir de sua emancipação, em 1915).

Entrementes, a União Mercantil nasce numa conjuntura em que grande parte do capital na província de Alagoas estava ainda atrelado à agricultura da cana-de-açúcar e do algodão. Este capital representava a sustentação dos tradicionais senhores da terra, significando que a única indústria possível seria o resultado de uma representação da extensão rural, por isso entendemos que em Alagoas não houve um processo de industrialização propriamente dito – ao contrário da Europa Ocidental<sup>23</sup> e do Centro-Sul brasileiro –, mas sim a implantação de núcleos industriais em regiões afastadas, com laços arraigados à economia agrária tradicional.

---

<sup>21</sup> “A ela posteriormente se incorporou a Fábrica Progresso, organizada em 30 de setembro de 1892, mas cujo funcionamento data de novembro de 1893. Hoje ambas pertencem à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos” (SANT’ANA, 1970, p. 67).

<sup>22</sup> Mais tarde pertencerá aos domínios de Rio Largo, com o desenvolvimento da linha férrea.

<sup>23</sup> De acordo com Friederich Engels (2008, p. 67), a industrialização inglesa transforma diretamente a paisagem de inúmeras cidades. Proporcionou, como no caso de Londres, a “[...] aglomeração de 2,5 milhões de seres

Segundo Luiz Sávio de Almeida (2006, p. 53), o núcleo industrial de Fernão Velho

[...] era cercado pelos mesmos fatores de supervisão rural: havia uma espécie de morador industrial, contrapartida do morador rural. Se as casas tinham a finalidade de nucleação de mão-de-obra, parte do investimento realizado pela empresa era oriundo do próprio trabalhador. O trabalhador estava pagando ônus de seu próprio controle.

A discussão anterior é importante para refletirmos sobre as peculiaridades estruturais em que estava apoiada a indústria têxtil alagoana, ou seja, ao estudarmos qualquer relação, seja ela política, econômica, cultural etc. em Alagoas, temos que levar em consideração sua conexão com sua condição histórica, daí a intenção em termos construído esta subseção e a anterior.

Todavia, após a instalação das primeiras indústrias têxteis na então província de Alagoas, durante a segunda metade do século XIX, houve o estabelecimento de outras fábricas desse tipo, sendo duas no município de Pilar, uma em Penedo, duas em São Miguel dos Campos, uma no município de Água Branca, povoado de Pedra (atualmente cidade que recebe o nome do fundador de sua indústria: Delmiro Gouveia), uma em Piaçabuçu<sup>24</sup> e outras quatro no município de Maceió (contando-se com a de Fernão Velho); totalizando-se, portanto, a existência de doze fábricas têxteis em todo o Estado<sup>25</sup>, fundadas entre o fim da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Da mesma forma que ocorreu em outras regiões do Brasil, exceto algumas pequenas variações,

[...] as fábricas alagoanas foram instaladas próximas aos cursos d'água<sup>26</sup> para aproveitar a força motriz hidráulica e o transporte fluvial ou lacustre. Nas primeiras décadas de existência, essas empresas usavam a força hidráulica diretamente, ou seja, seus teares eram acionados por mecanismo cujo movimento provinha de uma roda d'água. Posteriormente, o aumento da escala de produção começa a compensar o investimento maior e a força motriz passa originar-se da energia produzida em caldeiras alimentadas com lenha; se usou também o diesel, em escala muito menor. Esse fato tornou as

---

humanos num só local [...]: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas, reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmisas”.

<sup>24</sup> A última a ser construída, já na década de 1940.

<sup>25</sup> Para ver mais detalhes sobre ano de fundação e de funcionamento destas indústrias, buscar a obra SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Algodão: cultivo e indústria. In.\_\_\_\_\_: **Contribuição à História do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970. p. 53-69.

<sup>26</sup> Na Europa era comum o uso do carvão como fonte de energia, porém no Brasil foi muito comum o uso da água para esse propósito, devido a sua abundância.

altas chaminés uma presença indefectível e um símbolo de desenvolvimento técnico até a chegada da energia hidroelétrica<sup>27</sup> (Ibid., p. 15).

É importante salientarmos que estes espaços que abrigaram a industrialização em Alagoas, significaram importantes símbolos das transformações históricas, políticas e culturais no estado, na medida em que estes novos lugares – categoricamente pensados e planejados para tal advento – trazem em si uma maior intercomunicação com a divisão internacional do trabalho. Dessa forma, Alagoas deixa de ser somente consumidora de produtos industrializados e produtora de matéria-prima, para ensaiar seus primeiros passos na produção industrial sob o modo de produção capitalista.

Este pontapé inicial, por conseguinte, acarretará no surgimento e fundamentação das primeiras populações de trabalhadores urbanos (ou rurais urbanizados), que se transformaram, aos poucos, numa força de trabalho industrial, concebendo pela primeira vez em Alagoas “[...] formas culturais urbanas proletárias [...]. E esse processo de padronização proletário-urbano diferia da dispersão e disparidade da organização do trabalho em situação camponesa” (LINDOSO, 2005, p. 84), o que por si denota um novo tipo de conjuntura.

Consequentemente, este universo fabril-proletário recém-surgido em Alagoas abrigou em si novas e peculiares relações dentro do tradicional território agrícola e canavieiro, porque representou um diferente tipo de organização e de disciplina sobre o cotidiano e o trabalho, fundamentando assim as regiões de formação e disseminação da modernidade capitalista alagoana.

E este processo de industrialização em Alagoas como em boa parte do país, se apresentou, em sua maioria, através de mecanismos de organização da força de trabalho dentro de núcleos fabris ou vilas operárias pertencentes e administradas por seus respectivos industriais<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> A energia elétrica industrial só chega a Alagoas por volta de 1955, com a instalação da Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso (BA), enquanto que a capital de São Paulo passou a dispor a partir de 1901, “de abundante e relativamente barata energia elétrica” (SIMONSEN, 1973, p. 25), o que dificultou bastante o desenvolvimento industrial alagoano em competição com os grandes centros industriais brasileiros, pois Alagoas estava a mercê de conseguir fontes de energia mais vulneráveis às instabilidades naturais, tais como a fonte de energia a vapor ou energia hidráulica, existentes desde sua fundação.

<sup>28</sup> Veremos na seção 3 a discussão categórica do estabelecimento do núcleo fabril, especificando o caso de Fernão Velho.

### 2.3 União Mercantil: gestões anteriores ao grupo Othon

A União Mercantil foi a primeira indústria fundada na então província de Alagoas, em março de 1857<sup>29</sup> e foi construída no pequeno povoamento de Fernão Velho<sup>30</sup>. Como já apresentamos, a origem deste empreendimento – além da conjuntura histórica que já discutimos na primeira seção – se deu através da iniciativa do empresário José Antônio de Mendonça (o Barão de Jaraguá), que reuniu amigos e outros negociantes para fundá-la.

Porém, a União Mercantil só passa a funcionar suas primeiras máquinas em março de 1864, mantendo-se, contudo, sob constantes empecilhos: tenha-se em vista, por exemplo, que durante os primeiros anos de funcionamento, seus sócios foram obrigados a contrair empréstimos “e aplicar os dividendos na aquisição de aparelhos e outras despesas” (MACIEL, 2007, p. 53).

Dez anos após o início de suas atividades (1874), a produção não fora tão grande quanto o esperado, pois as ações da Companhia achavam-se reduzidas à metade de seu valor nominal; a varíola e a malária acometeram diversos operários, o desarranjo em uma roda hidráulica, o vigor e a duração excepcional do inverno deste ano contribuíram para diminuir as previsões lucrativas da empresa (SANT’ANA, 1970), já que a principal fonte de energia era a hidráulica.

Passadas as complicações desta fase, a fábrica conseguiu melhor se estruturar internamente e passou a concorrer com as grandes indústrias baianas<sup>31</sup>, “[...] as quais procuravam por todos os meios suplantar o nosso estabelecimento, oferecendo seus produtos no mercado alagoano a baixos preços e até mesmo com prejuízo, utilizando, portanto, a técnica de concorrência desleal conhecida como *dumping*” (Ibid., p. 65, grifo do autor). Tanto foi que em 1884, a União Mercantil tinha diminuído seus teares, de setenta (à época de sua instalação) para sessenta teares.

Em seguida, foi instalada em Alagoas, no município de Santa Luzia do Norte, a Fábrica Cachoeira (1888) – na localidade de mesmo nome – e a Fábrica Progresso (1892), as

---

<sup>29</sup> Moacir Sant’ana (1970, p. 64), no entanto, afirma que esta indústria “foi instalada em 31 de janeiro de 1857, em Maceió”.

<sup>30</sup> À época, este povoado estava situado no “município de Santa Luzia do Norte, à margem da linha férrea Alagoas Railway” (MACIEL, 2007, p. 54).

<sup>31</sup> “Em 1866, a cidade da Bahia e seus arredores abrigavam 5 das 9 fábricas [têxteis] existentes no Brasil” (STEIN, 1979, p. 35).

quais mais tarde se uniram para formar a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Em 1892, foi fundada, no município de Pilar, a Fábrica Pilarense, da Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos; e em 1895 será a vez da Fábrica Penedense, da Companhia Industrial Penedense (Ibid.).

Chamemos atenção para o fato de que o período correspondente à instalação destas novas indústrias têxteis em Alagoas, coincide com o chamado “primeiro surto industrial brasileiro”, o qual está situado entre os anos de 1885 a 1895.

Nesta época, o Brasil passou por importantes transformações políticas e econômicas, pois ocorrem a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889), o encilhamento<sup>32</sup>, as maiores exportações de café (até então) e a formação de inúmeras empresas.

Segundo Roberto C. Simonsen (1973, p. 16), “[...] entre 1880 e 1884 foram aqui [no Brasil] fundadas 150 indústrias [...] e de 1885 a 1889, 248 estabelecimentos industriais [...]. No último ano da Monarquia (1889), existiam no país acima de 636 estabelecimentos industriais [...]”.

De acordo com Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982, p. 45): “Nos cinco anos seguintes foram ainda criados 425 estabelecimentos” . Os anos equivalentes a este surto industrial brasileiro representam, portanto, uma fase de grande expansão de sua indústria têxtil (60% dos capitais investidos em indústrias), tanto que nesta época, “foram fundadas muitas das fábricas que, posteriormente, viriam a se transformar nas maiores do Brasil” (STEIN, 1979, p. 97).

A fábrica de Fernão Velho também estará acompanhando estas transformações, ocorridas no plano político-econômico nacional, pois no ano de 1891, a União Mercantil será adquirida

[...] pelo português José Teixeira de Machado, homem muito rico e empreendedor, e a quem o povo de Maceió cognominava Machado Rothschild, tão grande era sua fortuna. Com a sua morte em 1911,

---

<sup>32</sup> O encilhamento foi uma medida política tomada no governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891). Rui Barbosa (Ministro da Fazenda), a fim de estimular o crescimento da indústria, deu permissão para os grandes bancos do país a emitir grande quantidade de moeda. A intenção desta política era fazer com que os industriais conseguissem pagar os salários de seus operários, o que faria com que novas fábricas e indústrias aparecessem. No entanto, os bancos passaram a produzir muito mais moedas do que verdadeiramente era produzido: o que resultou em grande inflação (ALMEIDA, 2001).

assumiram a direção da companhia os seus filhos Dr. Antônio de Mello Machado<sup>33</sup> e Dr. Arthur de Mello Machado [...] (CIPRIANO, 1999, p. 5).

Sob a administração dos Machados, a União Mercantil deixou de ser uma pequena indústria de 80 teares e chegou a alcançar o porte de 1.000 teares, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). De acordo com Cipriano (1999, p. 5), com a gestão da família Machado, esta fábrica “[...] ganhou medalha de melhor manufatura na Exposição de Turim na Itália, em 1922, quando seu mostruário de toalhas, felpudas, morins, bramantes, cambraias e zepniers agradou a muitos comerciantes e importadores do Velho Continente”.

Como consequência do desenvolvimento na produtividade industrial durante a direção dos Machados, houve também expressivas transformações dentro do núcleo fabril de Fernão Velho, pois além da construção de mais casas para trabalhadores<sup>34</sup>, a administração da Fábrica estendeu significativamente suas instalações fabris e construiu o Cine-Teatro São José, ampliou o colégio para operários, adquiriu prédios, casas, terrenos e edificou a Igreja Católica (antes pequena capela), colocando-a numa posição central (a qual passou a estar como um dos monumentos mais imponentes deste núcleo fabril).

Com indicativa importância no desenvolvimento estrutural da Fábrica e do núcleo fabril de Fernão Velho, os Machados, em 1938, após enfrentarem a crise que envolvia a indústria têxtil nacional e divergências na família, venderam seu patrimônio “[...] à tradicional família Leão, usineiros da Utinga<sup>35</sup>, que por sua vez, introduziu grandes melhoramentos nos prédios da fábrica e da vila Operária, de cerca de 8 mil habitantes, investindo na época o capital de 5 mil contos de réis<sup>36</sup>” (Ibid.).

---

<sup>33</sup> Além de sócio-proprietário desta indústria, Antônio de Mello Machado foi presidente da Associação Comercial de Maceió na década de 1930, o que demonstra sua influência na política econômica no Estado.

<sup>34</sup> Boa parte das ruas de Fernão Velho recebe o sobrenome Machado, tais como as ruas: Manoel Machado, Dona Maria Machado, Dr. Arthur Machado, Av. Dr. Alberto Machado, entre outras. Este detalhe nos esclarece bastante como se deu a ampliação deste núcleo fabril a partir desta gestão.

<sup>35</sup> Povoado do município de Rio Largo-AL.

<sup>36</sup> A aquisição da União Mercantil por uma família tradicionalmente canavieira (Leão), em 1938, mostra-nos que é provável que estivesse no campo experimental as relações industriais capitalistas no Estado de Alagoas no início do século XX. Também é o caso de “Tércio Wanderley, rico comerciante, dono da fábrica de sabão localizada em Maceió, acionista minoritário de fábricas têxteis e proprietário, desde 1936, da Companhia Antunes de Fiação e Tecelagem (Nova Aliança, Sergipe, atual cidade de Neópolis)”, o qual adquire a usina Coruripe em 1941. (LESSA, 2008, p. 14).

No entanto, podemos afirmar que, apesar de o grupo Leão ter tido uma curta duração na administração da União Mercantil<sup>37</sup>, ele conseguiu manter e até ampliar o ritmo de produção e investimento herdados dos Machados.

Segundo o relatório referente ao ano de 1939, publicado no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, de 27 de março de 1940 (p. 10, 11), a gerência do grupo Leão faz críticas à estrutura deixada pelo grupo anterior e afirma que, ainda assim, realizou importantes acréscimos, tanto nas instalações da fábrica (restauração das seis caldeiras, construção da oficina mecânica, reformas na casa de distribuição elétrica e remodelações nos departamentos de Tinturaria e Acabamento), como no núcleo fabril e na promoção de assistências aos operários (foi feito inquérito da planta de sua propriedade territorial, a fim de buscar seus direitos; levantamento de um vasto terreno para construção de 65 casas, foram realizados melhoramentos na Câmara de Aleitamento e construção de um campo para realização de vários esportes).

Tendo isso em vista, podemos entender como, a esta altura, as relações de iniciativas no investimento industrial estavam colocadas em interligação com o capital agrário-açucareiro em Alagoas, pois o grupo Leão, tradicionalmente ligado à produção do açúcar – como já afirmamos –, passou a investir massivamente seu capital na produção da indústria têxtil algodoeira de Fernão Velho; sendo a sua curta passagem por este setor uma hipotética pista para compreendermos o quão experimental era esta diligência. Dizemos hipotética por não termos documentos suficientes para a comprovação deste fato.

Após amplos investimentos na fábrica e no núcleo fabril, em pleno esplendor da indústria têxtil nacional (durante os anos da Segunda Guerra Mundial – 1939 a 1945<sup>38</sup>), tendo a “Fábrica de Fernão Velho, trabalhando a todo vapor em três turnos, com uma produção de quase 1 milhão de metros por mês, a família Leão [...] vendeu a Companhia União Mercantil à família Othon Bezerra de Mello, de Pernambuco [...]” (CIPRIANO, 1999, p. 5). Com a venda da União Mercantil para o grupo Othon Bezerra de Mello, em 1943, ela passará a denominar-se Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S/A.

---

<sup>37</sup> O grupo Leão vende a União Mercantil já em 1943, ou seja, administra-a por apenas cinco anos.

<sup>38</sup> Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, “Os empresários têxteis brasileiros foram surpreendidos com a oportunidade de abastecer a América Latina, a Europa e o Oriente Próximo [...]. [...] em 1943, o país exportou mais do que o triplo que em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul” (STEIN, 1979, p. 167, 168).



## 2.4 Gestão do grupo Othon: a Fábrica Carmen

Com a aquisição da Fábrica de Fernão Velho pelo grupo Othon, além da mudança na razão social de União Mercantil para Fábrica Carmen, esta indústria e seu correspondente núcleo fabril passaram por um processo de transformação sobre a própria política de organização e reprodução de seu capital, porque a sua origem não partirá mais de um grupo capitalista com atuação apenas no Estado de Alagoas, mas sim, de uma família que, quando adquiriu a Fábrica de Fernão Velho, já tinha capital financeiro e importante representatividade em cenário econômico, político e comercial nacional.

O grupo Othon já continha outras indústrias têxteis em demais Estados e regiões do país, tais como o Cotonifício Othon Bezerra de Mello S. A.<sup>39</sup>, conhecido na região como “Fábrica Macaxeira”, em Recife – PE (adquirida em 1924), a Companhia de Fiação e Tecelagem Bezerra de Mello (Magém – RJ, em 1941), a Fábrica Maria Amália, em Curvelo – MG (adquirida também em 1941) (ANDRADE, 2005).

Além da indústria têxtil algodoeira, o grupo Othon possuía empresas na indústria açucareira (Companhia Açucareira Santo André do Rio Una); também adquiriu, modernizou e duplicou a Companhia Luz e Força Hulha Branca de Minas Gerais; montou grandes redes de hotéis em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros.

Enquanto homem político, o patrono do grupo Othon – o pernambucano Othon Lynch Bezerra de Mello (nascido em 1880 e falecido em 1970) –, tinha importante atuação no cenário político nacional, na medida em que foi representante do Estado de Pernambuco em algumas ocasiões, pois em 1913, foi empossado para primeiro secretário da Associação Comercial de Pernambuco, e “[...] em 1921, destacou-se como membro de uma comissão oficial enviada ao Presidente da República para resolver graves problemas relativos ao comércio pernambucano” (Ibid., 2005): neste período, já era considerado importante figura na política e na economia brasileira. Foi também Conselheiro Municipal de Recife e Deputado Estadual por Pernambuco.

---

<sup>39</sup> Esta fábrica foi a primeira a ser comprada pelo empresário Othon Lynch Bezerra de Mello, no ano de 1924. Antes esta indústria pertencia à Fábrica de Tecidos [Apipucos](#) e depois foi transformada em Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. Ele procurou adaptá-la às novas tecnologias importadas da Europa, para obter assim, melhor qualidade de tecelagem (ANDRADE, 2005).

Devido ao fato de ele ter ligação com a literatura e possuir interesses políticos de propagação de seu nome e o de seu grupo, ele criou o Prêmio Literário Othon Bezerra de Mello, entregue pela Academia Pernambucana de Letras aos melhores livros publicados anualmente:

Igual iniciativa foi por ele adotada em Alagoas e em Minas Gerais, o que lhe valeu o título de *Mecenas Brasileiro do Século XX*. Também foram contemplados com prêmios semelhantes, a Faculdade de Ciências Econômicas do Recife e a Escola de Comércio Álvares Penteado de São Paulo (ANDRADE, p. 05, 2005, grifos da autora).

Como já salientamos, o grupo Othon adquiriu a Fábrica de Fernão Velho em 1943, ou seja, num momento em que a indústria têxtil brasileira estava em plena ascensão econômica decorrente das vantagens oferecidas pela Segunda Guerra Mundial; onde o setor têxtil foi um dos mais beneficiados em decorrência dos acordos “firmados entre o Brasil e os aliados para abastecimento das forças militares e, ainda, com a possibilidade que então se abria para que exportássemos para vários países africanos e sul-americanos” (CANO, 1895, p. 78).

Este *boom* industrial em plano nacional também ocorreu em Alagoas<sup>40</sup>, onde houve significativo aumento na produtividade e consequente ampliação das plantas fabris e aumento no contingente operário alagoano.

Este mesmo desenvolvimento prosseguirá, mesmo no período pós-Segunda Guerra. De acordo com os Censos Industriais de 1940 e 1950, referenciados por Golbery Lessa (2008, p. 5), neste período:

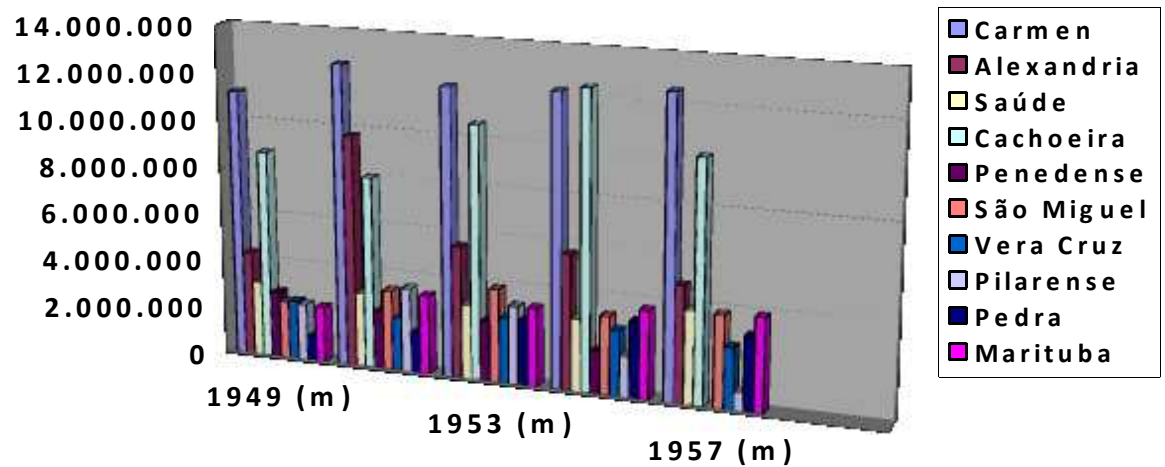
[...] o setor têxtil [alagoano] como um todo tinha, respectivamente, 6.721 e 10.998 indivíduos ocupados (destes assalariados, 6.294 em 1940 e 10.514 em 1950 eram operários), pagava um total de 8.406 (mil cruzeiros) e 61.192 (mil cruzeiros) em salários e produzia mercadorias no valor de 64.663 (mil cruzeiros) e 353.457 (mil cruzeiros).

Conseguimos angariar nos acervos da Associação Comercial de Maceió, um catálogo de folhetos das publicações anuais denominados Boletim da Associação Comercial de Maceió (1949 a 1959), onde há dados pertinentes à produção industrial têxtil de Alagoas (mesmo não correspondendo a uma anuidade constante), apresentados pelo título: Movimento Industrial Algodoeiro, que organizamos no gráfico exposto a seguir:

---

<sup>40</sup> Porém, é interessante ressaltarmos que este *boom* na indústria alagoana não teve tanto efeito quanto os que ocorreram nos grandes centros industriais do país.

**Figura 1 – Movimento Industrial Algodoeiro de Alagoas**



Fonte: Boletim da Associação Comercial de Maceió (1949-59)

Neste gráfico, podemos perceber o predomínio produtivo da Fábrica Carmen em relação às demais indústrias têxteis do Estado de Alagoas. De acordo com a figura 01, a única que chega de fato a se aproximar e até mesmo ultrapassar sua produção neste intervalo de tempo é a Fábrica Cachoeira, que na verdade é constituída pela junção de duas fábricas (Cachoeira e Progresso), formando a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

Os dados até então apresentados servem para levantarmos algumas questões pertinentes a nosso estudo: 1) Qual a diferença administrativa de um grupo (em relação aos anteriores) que, além de ter fábricas em vários Estados de diferentes regiões do país, tinha a aplicação de seu capital investido em vários setores? 2) De que forma isto influenciou na reprodução de seu capital dentro da Fábrica Carmen de Fernão Velho? 3) E até onde o tipo de reprodução ampliada de seu capital favoreceu para que a Fábrica Carmen se tornasse incontestavelmente a maior produtora de tecidos do Estado de Alagoas?

Nestas circunstâncias, devemos ter em mente que o grupo Othon tinha empresas tanto na região Nordeste como no Centro-Sul do Brasil. Isto é, estamos lidando com um grupo que esteve colocado – ao mesmo tempo – em duas regiões com interesses políticos distintos, já que

[...] a partir de 1930 o processo de industrialização da região comandada por São Paulo dirige a expansão capitalista no Brasil. Do ponto de vista das relações inter-regionais, seu primeiro efeito é destrutivo: a centralização institucional/fiscal ao nível do Governo Central desmonta as barreiras regionais, mecanismo de defesa e ao mesmo tempo de ensimesmamento das regiões como a Bahia e o Nordeste e torna efetiva a superioridade virtual das mercadorias produzidas no Centro-Sul (OLIVEIRA, 1987, p. 41).

Após 1930, a região Centro-Sul passa a ter a hegemonia sobre a burguesia industrial do Nordeste brasileiro pelo fato de a primeira ter a produtividade do trabalho mais alta que a segunda. Este aspecto “começa a ocorrer exatamente pela troca de mercadorias, pela invasão de mercadorias produzidas pelo Centro-Sul, onde a produtividade do trabalho estava em crescimento” (Id., 1981, p. 65).

De acordo com Francisco de Oliveira (1981, p. 65), o Nordeste açucareiro-têxtil se encontra ainda imbricado por “[...] formas não-capitalistas de reprodução da própria força de trabalho”; enquanto isso, a região Centro-Sul aprimora sua força de trabalho e rebaixa o seu custo de reprodução. Essas diferenças farão aparecer as especificidades de cada ‘região’. A hegemonia econômica e política da região Centro-Sul sobre a região Nordeste fez com que a primeira criasse meios de brechar as indústrias nordestinas para evitar que essas se tornassem suas fortes concorrentes.

Segundo Gustavo Neri e Alberto Saldanha (2011), esta tentativa de aparar as indústrias nordestinas, criadas no centro do país, aconteceu por conta de o Nordeste começar a se destacar na produção da indústria têxtil, concorrendo com as empresas do até então principal eixo produtivo do país, na década de 1920.

Daí, os industriais do Centro-Sul, a partir de 1928, passaram a defender “[...] a proposta de boicote às importações de novas máquinas, alegando a existência de risco de uma superprodução” (SALDANHA; NERI, 2011, p. 7). A Associação das Indústrias Têxteis, composta em sua maioria por industriais de São Paulo e Rio de Janeiro, aprova a “ideia de suspender todas as importações de máquinas têxteis enquanto durasse a crise” (Ibid.). Com a aprovação deste decreto, as fábricas nordestinas ficaram prejudicadas e as fábricas do Rio e São Paulo se firmaram como principal região industrial do país.

Dessa forma, podemos entender como ficou bastante demarcada a região do eixo Rio-São Paulo enquanto controladora da administração política e econômica nas relações

regionais e industriais do país. Os industriais do Nordeste passaram a ter a reprodução de seu capital podada pelo poderio do Centro-Sul.

Neste contexto, temos o grupo Othon atuando dentro destas duas diferentes esferas regionais de poder político-econômico do país (Nordeste e Centro-Sul). Ou seja, este grupo provavelmente se beneficiou das condições favoráveis da reprodução do capital de seus empreendimentos do Centro-Sul para usar parcelas destas vantagens e de seu fundo ampliado de capital para aplicá-lo, expandi-lo e reproduzi-lo nas indústrias da região Nordeste, incluindo, obviamente a Fábrica de Fernão Velho.

Com a acumulação deste capital, este grupo capitalista ampliará significativamente sua produção, devido ao período de prosperidade do consumo de tecidos: o que significa aumento da porção de trabalhadores necessários para a produção de mercadorias.

Segundo Marx (1985, p. 188), “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. E esta multiplicação se dá porque para o capitalista, a finalidade da força de trabalho é

[...] a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga, portanto, que contêm uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável (Ibid.)

Seguindo esta lógica, o capitalista precisará ampliar não somente a quantidade de trabalhadores, como também deverá ter em mãos os recursos para sua reprodução, ou melhor, nos momentos de necessidade de aumento da quantidade de operários, o industrial obviamente terá que dispor do necessário para atrair e manter a força de trabalho.

Para isso, carecerá ampliar setores da fábrica, comprar mais máquinas e mais matérias-primas, acrescentar serviços de assistência básica ao trabalhador, intensificar a propaganda de oferta de empregos, aumentar o número de casas, ou – como ocorreu em Fernão Velho – inserir mais de uma família numa mesma casa<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> No filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1984), um operário afirma que a administração da fábrica costumava colocar mais de uma família dentro de uma mesma casa. Este operário reage que nunca aceitou outra

Contudo, além de montar toda esta estrutura citada acima, o industrial se preocupará em intensificar a velocidade e/ou o tempo de dispêndio de trabalho dos operários, a fim de ampliar o *quantum* de mais-valia, ou seja, o lucro retirado do tempo de trabalho.

Esta intensificação, muitas vezes, será motivo de resistências organizadas pelos trabalhadores, o que acaba gerando reivindicações por reajustes nos salários e/ou no tempo e velocidade de trabalho. A resistência organizada dos trabalhadores surge, portanto, como um freio sobre a exploração em que estão submetidos. As análises sobre estas resistências serão feitas na última seção deste trabalho, na qual apresentaremos as respostas dos trabalhadores quanto à sua situação de vida e trabalho na fábrica e no núcleo fabril.

Com o surgimento destas organizações operárias no setor têxtil, que são derivadas também de mudanças econômicas, ou seja, período de decadência das indústrias têxteis nordestinas, o grupo Othon, ao qual a Fábrica Carmen pertencia, começou a abandonar gradualmente o setor industrial têxtil e passou a investir em outro setor, como foi o caso da rede hoteleira.

Assim, com a crise no setor têxtil, o grupo teve para onde recorrer e ampliar a força de seu capital. Neste caso, como em outros, perceberemos que a classe trabalhadora, enquanto “escrava da burguesia”, sairá desprovida das mínimas condições de existência, porque “o proletariado é desprovido de tudo – entregue a si mesmo não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão” (ENGELS, 2008, p. 118).

Portanto, antes de adentrarmos na resistência operária propriamente dita, analisaremos no próximo capítulo como se deu o controle sistematizado dos industriais sobre a classe trabalhadora através do sistema de núcleo fabril. Mais adiante veremos as peculiaridades e traços em comum de Fernão Velho com outros núcleos fabris, a fim de o percebermos enquanto mecanismo de controle e fixação do trabalhador sob os olhos da burguesia industrial.

---

família dentro de sua casa, e diz: “Na minha casa só eu de homem e de mulher minha mulher, meus filhos”, o que mostra a reação dos trabalhadores aos mandos da Fábrica.

### 3 O NÚCLEO FABRIL DE FERNÃO VELHO

#### 3.1 O núcleo fabril e a lógica Capitalista

Independente do continente ou nação em que esteja situado, o capitalista que instala sua fábrica precisará de alguns elementos essenciais para seu funcionamento. Necessitará de matérias-primas, força motriz mecânica, maquinarias, uma estrutura física e territorial propícia para as instalações da indústria e, é claro, de capital para financiar tudo isto<sup>42</sup>. Mas quem irá mover toda esta estrutura? De onde se origina seu capital e sua reprodução? O industrial sozinho não poderá dar conta de produzir suas mercadorias e seus novos valores (com seus próprios nervos e músculos) para um crescente mercado consumidor à sua espera.

Pensando nisso, ele precisa seguir a lógica capitalista de contratar indivíduos que estejam desprovidos do que ele dispõe, ou seja, de capital<sup>43</sup>; indivíduos que possuam apenas a sua força de trabalho para movimentar, dar vida e criar novo valor para toda estrutura material morta investida por ele, pois

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua subjetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo (MARX, 1985a, p. 161, 162).

Devido à necessidade da indústria em obter grande quantidade de trabalhadores dispostos aos seus serviços, muitos industriais costumaram criar centros industriais, de trabalho e vida, e essa “[...] tendência centralizadora da grande indústria mantém sua força e toda fábrica nova construída no campo traz em si o embrião de uma cidade industrial” (ENGELS, 2008, p. 65). Monta-se gradualmente uma estrutura onde o trabalhador viva nas proximidades das indústrias, quase sempre formando grandes aglomerações de indivíduos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Esta concentração de trabalhadores num mesmo bairro, cidade ou centro industrial, corresponde a uma inevitabilidade da produção capitalista, porque

---

<sup>42</sup> “Uma pessoa só encarna a personagem econômica do capitalista porque seu dinheiro funciona continuamente como capital”. (MARX, 1985a, p. 153).

<sup>43</sup> “O capital é então o poder de domínio sobre o trabalho e sobre seus produtos. O capitalismo tem este poder não em razão das virtudes pessoais ou humanas, mas como proprietário. O seu poder é o poder de compra do seu capital, a que nada se pode contrapor” (MARX, 2002, p. 80).

[...] o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que uma dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que doze trabalhadores isolados [...] (MARX, 1985a, p. 260).

Entrementes, ao contrário da desorganização, imundície, sujeira, falta de saneamento, detritos vegetais e animais jogados nas ruas de gigantescas cidades industriais inglesas, tais como Londres, Edimburgo, Liverpool e, mais detalhadamente, os bairros de Manchester (Preston, Oldham, Bolthon, entre outros), dos *cottages* (casas) mal construídos, com higienização quase inexistente, pouquíssimas instalações sanitárias, descritas e analisadas por Friederich Engels, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2008), a atitude dos industriais a partir do final do século XIX e meados do século XX – em boa parte do mundo – passará a ser a de uma ação preventiva, frente aos riscos que esta desorganização poderia causar.

Segundo Telma de Barros Correia (1998, p. 23),

Os riscos eram localizados nas epidemias, nas greves, nos tumultos, nas multidões, nas formas de diversão vistas como imorais, no individualismo dos seres que se cruzam indiferentes nas ruas, na difusão das ideias socialistas entre os proletários. As dimensões descomunais das metrópoles despertavam a imagem de um monstro; seu rápido e incontrolável crescimento sugeria a ideia de um tumor; suas ruas labirínticas e estreitas – ideais para esconderijos de onde o perigo podia surpreender a cada instante – suscitavam comparações com a selva; seu amontoado compacto de casas e torres foi equiparado a uma floresta; suas massas humanas em constante evocavam vagas marinhas e rios impetuosos.

Assim sendo, a fim de melhor gerir e controlar esta sua verdadeira mina de ouro (a força de trabalho), muitos industriais, em vários locais do mundo, adotaram o método de construção de moradas para seus trabalhadores, as quais passaram a ser denominadas de “vilas operárias” ou “núcleos fabris<sup>44</sup>” (geralmente construídas nas proximidades do local de trabalho<sup>45</sup>); e, apesar das variações técnicas, culturais, políticas e administrativas existentes

---

<sup>44</sup> É importante destacarmos que há o conceito de José Sérgio Leite Lopes denominado “sistema fábrica-vila operária” (já clássico nos estudos sobre trabalho e vilas operárias no Brasil), o qual nos remete ao tipo de sistematização utilizado pelas fábricas do Nordeste no oferecimento de moradias e ocupação com a reprodução da força de trabalho como mecanismo de seu controle e imobilização. Pode ser encontrado em LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília; Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988. 623p. Entretanto, por questão de ordem metodológica, que veremos um pouco mais à frente, optamos por usar o termo “núcleo fabril” para caracterizar o caso de Fernão Velho.

<sup>45</sup> Além de o industrial retirar mais-valia do trabalhador durante o momento da produção, também retirava lucro do aluguel ou venda das casas construídas aos trabalhadores.



em cada região em que se instalam, estes núcleos de moradia e de cotidiano operário possuem bastantes traços em comum, pois se trata de um espaço criado e planejado para manter uma política de controle sobre a força de trabalho.

Este sistema surge, então, de modo idealizado para o constante domínio sobre a classe trabalhadora, para que assim o industrial obtenha maior rendimento de sua produção dentro da fábrica, ou seja, a aplicação deste tipo de política busca administrar sua força de trabalho no momento extra-produção (tanto no plano doméstico como nos espaços públicos), a fim de que o operário renda melhor durante a sua produtividade e conseqüentemente aumente a extração de mais-valia e a intensificação do lucro do capitalista (CORREIA, 1998; LEITE LOPES, 1988; LEITE LOPES, 1979).

No entanto, antes de irmos mais adiante sobre este assunto, faremos um parêntese de ordem metodológica e conceitual para diferenciarmos – tal como feito por Telma de Barros Correia<sup>46</sup> – estas duas distintas categorias de povoadamentos operários<sup>47</sup>, construídos pelos patrões para a classe trabalhadora, que no Brasil generalizou-se chamar “vilas operárias”<sup>48</sup>.

Segundo a referida autora, a “vila operária” será construída em um território onde haja maior proximidade com a cidade ou município no qual está inserida a fábrica e sua correspondente vila, isto é, o setor estatal tem significativa influência sobre a administração do espaço fabril: neste caso, a autonomia do industrial é limitada e pode estar em conflito com a política adotada pela cidade fora de sua vila, o que lhe dá menos espaço para reger suas próprias regras sobre o controle do cotidiano da classe trabalhadora e sobre os métodos de organização de sua vida doméstica.

Por outro lado, os ‘núcleos fabris’ são construídos em localidades geográfica e socialmente isoladas ou em regiões de pouca habitação e geralmente de difícil acesso, onde a fábrica se responsabiliza em fundar uma espécie de nova cidade<sup>49</sup> sob seu comando. Todas as

---

<sup>46</sup> CORREIA, Telma de Barros. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Pedra**: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papyrus, 1998. A autora apresenta a diferença entre os conceitos de “vila operária” e “núcleo fabril”.

<sup>47</sup> Vila operária e núcleo fabril.

<sup>48</sup> A mesma autora afirma que “este tratamento generalizante contribui para ocultar as enormes diferenças na forma de gestão do trabalho entre vilas construídas por indústrias em cidades existentes e vilas isoladas no campo, nas quais a fábrica cria uma ‘cidade’ nova e tem condições de gerir a vida do lugar com grande autonomia” (CORREIA, 1998, p. 11).

<sup>49</sup> Isso não significa necessariamente que estas habitações eram construídas em localidades inabitadas ou despovoadas, pois no caso do Nordeste brasileiro, muitas vilas operárias e núcleos fabris foram feitos em regiões de antigos engenhos, como é o caso de Paulista-PE, dos núcleos fábricas localizados no município de Rio Largo-AL, o núcleo fabril Fernão Velho (Maceió-AL), entre outros.

novas instalações – desde a urbanização, higienização, tratamento médico, fornecimento de água, de energia, promoção de festas e lazer, construção e administração de capelas ou igrejas, espaços “públicos”, critérios político-administrativos – serão mais bem estabelecidas a partir da ordem dos industriais.

No Brasil, este processo de isolamento e nucleação das indústrias pode ser entendido como resultante, entre outras coisas, dos “limites de sua burguesia industrial, incapaz de articular a sua produção com outras regiões, ou de superar a fragmentação regional e passar a controlar em nível nacional” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 176, 177).

A localização destes bairros de operários se apresentava pouco aproximada da paisagem urbana, pois o aspecto rural prevalecia nesta conjuntura, porém “não se tratava de ‘resquícios feudais’ ou ‘pré-capitalistas’: eram, pelo contrário, formas concretas e específicas de formação e desenvolvimento do capitalismo” (Ibid).

O controle e a autonomia da fábrica sobre seu núcleo de povoamento, neste caso, são bem maiores do que os das vilas operárias, pois esta última acaba tendo que dividir ou disputar espaços com outros setores da sociedade, a fim de conseguir maior liberdade de controle sobre sua classe trabalhadora.

Já o núcleo fabril é um espaço de socialização da vida coletiva e familiar da classe trabalhadora com relações bem mais firmes e estáveis, pois são arrançadas com o fim de servir como “[...] um equipamento de arregimentação, fixação e controle do trabalhador, em cuja organização, a segurança da propriedade e da produtividade do trabalho foram questões centrais” (CORREIA, 1998, p. 11).

Todavia, este mecanismo de retenção dos trabalhadores através do oferecimento de casa e de promoção da vida extra-trabalho controlados pela fábrica, traz à tona

novas determinações à relação entre patrões e operários – à diferença das fábricas que não controlam nem a moradia, nem a vida social extra-fabril de seus operários – que extrapolam da esfera da produção em direção ao controle material da própria esfera da reprodução da força de trabalho (LEITE LOPES, 1988, p. 17).

Aqui, a casa tem uma conotação diferente do simples habitat da força de trabalho, pois “[...] quando a casa é ofertada ao trabalhador, ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca” (BLAY, 1985, p. 11), porque no aluguel

da casa está indiretamente contida parte do salário do trabalhador, ou melhor, o custo do quantum necessário à produção e reprodução da força de trabalho, mantendo, dessa forma, boa parte do salário que seria dedicado ao trabalhador sob a administração dos empresários.

E esta busca pelo constante domínio sobre o cotidiano e os demais aspectos da reprodução da classe operária cria uma relação de submissão ainda maior do empregado para com o seu patrão, na medida em que este último, ao lhe pagar salário irrisório e mantendo o operário sob a dependência da moradia de aluguel<sup>50</sup> – com casas pertencentes à fábrica – e lhe proporcionando<sup>51</sup> as condições básicas de reprodução da vida fora da fábrica, estimula uma “imobilização da força de trabalho pela moradia” (LEITE LOPES, 1979, p. 41), pois “quem é despedido da fábrica não pode mais ser ‘locatário’ da casa, e o pré-aviso de despejo é expeditivo, por exemplo, de uma semana” (Ibid., p. 58): estes mecanismos fazem com que o operário esteja muitas vezes indisposto ou resguardado para articular qualquer tipo de contestação ou resistência contra as condições oferecidas pela administração da empresa.

O operário se sente preso pela casa, porque se mantém sob a constante condição de perder (concomitantemente) trabalho, casa e um local que lhe ofereça melhor estrutura do que os locais periféricos das grandes cidades.

Logo, a moradia que os industriais oferecem (quase sempre em forma de aluguel descontado diretamente na folha de pagamento), surge como um mecanismo primordial na dominação do patrão sobre a sua força de trabalho, porque através deste recurso, o empresário dispõe de “um poder de dominação reforçado que se origina da concentração nas mesmas mãos do capital industrial e da propriedade territorial” (Ibid., p. 22).

Esta característica de industrial e proprietário das casas dos trabalhadores (simultaneamente) pode ser encontrada também na Inglaterra do século XIX. De acordo com Marx, em *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*<sup>52</sup>, os proprietários de minas construíam certa quantidade de *cottages* para seus trabalhadores, buscando com isso renunciar a toda despesa “não necessária” de dinheiro.

---

<sup>50</sup> Há alguns poucos casos em que os industriais doam ou vendem a casa dos trabalhadores, mas o que aparece com mais frequência é o oferecimento de casas de aluguel aos trabalhadores, tanto nos casos de núcleos fabris ou de vilas operárias.

<sup>51</sup> Descontando-se, obviamente, de seu salário estas “benfeitorias”.

<sup>52</sup> MARX, Karl. *A lei geral da acumulação capitalista*. In: \_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1; vol. 02. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. (Capítulo XXIII).

Segundo Eva Blay (1985, p. 11), a casa da fábrica, locada pelo patrão ao operário, “[...] constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força”, visto que o intermédio da casa – pertencente ao industrial – dentro da relação de produção e da reprodução da força de trabalho permite-nos entender uma dupla vinculação entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Neste contexto, o operário passa a ser também inquilino (operário-inquilino), e o industrial torna-se paralelamente proprietário (proprietário-empregador).

O aluguel das casas, dessa maneira, articula-se ao salário, sendo acrescentado na soma dos custos necessários à produção e reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo em que surge como um duplo mecanismo de extração de mais-valia, porque neste caso, o patrão retira seu lucro tanto na esfera da produção (através da extração de mais-valia sobre o tempo de trabalho não pago ao trabalhador durante a produção de mercadorias) como no aluguel das casas descontado do salário.

Dentro destas circunstâncias, o industrial passa a dispor não somente do domínio sobre a esfera da produção, mas também sobre a moral, a recreação e os demais aspectos da vida e do cotidiano da classe trabalhadora: sempre enfatizando este controle através dos métodos de aplicação direta ou indireta de violência sobre os trabalhadores (tais como as ameaças ou cumprimentos de despejos, demissão e/ou espancamentos<sup>53</sup>); ou pela esquematização e disposição das casas e dos espaços públicos: os espaços do interior da casa e da rua correspondem a “dimensões e estruturas compatíveis com a separação das funções e das pessoas conforme sexo e idade” (CORREIA, 1998, p. 99); pois elas são organizadas com o fim de “eliminar espaços que interfiram no trajeto ao trabalho, como corredores, pátios, bares e praças” (Ibid.).

Toda esta estrutura, outrossim, alia-se a uma organização da legitimação do poder e do controle patronal. O fato de o industrial dispor da moradia dos trabalhadores em proximidade com as instalações da fábrica (e sob os domínios de sua administração) lhe dá condições de recorrer a uma maior autoridade sobre o tempo e sobre a jornada de trabalho dos operários, intensificando-as nos momentos de necessidade de maior produtividade para o mercado

A proximidade do trabalhador-morador no núcleo fabril (ou na vila operária)

---

<sup>53</sup> A aplicação deste tipo de violência pode ser encontrada tanto em entrevistas de trabalhadores têxteis de Fernão Velho, como em relatos publicados em diversas edições em *A Voz do Povo* (Jornal do Partido Comunista Brasileiro – PCB).

intensifica e “[...] assegura por si só a assiduidade dos operários, assim como a sua pontualidade. [...] Essa mesma proximidade serve de argumento à administração da fábrica para exigir horas-extras de seus operários [...]” (LEITE LOPES, 1979, p. 58).

Conseqüentemente, esta relação entre industrial (ao mesmo tempo patrão e proprietário) e operário (empregado e inquilino), bem como a construção sistemática do domínio sobre o cotidiano de seus respectivos espaços, surge num tom patriarcal, de tal maneira que o patrão se constrói sob a imagem de “grande pai” e de zelador da “família operária”: o proletariado pode acabar dialogando com estas condições e criando (ambiguamente) organizações de resistência e/ou cooptação para com o patronato.

Para evitar conflitos entre classes e acometer seu potencial de administrador da vida dos pobres, muitos industriais passaram a acreditar e a investir na sua imagem de indivíduo moralizador, de assegurador da disciplina e da ordem, firmando ideologicamente seu papel de “grande pai” da “família operária” e apresentando-se como aquele que deu emprego e abrigo aos antigos desocupados. O núcleo fabril aparece assim como o lugar da “limpeza” e da regeneração da “nova” classe trabalhadora, diferenciando-se dos trabalhadores urbanos, que eram considerados sujos, mal cuidados e desprovidos do mínimo de assistência.

Assim, as classes dominantes passaram a empregar capitais, a sistematizar e executar a ideia do conjunto da força de trabalho como uma espécie de grande família (ordeira e trabalhadora), a fim de manter a imagem positiva do trabalho frente à sociedade burguesa, porque “os empresários tinham a visão amplamente difundida de que os pobres eram uma classe dada à indolência se não fosse coagida a trabalhar” (STEIN, 1979, p. 66).

Por isso, o núcleo fabril, por meio do qual se submetem os novos sujeitos do trabalho às regras, à disciplina, ao controle e à produtividade, corresponderá a um tipo de espaço ideal da reorganização da vida industrial moderna, pois constituirá o universo da propaganda do local onde o trabalhador não só trabalha, mas onde vive de forma higienizada, ordeira, disciplinada e obediente.

Este tipo de relação criada e propagandeada pelos industriais, no entanto, serviu como modelo de comunidade industrial muito admirada pela própria burguesia, porque estes espaços eram tidos como o lugar onde predomina o discurso da promoção do abrigo moral e espiritual dos pobres e ex-desocupados; lugar este criado e mantido pela ordem e pelos

valores da burguesia industrial. Preocupar-se-á em obter uma espécie de política da “pobreza sadia”: do pobre pacífico, limpo e disciplinado (CORREIA, 1998). Dir-se-á pela boca dos membros e ideólogos da burguesia: o núcleo fabril é o lugar onde o trabalhador e a classe abastada vivem em completa harmonia.

Todas estas inquietações sobre os cuidados e a boa aparência no tratamento do trabalhador (ao menos no Brasil) eram motivadas, principalmente, por estarem situadas entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ou melhor, num momento<sup>54</sup> em que as indústrias necessitavam

[...] retirar mão-de-obra de outras atividades, captar fluxos de pessoas já liberados e incorporá-los a seu regime de trabalho, buscando transformá-los em operários adaptados a seus métodos e submetidos à autoridade do industrial, e para isso encontrava dificuldades (Ibid., p. 12).

Estas preocupações em propagandear a existência de um suposto bom tratamento do trabalhador também se tornam evidentes quando percebemos que estamos tratando de uma nação recentemente saída de um sistema escravista de produção, onde a cultura do trabalho assalariado é rigidamente regrada pelo apito da fábrica; além disso, os métodos e técnicas de trabalho industrial e capitalista, em que ao homem é dado apenas o movimento mecânico da força motriz<sup>55</sup>, soa ainda de forma pouco convidativa aos ouvidos dos novos proletários e da pouquíssima mão de obra especializada entre o final do século XIX e início do século XX.

Devido a essas condições, o industrial costumava apresentar suas “benesses” para com o proletariado, a fim de obter mais êxito na atração dos mais variados setores da sociedade e de estar bem-visto por sua própria classe trabalhadora, pois

esse material de propaganda, além de servir para o prestígio da companhia entre os empresários junto ao público, visava também a reforçar o orgulho dos operários de pertencerem a um mundo onde não apenas trabalhavam, mas onde eram também atendidas as suas mais variadas necessidades (informação verbal)<sup>56</sup>.

A fim de melhor atrair e arregimentar esta escassa mão de obra que chega ao núcleo fabril, o industrial se utilizava não somente da moradia como o único mecanismo de criação de dependência do trabalhador para com sua chefia. Ele também se encarregava de

<sup>54</sup> Entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

<sup>55</sup> “A Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com as mãos os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz” (MARX, 1985b, p. 9).

<sup>56</sup> Memória da Vida e do Trabalho, 1986.

proporcionar as condições básicas de manutenção e reprodução da vida cotidiana dos trabalhadores, as quais eram, evidentemente, descontadas de seus já irrisórios salários e da extração direta da mais-valia, o que condicionava um endividamento antecipado do operário para com a administração da fábrica.

Segundo depoimento de uma operária da Fábrica Carmen, em Fernão Velho – apresentado no filme *Memória da Vida e do Trabalho*<sup>57</sup> –, este estabelecimento industrial dispunha não somente do domínio sobre as casas e sobre a administração pública do local, como também geria o comércio do lugar. Vejamos:

Lá tinha o empório. Vendia fazenda<sup>58</sup> na loja e eletrodoméstico, e na estiva vendia comida. E quando a gente recebia o dinheiro, não dava pra fazer a feira: comprava pouca coisa. Quando chegava dia de segunda-feira, a gente não tinha mais nada. Então a gente ia na fábrica, pedia um *vale*, eles davam aquele vale e a gente ia pra estiva comprar alguma coisa (grifo nosso) (informação verbal)<sup>59</sup>.

Esta iniciativa dos industriais em manter também o controle sobre o comércio apareceu-nos como mais um importante mecanismo de domínio da fábrica sobre seus trabalhadores, pois assim eles conseguiam controlar também a esfera da troca e o tipo de mercadorias que iriam abastecer a classe trabalhadora, escolhendo previamente os produtos que iriam oferecer aos seus trabalhadores;<sup>60</sup> evitando bebidas alcoólicas<sup>61</sup> ou qualquer tipo de consumo considerado supérfluo ou impertinente à administração da força de trabalho.

Além do mais, os industriais mantinham os trabalhadores constantemente sob prévio endividamento e, como consequência, deixava-os dependentes do vale e/ou do cupom, a ser descontado no próximo pagamento de salário.

Daí, o industrial-proprietário conseguiria a obtenção de lucro com a venda de produtos comprados a preços mais baixos e vendidos a preços mais altos aos trabalhadores, retirando novamente lucro em cima do salário pago por ele mesmo (só que agora na esfera do

<sup>57</sup> Dirigido por Celso Brandão, este filme foi gravado em 1984 e lançado ao público em 1986. Ele aborda aspectos da industrialização têxtil em Alagoas, tomando como base as fábricas de Rio Largo, Saúde (atualmente pertencente ao bairro de Ipioca (Maceió-Alagoas)) e Fernão Velho, sendo esta última a de maior evidência no filme.

<sup>58</sup> Tecido era popularmente conhecido como “fazenda”.

<sup>59</sup> Fala retirada do filme: *Memória da vida e do trabalho*, 1986.

<sup>60</sup> Era muito comum nos núcleos fabris a proibição de venda de bebidas alcoólicas ou outras mercadorias consideradas desnecessárias ou inconvenientes à força de trabalho. Mercadorias que porventura interferissem negativamente na moral, na disciplina e na produção e reprodução da classe trabalhadora.

<sup>61</sup> Não quer dizer que negasse bebidas alcoólicas, mas que fiscalizavam a sua época de consumo, ou seja, era comum que fosse permitida apenas em dias festivos.

consumo<sup>62</sup>). Aqui, tanto o industrial consegue obter de volta o salário pago ao trabalhador, como criar para com ele um vínculo de endividamento prévio: o desconto no salário faz com que o operário sintasse sempre preso ao que o industrial tenha a lhe oferecer.

Outros mecanismos de obtenção de descontos dos salários pagos aos trabalhadores também eram exercidos pela fábrica. No documentário supracitado, outro operário do mesmo estabelecimento, também morador do núcleo fabril, apresenta o que era descontado e o que por fim recebiam diretamente em seus salários. Vejamos a fala do tecelão José de Freitas, em Memória da Vida e do Trabalho (1986):

Descontava em folha de pagamento. Quatro parcelas: aí então saía a mensalidade: todo mês descontava a casa, descontava sindicato, higiene e caixa beneficente. Esse dinheiro todinho era tirado daquele pouco dinheiro que a gente ganhava. No final saía... nós ganhava em média de somente um terço, dois terços era de desconto (informação verbal).

Estes descontos, no entanto, surgem como mais uma exploração sobre a exploração, visto que durante o momento da produção o trabalhador já entrega gratuitamente ao empresário uma parte de seu tempo de trabalho, ou seja, entrega-lhe a mais-valia contida na mercadoria produzida. Seu salário (recebido como pagamento da mercadoria força de trabalho durante a produção) será devolvido ao mesmo capitalista que lhe pagara o salário, só que desta vez através do fornecimento de mercadorias necessárias à sua reprodução.

Segundo Leite Lopes (1979, p. 53), nesta situação, “o proprietário [das casas e das terras] são a mesma pessoa”. Acrescentamos que este mesmo indivíduo ainda é dono e administrador do comércio fornecido ao local, alcançando muito além da esfera da produção, porque ele consegue interferir diretamente sobre quase todos os aspectos da vida dos fornecedores de sua força de trabalho.

Estas características de imobilização do trabalhador através do fornecimento de moradia, da administração das necessidades básicas e dos variados descontos, são criadas, obviamente, como importantes travas da resistência organizada pela classe trabalhadora, pois quando esta funda qualquer tipo de mobilização ou paralisação do trabalho, sente-se extremamente vulnerável ao desemprego, à fome e ao despejo das casas. Além disso, o próprio ambiente fechado que a fábrica instala para si dá aos industriais as condições de conhecer – sabendo através de vigias ou até por outros operários – os supostos líderes de

---

<sup>62</sup> Porém, é importante percebermos que apesar de o industrial retirar lucro na esfera do consumo do trabalhador, não era este seu principal objetivo: sua meta era o controle sobre sua força de trabalho.



qualquer tipo de organização de resistência dentro do núcleo fabril.

Afora estes métodos legais (de acordo com as legislações criadas dentro do modo capitalista de produção em cada país), surgem os mais variados meios de extrair lucro do trabalho não pago ao trabalhador e transferido ao capitalista, tais como os cálculos propositalmente errados dos apontadores, os abatimentos feitos sobre atrasos ou suspensões dos trabalhadores, o constante aparecimento de máquinas com contadores “quebrados” (o que diminui as contas de produtividade de alguns trabalhadores<sup>63</sup>), entre outros.

Entretanto, mais do que se preocupar com estas técnicas de extração de mais-valia diretamente na produção, os empresários estavam ocupados em obter o controle dos diversos setores da vida social de sua classe trabalhadora, porque assim poderia melhorar incessantemente os resultados de sua produtividade.

Mostraremos, em seguida, como se davam, especificamente, os mecanismos de dominação utilizados pela administração da Fábrica Carmen de Fernão Velho (até com possíveis peculiaridades), em comparação com outros núcleos fabris enquanto recurso de aprisionamento e controle da vida dos trabalhadores.

### **3.2 O isolamento espacial e social de Fernão Velho**

Dentre as estratégias adotadas por muitos industriais a partir das últimas décadas do século XIX, para a instalação de suas fábricas e das respectivas moradias de operários, a busca pelo isolamento geográfico e social foi preponderante. Era muito comum a escolha por lugares afastados dos grandes centros urbanos.

Estes empresários buscavam construir o seu império industrial em regiões campestres, com pouca circulação de pessoas e com pouca habitação; num lugar distante das grandes aglomerações urbanas. Muitos optaram por construir um espaço inédito para as realizações das modernas relações fabris, ou seja, lugares onde não existissem os riscos da cidade grande,

---

<sup>63</sup> Na fala de alguns ex-operários é muito comum a reclamação sobre os apontadores. Os primeiros afirmam ter tido problemas com os últimos por estes muitas vezes apresentarem sua produção inferior ao que foi realmente produzido. Estes depoimentos tanto podem ser encontrados em entrevistas cedidas ao autor, como em TRAMA da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, 2008. 11 volumes, DVD, son., color.

já que esta era vista como lugar de contaminação de doenças, de falta de higiene, de desorganização e de constantes conflitos entre as classes sociais<sup>64</sup>.

Conforme Telma Correia (1998), este tipo de isolamento do espaço da vida e do trabalho industrial era usado como meio de aplicação dos recursos disponíveis para o funcionamento sistematicamente organizado à realização do processo de produção, tendo em vista dois objetivos específicos. Primeiro uma necessidade, e segundo uma intenção.

Ou seja, estes procedimentos se conformavam à necessidade de obter proximidade com fontes de energia e de abundância de terrenos baratos; e o segundo reproduzia o desejo do patrão em obter maior controle sobre seu empregado, sendo este último o requisito mais importante, pois o intuito da localização da indústria no campo era planejado no sentido de ter a possibilidade de independência em relação às leis e à justiça, da mesma forma que evitava a disputa do mercado de mão-de-obra, criando, portanto, um poder local de fato, ou melhor, “um governo local de fato”.

Por isso, o núcleo fabril de Fernão Velho, construído pela primeira indústria têxtil de Alagoas e uma das primeiras fábricas de tecidos edificadas no Brasil<sup>65</sup>, pertencente à União Mercantil, mais tarde denominada Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem S/A<sup>66</sup> – que foi oficializada (enquanto firma para reunião de capitais) em março de 1857, mas só começando a funcionar suas primeiras máquinas em 1865<sup>67</sup>, com 1625 fusos e 40 teares manuseados por 35 operários (MACIEL, 2009) –, não obstante sempre ter estado legalmente inserido nos territórios do atual município de Maceió, apresentava um afastamento político-administrativo e territorial das relações desta capital desde sua formação.

Recortado pela linha férrea<sup>68</sup> que liga Maceió-Recife e Maceió-Paulo Afonso (Bahia), passando por diversos municípios do interior de Alagoas e Pernambuco, este espaço industrial

<sup>64</sup> Telma Correia (1998) apresenta alguns núcleos fabris, construídos em lugares isolados, tais como o da fábrica de tecidos de Osaka Spining Cia, no Japão; da Fábrica Votorantim (Sorocaba-SP); o núcleo fabril Camaragibe, da Companhia Industrial Pernambucana; entre outros., que mostra como este recurso de administração da vida industrial esteve presente nos mais diferentes locais do mundo.

<sup>65</sup> Em 1866, havia apenas nove estabelecimentos têxteis no Brasil (SIMONSEN, 1973).

<sup>66</sup> Esta fábrica passa a mudar sua denominação a partir de 1943, sob a gestão do grupo Othon Bezerra de Mello S/A.

<sup>67</sup> Porém, há controvérsias quanto ao do início de funcionamento desta fábrica. Segundo Sant’ana (1970, p. 64) “Somente em 1863, após superadas algumas dificuldades, acabou-se de montar a fábrica, na localidade Fernão Velho (Maceió), funcionando pela primeira vez os seus teares no ano seguinte [1864], ficando assim implantada a indústria têxtil em Alagoas”.

<sup>68</sup> O trem conseguiu – como nenhum outro veículo até sua época – facilitar “o conhecimento da corte e do mundo, a discussão de temas políticos, sociais, científicos e culturais. A leitura de jornais passaria a ser um hábito obrigatório nas viagens [...]” (TENÓRIO, 1996, p. 106).

é construído entre duas barreiras naturais, uma vez que esta fábrica e seu correspondente núcleo fabril foram edificados categoricamente às margens da lagoa Mundaú<sup>69</sup> e circundados por um morro de mata Atlântica, de onde ela consegue obter (devido suas nascentes) fonte de energia hidráulica necessária para mover suas maquinarias<sup>70</sup>, ao mesmo tempo em que cria um obstáculo natural para entrada ou saída de pessoas “estranhas” no núcleo, instituindo uma espécie de fortaleza verde ao seu redor, como pode ser mais bem visualizada na figura 02.

**Figura 2 – Vista aérea de Fernão Velho**



Fonte: Google Earth, 2011.

Esta indústria demonstra seu objetivo de construção de autonomia e desvinculação com a comarca de Maceió (ou qualquer outro poder político administrativo) para a

<sup>69</sup> É frequente a referência de operários de Fernão Velho sobre a lagoa enquanto local frequentado por eles a fim de complementar a alimentação familiar, já que o salário oferecido pela fábrica quase nunca era suficiente.

<sup>70</sup> Pelo fato de essa indústria ser movida tanto por energia hidráulica, como por energia a vapor (ao menos até as instalações da energia elétrica), a mata Atlântica servia como forte reserva de fonte energia para a movimentação da fábrica.

organização de seu espaço fabril desde seus primeiros movimentos.

Em 1866, poucos anos após sua fundação, faz o anúncio da “[...] construção de uma ala destinada a abrigar uma pequena enfermaria para os trabalhadores doentes, um refeitório para os operários e aprendizes sem família e dormitórios para os que não tivessem onde morar” (STEIN, 1979, p. 69). Este relato nos faz perceber como a administração deste estabelecimento já investia na construção de um local que abrigasse não somente o trabalho, mas também oferecesse as condições para que seu proletariado se fixasse dentro da “cidade da fábrica”, tal como ocorre no sistema aplicado pelos núcleos fabris.

O interessante é que, praticamente um século após as primeiras instalações desta fábrica, veremos como ainda os meios de os operários se locomoverem ao centro da cidade continuavam bastante dificultosos. No jornal *A Voz do Povo* (do Partido Comunista Brasileiro em Alagoas), em dois momentos há reclamações sobre as péssimas condições em que se encontrava o transporte coletivo da linha que fazia o percurso Fernão Velho – Maceió.

No jornal de 12 de janeiro de 1958 (p. 01), há queixas contra a pequena quantidade de lotações para a localidade, e a edição de 09 de março (p. 02) do mesmo ano vem com o seguinte título: “Fernão Velho: vila sem transporte”, e segue:

É cada vez mais grave a situação dos transportes coletivos que liga Maceió e Fernão Velho, um dos maiores centros fabris de nosso Estado [...]. Enquanto Rio Largo<sup>71</sup> tem transporte até as 22 horas, Fernão Velho depois das 18 horas fica completamente isolado de Maceió, sem transporte de qualquer natureza, impedindo, portanto, que os jovens de Fernão Velho estudem em Maceió em cursos noturno por falta de transporte, assim como no caso de necessidade de assistência médica.

É dessa forma que, apesar deste núcleo fabril localizar-se somente a 12 quilômetros do centro de Maceió, há grandes empecilhos para os trabalhadores se deslocarem à parte central da cidade, o que se alia aos interesses da política da fábrica em manter sua classe trabalhadora assegurada sob seus desvelos, porque os industriais buscavam mostrar aos seus operários que o único mundo existente é o da relação de trabalho e vida na fábrica e no núcleo fabril: suas festas, entretenimentos, lazer, espaços e eventos religiosos (entenda-se católicos<sup>72</sup>), escolaridade necessária, trabalho e família, estão todos contidos neste ambiente.

<sup>71</sup> Município de Alagoas, localizado a apenas 27 quilômetros de Maceió. Abrigava duas indústrias têxteis (nesta época, ambas já eram pertencentes à Companhia Alagoana de Tecidos).

<sup>72</sup> Ao que constamos em entrevistas, o próprio calendário da fábrica se ajustava às cerimônias católicas, sendo feriado, por exemplo, o dia 19 de março, dia de São José, pelo calendário católico. Não encontramos nada referente a eventos religiosos de outras religiões no núcleo durante o período em estudo.

O trem de passageiros também tinha suas viagens reduzidas<sup>73</sup>, tal como afirmam algumas operárias entrevistadas: uma delas declara que “o trem subia pela manhã e descia pela tarde. Pra você ir pra Maceió, você tinha que descer no trem e almoçar no hotel, porque não tinha, não podia [voltar antes]; só quando o trem subia. [Só] depois [foi] que chegaram os ônibus, né? Quando eu cheguei aqui não tinha ônibus” (informação verbal)<sup>74</sup>. Este fato obrigava os operários que precisassem se deslocar para Maceió à procura de outras possibilidades de emprego ou estudo a ficar um dia inteiro fora do núcleo fabril, o que praticamente era impossível devido à jornada de trabalho e condições economicamente precárias às quais estavam submetidos<sup>75</sup>.

Outra operária, Dona Aidée, comenta sobre o isolamento espacial de Fernão Velho, quando diz que “o povo não sabia nem andar em Maceió. Eu saía daqui, de pés, bem cedinho mais a minha mãe até Bebedouro. De lá a gente apanhava o bonde e ia pro comércio” (informação verbal)<sup>76</sup>.

Com certeza, estes fatores desestimulavam a tentativa de rotina, tanto de saída de operários, como de visita de pessoas “indesejáveis” no núcleo, o que interessava bastante ao patronato, pois aos seus operários restaria pouca ou nenhuma perspectiva de outras formas de trabalho, de estudo etc., o que tornava difícil aos trabalhadores a procura de autonomia pessoal ou profissional em outras localidades ou setores; da mesma maneira, evitava-se que eles se “contaminassem” com ideias novas e “subversivas”, as quais viriam a prejudicar futuramente o andamento das relações da produção e do cotidiano operário no núcleo fabril.

Outra característica muito comum entre os núcleos fabris é o fato de seu isolamento espacial também criar um centro de produção e vida industrial em região campestre. De acordo com a afirmação de Marx e Engels (1977, p. 78): “A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao

---

<sup>73</sup> Com isso não queremos afirmar que os industriais tinham controle sobre o transporte ferroviário, mas apenas que a ocasião de ter poucas viagens de trem ajudou no isolamento espacial do território fabril.

<sup>74</sup> Informação oral cedida por Josefa Alves dos Santos, em 13 nov. 2010. Esta operária chegou ao núcleo fabril com 10 anos de idade, em 1940. Passou a trabalhar na fábrica com 14 anos e durante a entrevista estava com a idade de 82 anos. Interessante é que, tanto ela como outros operários, sempre enfatizam as dificuldades para deslocar-se ao centro de Maceió.

<sup>75</sup> Muitos operários afirmam que a jornada de oito horas de trabalho era cumprida, porém a fábrica costumava alternar a cada semana o horário de trabalho de alguns trabalhadores. Era comum os que trabalharam de 6 horas às 14 horas, na outra semana passar a trabalhar de 14 às 22 horas na outra semana. Esta manipulação de horários feito pela fábrica era usado como meio de podar a tentativa de outras alternativas ou complemento de salário.

<sup>76</sup> Texto extraído do DVD 01 (Dona Aidée), em Trama da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008.

passo que o campo evidencia exatamente o oposto: o isolamento e a separação”.

Entretanto, as relações extra-fabris em Fernão Velho se faziam sob a rotina de um lugarejo com aspectos interioranos, com reduzido trânsito de pessoas, onde os moradores e vizinhos se conheciam em sua maioria com certa intimidade e com famílias operárias oriundas de lugares distantes, em sua maioria de sítios, roçados ou antigas regiões de engenho ou de terras de usinas<sup>77</sup>, o que acentua as origens sociais de um proletariado oriundo de regiões rurais<sup>78</sup>.

No entanto, esta propriedade de formação do proletariado situada no campo também é parte integrante da política de controle da administração da fábrica sobre sua mão de obra, porque cria um cenário diferente do que é encontrado na cidade, já que esta última era vista por boa parte das elites política, intelectual e econômica, como local de desordens, imoralidades, sujeiras e as mais variadas epidemias. Ademais, a cidade era vista pelos intelectuais conservadores e elite como o lugar onde estavam inseridos os fantasmas que assombravam as classes dominantes da época: o socialismo, o comunismo e o anarquismo.

Para evitar tais “contaminações” e conseqüentemente se desviar dos conflitos entre classes, os industriais resolveram, em muitos casos, criar uma espécie de ilha de trabalho em regiões afastadas da cidade, onde houvesse o mínimo de relação da sua classe trabalhadora com setores externos ao trabalho e à vida no núcleo fabril, buscando, ao máximo possível, manter uma rotina pacata na vida dentro e fora da fábrica.

Com esse intuito, este espaço industrial lançava mão da criação das mais variadas extensões de promoção do lazer e da ocupação do tempo fora do trabalho. Ao mesmo tempo, este aspecto rural do proletariado surgia numa intersecção – aparentemente contraditória – do espaço em processo de modernização e urbanização, pois estava suplementado com diversos elementos condizentes à organização de uma cidade nova e de acordo com princípios técnicos e higiênicos exigidos pelo Estado.

A administração da fábrica, assim, construía e mantinha sob seu domínio diversos

---

<sup>77</sup> Não encontramos indícios de “recrutamento” e “aliciamento” de famílias operárias para o núcleo de Fernão Velho, tal como estudado por José Sérgio Leite Lopes (1988), na vila operária de Paulista-PE. Segundo Leite Lopes, a Companhia Paulista de Tecidos (PE), possuía um corpo de agentes encarregados de recrutar famílias – no interior de Pernambuco e estados vizinhos – para trabalhar nesta fábrica.

<sup>78</sup> Em Fernão Velho, o trabalhador só poderia ser empregado na fábrica e residir no núcleo fabril se trouxesse consigo a família.

espaços e grupos de integração operária: cinema, teatro, quadra de esportes, grupo de escoteiros, bombeiros, grupos religiosos católicos, clubes de basquetebol, futebol e voleibol, banda de música composta por operários etc.

Discutiremos um pouco mais à frente a respeito destes espaços, pois eles surgiram também como mecanismo de dominação do operariado e como propaganda de um núcleo fabril estruturado para a vida ordeira, dentro do qual os trabalhadores eram bem tratados pela administração da indústria. A seguir, veremos alguns rompimentos quanto à ideia de isolamento criada pela sistematização dada ao núcleo fabril de Fernão Velho.

### **3.3 Contrapontos ao isolamento de Fernão Velho**

É importante apontarmos aqui alguns esclarecimentos a respeito do isolamento estrategicamente estabelecido pelos industriais da Fábrica Carmen. Primeiro, quando falamos sobre a política de formação de uma “ilha da vida e do trabalho”, criada e mantida pela fábrica para maior domínio sobre operariado, não estamos afirmando que estes industriais não acompanhavam as inovações técnicas e tecnológicas de industrialização (em termos nacionais e internacionais); ou que não estivessem a par da política de administração do trabalho e da classe trabalhadora; nem que não tinham dimensão dos acontecimentos políticos e econômicos estaduais, nacionais ou internacionais; muito menos que fossem desvinculados das autoridades (políticas, jurídicas e policiais) existentes em Alagoas ou em Maceió.

Muito pelo contrário, o capitalista, ao se dispor ao papel de reprodutor do capital, deve estar inteiramente conectado às condições políticas e econômicas que engendrarão o funcionamento de sua obra. A sistematização será sua primeira palavra de ordem. Por isso, o conhecimento sobre a conjuntura na qual estará inserindo e administrando seu capital deve ser peça chave para seu desenvolvimento. O contato e aproximação com lideranças políticas não poderá deixar de existir.

Concomitantemente, a disposição deste isolamento não denota que a classe trabalhadora houvesse fecundado uma identidade operária autônoma, autêntica, isolada e desprovida dos impulsos e acontecimentos surgidos em panorama local, estadual ou internacional, tanto em termos de organizações operárias e direitos trabalhistas, como na busca por resistências contra o controle imposto pelos patrões e pelas condições de salário, de

trabalho e de vida à qual estavam submetidos (principalmente nos momentos de enfrentamento de crise econômica do setor, que agravava as condições de vida da classe trabalhadora).

Estes trabalhadores estavam muito bem situados quanto a seu papel de proletário alagoano e nacional, tendo conhecimento (e algumas vezes participação) sobre alguns importantes acontecimentos políticos concernentes aos interesses da classe trabalhadora fora do núcleo fabril<sup>79</sup>, como é o caso do Presidente do Sindicato Pitágoras Bertolino Café<sup>80</sup>, que, segundo depoimento do Sr. João Venâncio (à época conselheiro fiscal deste sindicato), afirma participação do citado presidente em um Congresso de trabalhadores na Bahia (informação verbal)<sup>81</sup>. Segundo o depoimento do mesmo trabalhador, após a administração da fábrica ter conhecimento de sua participação neste evento, o depôs da presidência do sindicato.

Ademais, encontramos vários outros registros das participações de líderes têxteis de Fernão Velho, em depoimentos de jornais, tais como o comentário do operário da Fábrica Carmen, Sílvio Lira, que foi procurado pelo jornal do Partido Comunista, *A Voz do Povo*, onde escreve sobre as eleições para governador do Estado e para presidente da República, defendendo uma plataforma que conviesse ao povo. O interessante também é o fato de o terem colocado na seção do jornal apresentada como “líderes alagoanos”, o que nos faz entender a ligação deste operário têxtil com a dimensão política no Estado de Alagoas<sup>82</sup>.

Ao lado dos registros precedentes, as Atas de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho indicam, muitas vezes, a presença de delegados do trabalho, advogados do sindicato, bem como de presidentes e representantes dos sindicatos de outras indústrias têxteis do Estado, acentuando-se principalmente em momentos de necessidade de grande mobilização, isto é, quando se escancarava a precariedade das condições de vida e trabalho da classe operária.

Quanto às denúncias de repressão exercidas pelos industriais e ao imobilismo sindical no combate a esta repressão e às más condições de vida dos trabalhadores, temos um

---

<sup>79</sup> Segundo constamos em entrevistas e em atas do sindicato, que veremos mais adiante.

<sup>80</sup> Apesar de já termos detectado sua presença em diversos momentos em atas do sindicato, assinando-as como secretário desde o início da década de 1950, sua atuação como Presidente deste órgão se dará entre Julho de 1967 a março de 1969.

<sup>81</sup> Além deste depoimento, não encontramos documentos escritos correspondentes a este acontecimento. Esta fala pode ser encontrada no DVD 05, em Trama da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008.

<sup>82</sup> *A Voz do Povo*, 11 de junho de 1955, p. 4.



importante testemunho na fala do operário Luis Gitaí, no filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), onde ele relata que, nos momentos de necessidade de aumento de salário e/ou pela reivindicação por melhores condições de trabalho, alguns operários se reuniam e falavam

[...] para o presidente do sindicato para fazer reuniões, ele não queria. Nós obrigava, juntava com a turma, fazia com que ele fizesse a reunião para chegar um salário; às vezes a companhia pagava faltando em nosso ordenado. Chegava o ponto onde ninguém não puder fazer uma reclamação no escritório, e os vigias criminosos, vigias criminosos, que vinha de fora, pra o operário não poder falar (informação verbal)<sup>83</sup>.

Ainda segundo a declaração do mesmo trabalhador, após estas reivindicações e a não obtenção dos resultados, eles buscavam insistentemente tentativas de apoio com as “autoridades mais altas”, que lhes respondiam: “[...] nada tenho que fazer, ali é propriedade privada”; e o operário complementa: “Mas por que ele dizia isso? Ele dizia isso porque recebia peças de bramante, peças de madastro<sup>84</sup>... as altas autoridades em Maceió, né? nessa época, né?” (informação verbal).

A omissão destas autoridades quanto às resoluções dos problemas apresentados pelos operários nos deixa muito claro como funcionava o sistema de relações entre os industriais e seu poder e influência no plano político, porque além do possível suborno com peças finas de tecidos produzidos pela fábrica apontado pelo operário acima, alguns destes industriais tinham forte presença no papel político e comercial do Estado, como é o caso da

[...] eleição do paraibano e cosmopolita Gustavo Paiva, então diretor e um dos principais acionistas da *Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos*, do município de Rio Largo, para a única vaga de representante classista patronal da indústria, lavoura e pecuária na Constituinte alagoana em 1933 (LESSA, 2008, p. 4, grifos do autor).

Outrossim, o relato do mesmo operário citado nos faz ver como ele (e seu grupo) tinha consciência e conhecimento quanto aos seus deveres e direitos enquanto trabalhadores têxteis, sabendo onde e a quem recorrer, pondo em xeque tanto o imobilismo sindical quanto a política de isolamento estabelecida pelos industriais.

No tocante à relação entre industriais e políticos locais, verifica-se através de documentos escritos e depoimentos que ela esteve sempre bem colocada desde suas origens.

<sup>83</sup> *Memória da Vida e do Trabalho*, 1986.

<sup>84</sup> Tecidos de alto valor de mercado na época.

Segundo a matéria de Waldir Cipriano, financista, historiador e diretor de indústria têxtil, publicada em *O Jornal*, de 17 de janeiro de 1999 (Caderno de Cultura), Fernão Velho, devido ao esplendor econômico de sua indústria na época, foi

cenário de visitas históricas, como a de sua Majestade o Imperador Pedro II, em janeiro de 1861, do presidente Affonso Pena, em 1906, do presidente Nilo Peçanha, em 1910, do presidente Washington Luís, em 1927, do presidente Getúlio Vargas, em 1933 [...]<sup>85</sup>.

Portanto, este depoimento apresentado em jornal acaba por desfazer, mais uma vez, com o suposto isolamento local. Ao mesmo tempo nos permite entender a importância dos industriais têxteis em seus fortes laços políticos com a elite política nacional e estadual, na medida em que o discurso do desenvolvimento nacional se aliava ao crescimento econômico industrial, ou seja, a indústria era (e continua sendo) entendida como espaço de promoção da riqueza nacional (estas questões podem ser mais bem clarificadas quando verificamos que parte da produção de mais valor dentro da indústria é disponibilizada para impostos estatais, ao mesmo tempo em que disponibiliza a circulação de dinheiro e mercadorias, o que vale, conseqüentemente, para ampliação de riqueza da burguesia nacional).

Este vínculo dos industriais com a esfera política dominante (tanto em perspectiva estadual quanto nacional) – como não poderia deixar de ser – também tem continuidade com a gestão do Grupo Othon, a partir de 1943, por conta de a Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho S/A (a mais importante indústria têxtil do Estado de Alagoas a partir desta gestão) abrigar um interessante espaço de discussões políticas e eleitorais, posto que, em termos de representação qualitativa e quantitativa de seu proletariado.

Em 1945, os seis municípios com fábricas têxteis tinham 43% do eleitorado de Alagoas, que era composto por 82.068 votantes. Em 1950, quatro desses possuíam os melhores graus de alfabetização do Estado (Maceió: 52%, Penedo: 35%, Rio Largo: 31% e Pilar: 27%) e estavam entre os principais pólos (sic) econômicos. A taxa de alfabetização do Estado era de 20%; as taxas mais baixas estavam nos municípios com índices menores de urbanização, seja naqueles onde predominavam a pequena propriedade ou naqueles baseados no latifúndio canavieiro (LESSA, 2008, p. 47).

O reconhecimento da importância do proletariado de Fernão Velho em âmbito estadual torna-se mais evidente quando, às vésperas da eleição de 1955, “o governador Arnon de Mello

<sup>85</sup> Quanto à presença do Imperador Pedro II, pode ser encontrado registro em DUARTE, Abelardo. **Dom Pedro II e dona Teresa Cristina em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1979. Este livro contém o diário da passagem do Imperador Pedro II por Alagoas, no ano de 1859, onde relata, entre outros detalhes, sua visita aos estabelecimentos industriais de Fernão Velho. A data de 1859 se contradiz com a do texto de Waldir Cipriano, o qual afirma ter sido em 1861.

fez questão de fazer em Fernão Velho um dos discursos de fechamento de sua campanha e o publicou no Diário Oficial” (Ibid., p. 53).

É interessante também salientar que na publicação deste mesmo discurso, o candidato a governador usa como vocativo do texto publicado: “Povo alagoano: operários de Fernão Velho”, afirmando, dessa maneira, o grande valor político do proletariado industrial deste núcleo fabril enquanto peça representativa do eleitorado alagoano, visto que este proletariado significava, nesta situação, a força propulsora da economia do Estado, correspondendo assim ao principal espaço de promoção de riqueza econômica e prestígio político-eleitoral para os administradores do Estado.

É a partir destas informações que podemos ter uma noção do limite do suposto isolamento em que estava situado este núcleo fabril. Até onde existia realmente um isolamento? Será que estamos falando, de fato, de uma ilha do trabalho, tanto para os operários como para os industriais? Será que os operários fundamentaram suas questões, sua identidade e inquietações somente a partir da relação criada dentro do núcleo fabril ou houve interferências de intelectuais da esquerda, de jornais ou qualquer outro meio que representasse um não isolamento<sup>86</sup>?

Nossa preocupação nesta discussão é fazer-se entender que nenhuma relação social “local”, principalmente no capitalismo, far-se-á desvinculada de uma totalidade concernente tanto ao plano político como à esfera econômica, cultural ou social. A história de qualquer sociedade só pode ser vista e entendida se for levado em consideração o plano de relação interna e externa sob o qual está dimensionada esta conexão.

Sendo assim, as respostas para estas questões aparecem de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que nos encontramos dentro de um espaço industrial criado para o recrutamento e isolamento de sua força de trabalho, nos deparamos com uma relação de constantes interconexões entre a história “local” e os mais diferentes setores “externos” ao Estado de Alagoas.

Este intercâmbio político e cultural do núcleo fabril encontra-se, por conseguinte, intercalado entre o diálogo de uma estrutura que abarca um cenário de tentativa de fechamento, sistematicamente idealizado para os fins anteriormente apresentados, e a

---

<sup>86</sup> Estes assuntos referentes às influências político-partidárias, serão aprofundados na subseção que discute as organizações operárias.

constante ligação com os mais variados ramos de atividades políticas, econômicas e culturais.

Por conseguinte, estas e outras questões (a serem abordadas mais adiante) são importantes para fundamentar nossa sistematização metodológica, na medida que entendemos que nenhuma destas classes (nem o operariado, nem o patronato) esteve de fato ilhada no mundo do núcleo fabril, até por ser impossível a realização de uma total reclusão para com a lógica do modo capitalista de produção, pois este sistema precisa estar constantemente vinculado às esferas da produção (técnicas e de aprimoramentos tecnológicos utilizados pelas indústrias modernas, o que é de fundamental importância para se manter viva frente à concorrência), da política e da economia.

A classe dominante precisa estar conectada às inovações aplicadas nos métodos de trabalho e de controle do trabalhador; necessita também estar inteirada sobre os acontecimentos políticos em panorama local e internacional para poder conduzir sua produção, seu escoamento e direcionar suas relações políticas; tem de perceber as estratégias de seus concorrentes e as necessidades de seu mercado consumidor; deve manter contatos com as autoridades políticas locais e externas, a fim de obter vantagens nos momentos de negociações entre os trabalhadores e a justiça, em caso de negociação comercial etc.

Dentro dessas circunstâncias, o trabalhador também aparece sempre numa tentativa de burlar o isolamento e a dominação criados pelos industriais; o operariado tem necessidades que ultrapassam o cotidiano do núcleo fabril e da Fábrica Carmen (tal como constatamos nas Atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, no jornal comunista *A Voz do Povo* e nos relatos dos operários entrevistados, nos quais encontramos vários vestígios da interação entre os diferentes sindicatos de trabalhadores, o contato com integrantes locais do Partido Comunista Brasileiro, na procura por órgãos da Justiça, a fim de denunciar salários não pagos, trabalhos aos domingos, o não cumprimento de salário mínimo etc.).

A partir das circunstâncias até aqui expostas, pudemos entender como se sucedeu a construção das categorias que formaram as relações políticas e culturais no núcleo fabril, tendo em vista que nossa análise não se restringe tão-somente a um estudo de caso, pois a delimitação territorial que aqui utilizamos serve como ilustração empírica de um movimento geral do capital e do trabalho. Como já afirmamos, principalmente dentro do modo capitalista de produção, as inter-relações se formam numa totalidade impossível de se isolar.

A sistematização de qualquer análise histórico-social deve levar em consideração os diversos trâmites que envolvem o todo que abarca as partes. Este fato poderá ser mais bem compreendido quando percebemos as semelhanças existentes na aplicação dos métodos de organização dos núcleos fabris nas mais variadas localidades do mundo e como estes traços coincidem com a aplicação dada em Fernão Velho, apesar das suas particularidades.

Nestas circunstâncias, ao nos depararmos com as técnicas adotadas por industriais (nas mais variadas regiões do mundo) na administração de núcleos fabris, aparecem com intensidade a promoção e a divulgação de assistências e de um suposto bem-estar de sua classe trabalhadora, oferecido e propagandeado como mecanismo de fortalecimento de um presumido papel social e humanista do burguês para com os operários. Vejamos como se operou este mecanismo ideológico em Fernão Velho.

### **3.4 A promoção de serviços sociais**

Outro recurso muito utilizado pelos industriais na administração de suas vilas operárias ou núcleos fabris era a apresentação, frente à sociedade, de um bom tratamento e do fornecimento de serviços sociais à sua classe trabalhadora.

Como vimos anteriormente, havia um grande investimento sobre a imagem do núcleo fabril enquanto espaço da ordem, do trabalho e do lazer sadio; lugar onde os trabalhadores viviam bem e onde as lutas de classes eram tidas como quase inexistentes (ou pelo menos não expostas), o que correspondia à perspectiva de uma área industrial oposto à de cidade (como sinônimo de lugar da desordem e de maus tratos aos pobres): aqui os trabalhadores eram mostrados à sociedade como indivíduos dóceis e obedientes às ordens da administração da fábrica, sempre dependentes do que o patrão tinha a lhes oferecer. Era muito comum, nestes casos, o mito de que os industriais ofereciam do “enxoval ao funeral” de seus trabalhadores<sup>87</sup>.

Nos Relatórios Anuais das Fábricas de Tecidos publicados no *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, visualizamos como, desde o início do processo de industrialização nas terras alagoanas, eram constantes não somente a divulgação sobre as condições econômicas e

---

<sup>87</sup> “Para o bem dos trabalhadores industriais e o bom funcionamento das fábricas têxteis, para assegurar a disciplina e inibir a indolência, alguns industriais criaram um sistema de serviços sociais destinado a assistir o trabalhador desde o berço até, literalmente, o cemitério, pois em uma fábrica um ‘lugar especial’ está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis” (STEIN, 1979, p. 69).

administrativas (internas) das fábricas têxteis (suas crises, aumento de produção, estabilidades, instabilidades, vantagens, desvantagens, expectativas, lucros, produção etc.), como também as melhorias que a administração da fábrica proporcionava em sua “vila operária”, alegando melhor tratamento e organização de sua classe trabalhadora.

Dentre os serviços prestados e mantidos pela fábrica, estavam sempre presentes a manutenção das casas para operários, junto com a construção de mais residências (principalmente nos momentos de prosperidade econômica, resultando em necessidade de aumento de força de trabalho<sup>88</sup>), farmácia e assistência médica – que segundo os mesmos Relatórios, eram prestadas sempre “com zelo e assiduidade” – funcionamento de colégio ou escola (estes apresentados quase sempre com numerosa participação dos alunos e ocorrendo nos horários diurno e noturno; em alguns casos ocorria de a fábrica colocar ao operário a condição de este manter seu filho com frequência regular na escola para manter seu emprego), era ainda usual a existência de cinemas (em alguns casos, oferecidos gratuitamente ou com preços acessíveis aos trabalhadores), fornecimento de água e energia<sup>89</sup>, departamento de cultura física, com professor especializado e caixa beneficente<sup>90</sup>.

Segundo o texto de narração do filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986):

Esse material de propaganda, além de servir para o prestígio da Companhia entre os empresários junto ao público, visava também a reforçar o orgulho dos operários de pertencerem a um mundo onde não apenas trabalhavam, mas onde eram também atendidas as suas mais variadas necessidades (informação verbal).

Este tipo de administração e organização do espaço extra-trabalho do operário, criado e mantido pela fábrica, no qual eram incluídas os serviços sociais necessários à reprodução da força de trabalho, representava o exercício de um “governo local de fato”, onde o núcleo fabril, enquanto propriedade privada da fábrica, situava-se num panorama de quase inexistência da interferência do poder público: praticamente toda organização da vida social e do trabalho se davam a partir da iniciativa da fábrica, ou seja, em conciliação aos seus interesses e objetivos de administração da força de trabalho.

---

<sup>88</sup> Também encontramos (nas falas dos operários) a afirmação de que era comum os industriais colocarem mais de uma família numa mesma casa em momentos de necessidade imediata de ampliação de mão-de-obra, embora muitos trabalhadores rejeitassem esta determinação da fábrica.

<sup>89</sup> Energia elétrica somente a partir da década de 1950.

<sup>90</sup> A preocupação em manter a imagem de lugar ordeiro e civilizado pode também ser visto no Relatório de 1925, da União Mercantil, quando foi afirmado que só era aceito trabalhador na fábrica se este tivesse seu filho na escola, como apresentaremos mais a frente.

Neste comenos, onde a fábrica toma o lugar de investidora e administradora da vida fora da labuta da força de trabalho (proporcionando-lhe os mais diversos meios para a sua reprodução), a escola surge como serviço social central para o industrial, na medida em que o ensino de crianças na instituição escolar tinha a intenção de adaptá-las ao futuro trabalho fabril, isto é, a escola servia como importante mecanismo de combate à ociosidade e à promoção da moralidade, auxiliando fundamentalmente como meio de promover as funções de

[...] investimento na formação de futuras gerações de operários [...]. Nos núcleos fabris, o ensino tendia a enfatizar a pontualidade, a regularidade, o respeito à autoridade, enfim, comportamentos coerentes com a construção de um operário que produz mais e respeita a liderança e a propriedade do patrão (CORREIA, 1998, p. 147).

Em muitos casos, eram padres ou freiras os professores ou dirigentes das escolas nos núcleos fabris, o que demonstra a intenção de uma “higienização espiritual” do proletário, pois havia também uma preocupação em manter limpos e educados não somente os trabalhadores atuais, como também as futuras gerações de força de trabalho. No caso de Fernão Velho, uma operária, conhecida por Dona Aidée<sup>91</sup>, recorda-se em sua infância, de uma professora freira que vinha a pé de Bebedouro<sup>92</sup> para lecionar na escola do respectivo núcleo fabril.

Este fato representa muito bem a preocupação dos industriais acerca de um tipo de educação que primasse não necessariamente pelo conhecimento científico, mas sobretudo por uma disciplina de obediência do operário para com os ordens dos industriais; afinal, quando havia qualquer vínculo religioso dentro do núcleo fabril, este deveria estar aliado aos interesses do patronato, tanto que em Fernão Velho a própria Igreja Católica, a casa e o salário do vigário estavam sob responsabilidade da fábrica: os industriais tinham, assim, autonomia para controlar também a educação religiosa.

Como recurso para manutenção da moralidade e construção do operário ordeiro, costumava-se também separar escolas do sexo feminino e do sexo masculino, tal como pode ser visto em algumas passagens dos Relatórios Anuais de algumas determinadas Companhias têxteis alagoanas, inclusive da União Mercantil.

---

<sup>91</sup> Trama da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008, vol. 01.

<sup>92</sup> Bairro de Maceió, localizado a 5 quilômetros de Fernão Velho.

Vê-se assim que os propósitos de oferecimento e manutenção de escolas, bem como dos demais serviços citados, fornecidos e constantemente divulgados pelas fábricas, estavam muito bem direcionados e sistematizados pelos industriais, tal como encontramos no Relatório da União Mercantil, publicado em 04 de abril de 1925, p. 7, descrevendo os “[...] negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativo ao ano de 1924 [...]” e na página 07, dedicada à Exposição Geral, afirma que:

O nosso estabelecimento fabril, sito em Fernão Velho, funcionou com a maior regularidade e eficiência durante o ano de 1924, *havendo sempre a maior harmonia entre os operários e a gerência*, o que demonstra a *excellência dos methodos de organização do trabalho* que temos adoptado, e os *magníficos resultados do processo de desenvolvimento moral* que procuramos, com maior empenho, estabelecer entre o operariado de Fernão Velho, cujas *condições se encontram igualadas às dos maiores centros industriaes do paiz* (grifos nosso) (sic).

A partir desta descrição, quatro pontos são fundamentais para a nossa discussão: 1) a suposta harmonia entre o operário e a gerência; 2) a excelência nos métodos de organização; 3) os resultados obtidos por estes métodos; e 4) as condições dos operários de Fernão Velho igualadas aos dos grandes centros industriais do país.

De antemão, entendemos que a promoção de serviços sociais oferecidos pelos industriais aos operários eram orientados para melhor controlá-los em sua condição de classe explorada, que vive da venda de sua força de trabalho e que entrega contratualmente parte de seu trabalho ao possuidor do capital, de sua moradia, dos espaços que transita e dos instrumentos de trabalho.

Porém, como o industrial manterá sob seu domínio a relação de exploração que é colocada entre si e sua classe trabalhadora? Como ele poderá apaziguar seus baixos salários, as suas más condições de trabalho e de vida confirmadas por alguns operários? Como os farão obedecer aos apitos impertinentes da fábrica nestas condições?

Temos a ideia clara de que além do fornecimento de moradia, a promoção de serviços sociais aos trabalhadores, foi um importantes dispositivo adotado pelos industriais para manter tal estrutura de dominação sobre os operários, tanto porque os mantinham presos e vinculados aos seus domínios, como porque a provisão destes instrumentos servia como mecanismo de extração de lucro em cima do salário pago aos trabalhadores, já que eram descontados diretamente na folha de pagamento.



Daí, a classe dominante passa a exercer a função do Estado, fornecendo serviços escolares, entretenimento, lazer, festa pública, espaços de lazer etc., criando, dessa forma, mecanismos que omitam as contradições existentes em sua constante exploração para com a classe dominada.

O produto do trabalho precisa aparecer aos seus verdadeiros produtores (os operários) como elemento não pertencente ao seu trabalho. Por isso, o que o industrial oferece ao trabalhador no núcleo fabril, mesmo sendo resultado da exploração dentro (no momento da produção) e fora do trabalho (neste caso, sob os descontos já salientados e sobre o comércio pertencente à fábrica), deve parecer aos olhos dos trabalhadores, como uma espécie de bondade ou de favor oferecido aos pobres, apesar da exploração e dos constantes descontos nos salários.

A classe dominante fará questão de acentuar seus serviços sociais aos explorados como resultado de uma relação de troca de favores: você me oferece sua força de trabalho, em troca te ofereço emprego, casa, lazer e o necessário para sua sobrevivência, reprodução e diversão, legitimando assim, a exploração sobre o trabalho; o que dá condições para que as relações sociais da exploração de uma classe sobre outra apareça como resultante de uma relação pessoal, e não social e histórica.

Desta maneira, os industriais fortalecem também sua própria consciência de classe que vive do trabalho alheio, pois acreditam que conseguiram uma dupla recompensa, na medida em que tornam efetivas suas funções de enriquecedor da nação (por acrescentarem mais valor ao seu capital investido, aumentando a massa de dinheiro em circulação e acrescentando-os aos impostos aos cofres dos poderes públicos), ao mesmo tempo em que se apresentam como responsáveis pela moralização, abrigo e disciplinamento dos trabalhadores, antes colocados à margem da sociedade, por lhes oferecem ocupação, teto e certa dignidade.

Mas, como o operariado encara toda esta situação? Como ele consegue apreender estas contradições, ou melhor, as tentativas do patrão em mostrar-se como o “grande pai” e, portanto, “protetor da família operária”? Será que estas assistências tão difundidas pelos industriais funcionavam de fato? Estas são questões que pretendemos debater mais à frente, quando partirmos diretamente para as discussões sobre a classe trabalhadora em Fernão Velho.

Voltando ao que foi colocado acima pelo Relatório da Fábrica, vemos que estes serviços utilizados por sua administração estão tão bem sistematizados que os capitalistas tinham plena consciência dos resultados que se pretendiam obter com seus métodos de dominação. Quando este Relatório cita a “excellência dos methodos de organização” (sic), está nos mostrando como os industriais usavam a moradia, ou melhor, todo o sistema de núcleo fabril com o propósito de organizar e manter em harmonia a classe trabalhadora, omitindo da sociedade, por conseguinte, as contradições sobre realidades vividas por estes trabalhadores em sua condição de trabalho e de práticas cotidianas dentro do núcleo fabril e na própria fábrica.

Complementando esta ênfase, a União Mercantil apresenta os “magníficos resultados do processo de desenvolvimento moral, que procuramos [os industriais], com maior empenho oferecer entre o operariado de Fernão Velho” (Ibid.). Neste trecho fica evidente o propósito dos industriais também em aparecer como responsáveis pela administração dos “bons costumes” dos trabalhadores, isto é, eles surgem como uma espécie de “reformadores de almas” dos pobres, inserindo-lhes os valores da modernidade e da burguesia recém chegada ao processo de industrialização nacional. Neste discurso dos industriais, evidenciam os seus sérios interesses em mostrar à sociedade a sua consciência tranquila e aliviada pela missão de dever cumprido.

O último ponto que queremos aqui apresentar sobre este trecho do Relatório diz respeito às condições dos trabalhadores de Fernão Velho estarem igualadas aos dos grandes centros industriais do país. O que isto significa? Entendemos que, apesar de esta fábrica estar política e economicamente inserida dentro de um território considerado periférico em termos nacional e internacional (o Nordeste brasileiro), os industriais locais e/ou regionais, de um modo geral, querem distanciar-se da posição de periferia econômica e apresentar à sociedade o quanto seu desenvolvimento político e econômico se equipara aos dos grandes eixos industriais país.

É importante para estes industriais se mostrarem como componentes de um mesmo vínculo de organização do trabalho e da produção, no qual contribuem com o crescimento e desenvolvimento econômico nacional. Neste ponto, as indústrias aparecem como elemento-chave para a fundamentação de um desenvolvimento econômico e nacional baseados na produção através das máquinas, já que esta lógica corresponde à questão da indústria enquanto vanguarda do desenvolvimento nacional, iniciada com a chamada “Revolução de

1930” e intensificada a partir da gestão presidencial de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1956 a 61, através da política desenvolvimentista.

Portanto, a partir da política utilizada no núcleo fabril, a imagem do “bom tratamento” do trabalhador deve sempre existir, e não só existir, como servir de propaganda, porque é sobre esta representação que se formou a ideia de um lugar com harmonia e desenvolvimento. Não adiantaria ao industrial investir num local que servisse somente para promoção de serviços sociais sem que houvesse conhecimento do público externo: parte de seu investimento seria em vão.

A partir desta lógica, algumas fábricas utilizaram filmes como recursos para reproduzir o que seriam as “ótimas condições” em que eram tratados os trabalhadores. Há inclusive um filme sobre a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, localizada no atual município de Rio Largo, que trata de um “filme pitoresco” e muito bem produzido para a época, onde se exaltam as instalações dos industriais e dos operários na “cidade da fábrica”, sempre enfatizando explicitamente a promoção de serviços sociais oferecidos orgulhosamente aos trabalhadores. A cidade-indústria<sup>93</sup> de Rio Largo-AL, segundo o filme:

É um atestado vivo da instalação de *obras de assistência social* que a grande Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, há mais de meio século vem realizando em *engrandecimento ao Estado de Alagoas*. Hoje [...] conta com grandes áreas calçadas, residências modernas e com uma população com *milhares de famílias*<sup>94</sup>, quase em sua totalidade dependendo da grande fábrica [...] (grifos nossos) (informação verbal)<sup>95</sup>.

No mesmo filme são apresentadas e ressaltadas as imagens da Igreja Católica, do cinema, duma “magnífica piscina”, de “um restaurante em um pitoresco prédio, num estilo rústico colonial”; “notável estabelecimento de ensino” denominado Grupo Escolar Gustavo Paiva<sup>96</sup> – juntamente com imagens do desfile de “crianças de todas as idades” e operários, acompanhadas de “uma selecionada banda de música”.

Além disso, põe à vista “um adestrado Corpo de Bombeiros”; o Jardim da Infância, “onde os filhos de operários têm seu conforto”; Departamento de Saúde, dispendo de “aparelhagem completa para todas as necessidades de seus operários”, possuindo inclusive

<sup>93</sup> Este termo é constantemente repetido no filme citado.

<sup>94</sup> Percebe-se aqui também o exagero quantitativo, quando de fato, esta indústria não chegou a possuir mais que 3.000 operários em seu apogeu econômico.

<sup>95</sup> Registro encontrado em Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Produção de Meridional Films. [s.l.], 195?. 1 DVD (16 min). son., preto e branco.

<sup>96</sup> Gustavo Paiva é importante industrial, proprietário desta indústria: na época do filme já era falecido.

“moderna ambulância”; uma creche “com capacidade para cem crianças [...] que amanhã, vigorosas e sadias, serão o orgulho do Brasil”.

Através do exposto acima, podemos visualizar que o compromisso do empresário industrial têxtil reside em uma sistematização sobre a gestão do trabalho e do trabalhador, ao mesmo tempo em que se apresenta como um mecanismo ideológico de dominação onde a burguesia põe à vista sua ordeira cidade à sociedade.

Dessa forma, o núcleo fabril passa a ser a experiência-chave para a organização do espaço do trabalho no mundo capitalista. Os núcleos fabris serviram como exemplo de organização da classe trabalhadora, muito admirados inclusive pela própria burguesia.

Esta política de promoção de serviços sociais aplicados tanto nas fábricas de Rio Largo como na de Fernão Velho, corresponde a um mecanismo primordial de gestão da classe trabalhadora, visto que este recurso foi bastante utilizado pelos industriais para organização da reprodução de sua força de trabalho (CORREIA, 1998).

A promoção de assistências corresponderá, no entanto, a um tipo de compensação às péssimas condições de trabalho, salário e isolamento territorial às quais os trabalhadores eram submetidos, de modo que algumas desses serviços são postos em dúvida quando analisamos as falas de alguns operários, que afirmam a não existência de banheiros em casa, a falta de saneamento básico, o precário tratamento médico, a dificuldade de transporte e os grandes empecilhos para continuidade dos estudos.

Assim sendo, é importante destacarmos que a promoção destas assistências divulgadas pelos industriais parece não ser compatível com a realidade prática vivida pelos operários. Tanto que alguns trabalhadores negam este suposto bom tratamento de saúde ou escolar, pois o filho do operário praticamente só frequentava a escola até completar a idade para trabalhar (14 ou 15 anos).

Encontramos relatos de trabalhadores que começaram a trabalhar aos 12, 13 e 14 anos de idade, pois a administração da fábrica disponibilizava de profissionais que modificavam a data de nascimento no Registro dos trabalhadores que ainda não tinham completado idade para poder trabalhar.

Tal fato ocorreu, inclusive, com uma ex-operária entrevistada por nós. Ela afirma que

começou a trabalhar aos 12 anos de idade<sup>97</sup>.

É muito comum também encontrarmos nas falas dos operários que no núcleo fabril de Fernão Velho só havia escolarização até a 5ª série, não havendo possibilidade de continuação da formação escolar, já que era praticamente impossível conciliar trabalho e estudo: e os filhos de operários não tinham condições de prosseguir sua escolarização em outras localidades devido às dificuldades de transporte e às precárias condições orçamentárias da família operária, impossibilitando-a assim de manter um filho somente dedicado aos estudos. Ao completar a idade para o trabalho, a família operária era obrigada a empregar seu filho dentro da fábrica para complementar a renda doméstica.

Obviamente, esta busca pela inserção da maior quantidade possível de indivíduos da família operária dentro do trabalho fabril não se resume a Fernão Velho. Karl Marx (1985a, p. 23) já atentava ao fato de que a maquinaria “[...] se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corpóreo imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!”

As más condições de trabalho, juntamente com a necessidade de inserção de mais um salário na renda familiar, força o trabalhador a injetar seus filhos – mesmo sem idade suficiente para tal obrigação – na massa de força de trabalho que irá enriquecer o patronato. Desse modo, o filho do operário não tem escolha: deve abandonar os estudos, modificar sua idade e inserir-se no mercado de trabalho o mais rápido possível.

Além de todos estes empecilhos, os industriais trocavam os turnos dos trabalhadores a cada semana (provavelmente como política de gestão da força de trabalho), assim impedindo o prosseguimento dos estudos ou a tentativa de o trabalhador desempenhar outras atividades para complemento da renda e conseqüentemente para busca de autonomia.

Toda esta problemática quanto ao estudo ou escolarização do trabalhador é muito bem compreendida quando percebemos que a instituição escolar no núcleo fabril (como já foi salientado) servia como importantíssimo mecanismo de moralização e obediência do trabalhador, ou seja, ela representava o papel de organização e moldagem da família operária, pois reproduzia o controle não somente sobre os atuais trabalhadores, como sobre as futuras

---

<sup>97</sup> Entrevista gentilmente cedida por SILVA, Maria das Dores Quirino da. Maria das Dores Quirino da Silva: depoimento [18 fev. 2011]. Entrevistador: Ivo dos Santos Farias. Maceió, 2011. 1 CD sonoro.

gerações, tal como já havíamos comentado.

Portanto, o fornecimento de assistência social no núcleo fabril a partir da iniciativa do industrial nos faz compreender como se conciliavam a relação entre a classe burguesa, em sua política de dominação da classe trabalhadora, e as suas preocupações em estabelecer representações de um bom tratamento dos trabalhadores frente ao grande público em geral.

Como já afirmamos, o que a burguesia apresentava à sociedade como serviços prestados para a sua classe trabalhadora não condizia, de fato, com o que os operários hoje nos mostram em suas falas, porém, paradoxalmente, os próprios operários ao mesmo tempo elogiavam as “benfeitorias” dos industriais na administração do lugar em que não só viviam, mas onde trabalhavam e onde realizavam as suas mais variadas relações sociais.

Esta ambiguidade será mais bem evidenciada quando adentrarmos na seção 4, que trata das lutas de classe em Fernão Velho, na qual será posta com mais clareza as respostas da classe operária às condições sob as quais estava colocada.

### **3.5 Cotidiano e moradia: a sistematização da reprodução da força de trabalho**

No núcleo fabril, a moradia e o cotidiano do trabalhador correspondem a categorias mais amplas do que a uma simples fixação do indivíduo em um lar ou em um espaço onde os órgãos administrativos não interfiram diretamente em suas vidas, pois o morar e o viver no núcleo fabril contêm em si a ampliação do preenchimento dos espaços entre a casa e a fábrica, e entre a casa e os espaços extra-trabalho.

As interferências diretas dos industriais são feitas sob os mais variados aspectos da vida doméstica e cotidiana da classe trabalhadora, as quais constituem um tipo de sistematização do viver do trabalhador sob o controle da classe dominante. A rotina do operário fora da fábrica se fará em concordância com uma moral e uma disciplina que se regem de acordo com as exigências e necessidades definidas pelos industriais na organização do cotidiano labutar.

De acordo com Telma Correia (1998, p. 110), no núcleo fabril, a moradia do trabalhador age em função de estabelecer um regram, higienizar e acomodar uma família

saudável, civilizada e obediente:

[...] na medida em que a casa no núcleo fabril vai sendo transformada num espaço mais atraente e em que a neutralização do espaço público limita seu uso, a moradia tende a centralizar a existência da família operária e a capacitar-se para ocupar um lugar importante no projeto de transformação do trabalhador. A promoção do interior da casa do operário a *locus* privilegiado da vida extra-trabalho é solidária com a reposição de energias para o trabalho e com o controle de atividades e contatos suspeitos.

Raciocínio semelhante podemos encontrar em José Sérgio Leite Lopes (1979, p. 44), quando afirma que a intenção de se constituir casas de trabalhadores com ruas largas, sem becos ou esconderijos e casas coladas, formando arruados,

[...] teria também a vantagem da visibilidade imediata apresentada por essa forma de agrupar os operários do ponto de vista desse observador hierárquico, que é a administração da fábrica, conseguindo assim estender o controle e vigilância de dentro da fábrica para o domínio das casas onde residem seus trabalhadores.

Além disso, os espaços costumavam apresentar diferenciações entre os tipos das moradias que compunham o núcleo fabril. Num lugar tínhamos a moradia dos operários (comumente conjugadas e enfileiradas); e noutra, as casas de trabalhadores especializados, gerentes, mestres e contramestres da fábrica (em regra composta de habitações isoladas, separadas e bem maiores do que as casas dos trabalhadores: muitas dessas residências eram denominadas bangalôs). Basicamente, estes cenários representavam o conjunto do morar e do viver nos núcleos.

A moradia, portanto, dialoga com uma necessidade de contenção da força de trabalho no núcleo fabril e do seu conseqüente entrelaçamento à política de dominação sobre o trabalhar e o morar do operário; por isso a construção das residências e dos espaços que formam o núcleo fabril deve corresponder à formação de um lugar categoricamente organizado para a posse de constante autoridade sobre a vida do trabalhador, tanto dentro do trabalho como no domicílio e nos intervalos correlativos entre a casa e o trabalho (os quais se fazem conciliados à sistematização e extração da mais-valia no interior da fábrica).

Através destas correlações, a moradia no núcleo fabril não deve ser em si lugar de esconderijo, de promoção de autonomia ou de espaço que crie condições de resistência para o trabalhador: ela deve corresponder, sim, à intensificação do domínio do patrão sobre o cotidiano da classe trabalhadora. Deve constar um lugar que deixe claro aos operários que o

seu morar na vila signifique “[...] estar sob o domínio da fábrica. Não somente no trabalho, mas também em casa” (informação verbal)<sup>98</sup>.

Dessa forma, o lar que a fábrica apresenta ao trabalhador serve como peça fundamental na “imobilização da mão de obra”, porque

[...] o fato de certas indústrias oferecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado de salário, seja de obrigações econômicas e não econômicas, geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa uma interferência direta e visível – mesmo do ponto de vista do processo de produção capitalista distinto do ponto de vista da reprodução – da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores (LEITE LOPES, 1979, p. 42).

Esta fiscalização exercida sobre o morar e as demais atividades dos trabalhadores, surgida a partir do fornecimento de moradias e do controle do cotidiano, pode ser vista em diversos relatos de trabalhadores do núcleo fabril de Fernão Velho, quando afirmam sobre a limpeza e a pintura das casas, que costumavam ser realizadas duas vezes ao ano, a mando da administração da fábrica.

Esta prática semestral de higienização das casas tinha intuítos estéticos e sanitários, os quais também eram de fundamental importância para a reposição das energias para o trabalho fabril e para uma propaganda de bem-estar da classe trabalhadora.

Entendemos que a manutenção da casa, feita sob o comando dos industriais – e não por parte do próprio trabalhador nela residente –, deixava claro para o inquilino quem era o dono e o dominador de tudo que lhe rodeava: tanto dos instrumentos e meios de produção que faziam parte de seu trabalho, como da cidade e da casa na qual habitava e se mantinha abrigado.

Como resultado, a limpeza das casas, realizadas sob as ordens da administração da fábrica traz à tona um ar ainda maior de patriarcalismo do industrial para com os operários, porque desta maneira ele faz o papel de indivíduo promovedor do trabalho e do lar, numa tentativa de quebrar qualquer ensaio ou exercício de busca de autonomia por parte dos trabalhadores. Se o trabalhador tivesse sua própria casa, possuiria bem mais possibilidades de governar a si mesmo dentro e fora do espaço operário, pois poderia dispor da segurança sobre seu domicílio mesmo com a probabilidade de demissão da fábrica, a qual não se realizaria

---

<sup>98</sup> Memória da Vida e do Trabalho, 1986.



acompanhada de despejo.

As habitações nos núcleos fabris representam assim a organização e o planejamento de um espaço que incorporava a sistematização sobre a divisão do trabalho, existentes dentro da própria fábrica no momento da produção.

Como já salientamos, as casas e arruados onde vive a força de trabalho não especializada não possui a mesma estrutura e estética que a dos trabalhadores especializados, tais como eram diferentes também os tipos de moradias dos mestres, contramestres, gerentes e até mesmo dos patrões (e sua família). Esta divisão de tipos de moradias projetadas a partir da divisão do trabalho dentro da indústria correspondia, entretanto, a um modelo de fortalecimento ideológico da dominação, de tal forma que poderia sobrepôr ao cotidiano das classes o poder e o espaço sobre os quais cada uma estava colocada dentro e fora do trabalho.

**Figura 3 – Casas da gerência da fábrica, situadas na parte central do núcleo fabril de Fernão Velho**



Fonte: “Terra das Alagoas” de Adalberto Marroquim (1922)

**Figura 4 – Casas de operários de Fernão Velho I**



Fonte: Celso Brandão, 1970.

**Figura 5 – Casas de operários de Fernão Velho II.**



Fonte: Celso Brandão, 1970.

O rigoroso enfileiramento dado às habitações nos núcleos fabris também é parte de um plano de organização da vida doméstica e familiar correlata à sistematização dos espaços dos

setores da fábrica.

Em Fernão Velho, assim como em grande parte dos núcleos fabris estabelecidos no Brasil, predominou a construção de casas unifamiliares, conjugadas em fileiras. “O tamanho das casas variava tanto em decorrência do lugar do morador na hierarquia fabril quanto em razão do número de operários nelas residentes” (CORREIA, 1998, p. 121). Este tipo de organização das casas estava direcionado a uma ampliação dos espaços do trabalho, pois “o olhar vigilante dos chefes encontra correspondência no de vigias e vizinhos; as fileiras ordenadas de máquinas, na distribuição regular das casas; a hierarquia das categorias profissionais, na diferenciação das moradias” (Ibid., p. 100).

O núcleo fabril de Fernão Velho se caracteriza por ruas espaçosas, casas (de operários) conjugadas, de alvenaria, rebocadas, caiadas, cobertas com telhas de barro e pisos de tijolo ou cerâmica. Estavam dispostas em vielas inteiras de casas idênticas (com mesmo formato e fachadas; com análogas pinturas nas portas, janelas e paredes: geralmente portas verdes e paredes brancas<sup>99</sup>), praças bem arborizadas, bangalôs (onde residiam gerentes, mestres e contramestres da empresa), diferentes prédios onde se podia visualizar uma escola, uma Igreja Católica (padroeiro São José<sup>100</sup>), ambulatório, posto médico, cine-teatro, espaços para bailes, festas etc., sendo estes últimos localizados na praça central do núcleo. Além destes elementos internos, o núcleo fabril era composto de grande morro de mata Atlântica em sua circunferência e estava margeada pela lagoa Mundaú, os quais criavam, em conjunto, uma cerca natural<sup>101</sup>.

A formatação da política institucionalizada pelo núcleo industrial oferece uma espécie de morar que condiciona ao operário a vida num mundo em que não só trabalha, mas onde vive e realiza suas necessidades cotidianas, tais como lazer, inserção em grupos religiosos, esportivos, recreativos, escoteiros, bandas de música, entre outros.

A proporção destes intervalos se dá de maneira bastante sistematizada pela fábrica, porque faz com que o posicionamento do morar esteja diretamente ligado ao trabalhar e à sua

---

<sup>99</sup> É provável que a cor branca utilizada nas paredes servisse para demonstrar a limpeza dada às casas.

<sup>100</sup> É muito interessante a correlação que se dá em Fernão Velho entre o padroeiro local e os seus moradores, pois aquele é simbolizado como São José operário, servindo, portanto como elemento ideológico onde o “santo” se concilia à imagem do trabalhador fabril.

<sup>101</sup> No núcleo fabril da fábrica da Pedra havia uma cerca de arame separando o núcleo fabril das outras partes da cidade, tanto que alguns contemporâneos da existência da fábrica costumavam se referir aos dois diferentes lugares como “fora do arame” e “dentro do arame” (CORREIA, 1998). No caso de Fernão Velho, podemos afirmar que as cercas são caracterizadas pela mata e pela lagoa.

divisão de funções, sob uma espécie de aprisionamento do trabalhador, onde a fábrica aparece como responsável por todas as esferas da reprodução da vida do operário e de sua família.

É interessante notar que a classe dominante apresenta (ou tenta apresentar) toda esta estrutura de controle e dominação sobre a vida dos operários como um tipo de “bondade” ou “caridade” dos industriais, e não como um mecanismo de fiscalização para a extração de mais-valor e de aumento de sua produtividade<sup>102</sup>, o que é comum na relação entre a burguesia e a classe trabalhadora.

Disso decorre o fato de os planos e os projetos de implantação dos núcleos fabris (suas casas, prédios e ruas) serem elaborados de maneira a realizar o controle sobre a vida doméstica e familiar, o lazer e as demais atividades das horas vagas dos trabalhadores.

Sendo assim, os núcleos fabris não se classificam como uma cidade desorganizada ou descentralizada, mas sim como “um empreendimento privado, um equipamento de fixação territorial voltado à atração e ao alojamento de camponeses e à sua conversão em operários” (Ibid., p. 206).

Em Fernão Velho, a moradia era constituída em conexão com a vida dentro e fora da indústria e ambos eram regidos pelo apito da fábrica. Os apitos condicionavam os horários de acordar, de preparar a comida, de sair de casa para o trabalho e de sair do trabalho para a casa. Este tipo de gestão do tempo administrado pela fábrica servia também como um importante mecanismo de controle sobre a vida do trabalhador<sup>103</sup>: a vida da força de trabalho estava direcionada à rotina e às exigências da produção. Os relatos de trabalhadores sobre suspensões ou multas por atraso (às vezes de 5 minutos) obrigava o trabalhador a seguir a determinação do tempo imposto pela fábrica. Os tempos da vida do trabalhador, por conseguinte, teriam que estar categoricamente entrelaçados aos tempos dos apitos dirigidos pela fábrica.

É sobre esta sistematização que se firma o cotidiano da classe trabalhadora em Fernão Velho, porque ela está diretamente direcionada a um plano de contenção de força de trabalho, que se alie não somente em conservar preso e isolado o trabalhador, mas em mantê-lo

---

<sup>102</sup> “Em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1977, p. 37).

<sup>103</sup> Segundo Thompson (1998, p. 272), “o tempo agora é moeda, ninguém passa o tempo e sim gasta”.

disciplinado e obediente à administração da fábrica. Porém, fazia-se necessária uma contenção que se desse além do fechamento cotidiano no tempo e espaço do trabalho.

Os industriais perceberam que seria preciso abrir brechas ao trabalhador para evitar conflitos e/ou mau rendimento no trabalho; por isso é muito comum também o investimento em festas e lazer como mecanismos de “rompimento” para com a rotina e o cotidiano estabelecido e firmado pelo trabalho, tanto que em Fernão Velho seus operários costumam enfatizar que as festas e o lazer eram oferecidos pela fábrica e/ou organizados por eles mesmos, mas financiados pela administração da Fábrica Carmen.

### **3.6 As festas e o lazer como elementos de controle patronal**

O cotidiano do trabalho no núcleo fabril de Fernão Velho costumava ser interrompido por diversas realizações de festas, bailes, jogos desportivos, piqueniques<sup>104</sup> e desfiles cívicos, os quais significavam aberturas com relação ao padrão rotineiro fixado pelo trabalho, ou seja, eram utilizados como marcantes elementos na promoção de lazer e de propaganda de um suposto bom tratamento à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que eram empregados para aumento do orgulho dos trabalhadores de pertencerem a um espaço onde não só trabalhavam, mas onde tinham lazer, viviam em harmonia com seus companheiros e onde era prestada a assistência necessária.

O intuito da promoção destes eventos era também o de servir para o fortalecimento de uma integração pacífica entre os trabalhadores – tanto entre si, como para com a classe patronal – porque correspondia aos interesses e investimentos do último, enquanto recurso orientado para alcançar legitimidade das condições de controle na vida e no trabalho.

Entretanto, a festa, o lazer e o entretenimento nos núcleos fabris não poderiam se direcionar a um prazer desregrado, porque se assim fosse, esgotaria “[...] as forças e compromete[ria] o orçamento do trabalhador” (CORREIA, 1998, p. 135). O momento extracotidiano do trabalhador deveria corresponder, portanto, a “[...] atividades de regeneração das energias para o trabalho, submetidas ao controle da fábrica” (Ibid., p. 135).

---

<sup>104</sup> Havia um clube denominado Catolé – mesmo nome do riacho que lhe corta – que pertencia à Fábrica, o qual os trabalhadores costumavam frequentar nos fins de semana. A administração da fábrica geralmente disponibilizava ônibus para levar os operários a este local.

Estes instrumentos exerciam, desse modo, as funções de elementos de mascaramento dos conflitos de interesses entre as duas diferentes classes sociais (operário e industrial). Eram usados também como mecanismo primordial na reposição de energia da classe trabalhadora, ou melhor, como folgas às funções corriqueiras às quais estavam submetidos os operários, servindo, dessa maneira, como uma forma de recompensa às péssimas condições salariais e de trabalho.

Nesta conjuntura, é importante destacar como até mesmo esta quebra do cotidiano, demarcada pela brecha no espaço e no tempo no trabalho, em Fernão Velho, era realizada como componente da organização e do controle sobre a força de trabalho, pois na própria festa (que, por um ponto de vista ingênuo, parece ser e ter uma desconexão ou uma ruptura com a ordem e a disciplina do operário regradas para melhor rendimento na produção), na verdade representa, segundo Telma Correia (2010), quatro objetivos: 1) a introdução de uma nova disciplina do tempo; 2) a busca de reter a família operária junto à fábrica nos seus momentos de descanso; 3) o empenho em atenuar os conflitos entre capital e trabalho; 4) e a difusão de formas regradas, visíveis e coletivas de lazer.

Sendo assim, podemos perceber como este lazer era categoricamente investido e controlado pela administração da Fábrica Carmen. Nele não podia existir imoralidades ou qualquer outro elemento que destoasse dos interesses dos industriais.

Este lazer (normativo) teria que ser mais um importante aliado da política de dominação sistematizada pelo esquema elaborado no núcleo fabril. Os trabalhadores tinham dias, horários e espaços preestabelecidos para celebrarem a quebra do cotidiano regido pela labuta, que marca a introdução de uma nova perspectiva e disciplina do tempo, em nosso caso, marcado pelos apitos da fábrica (ou suas ausências) numa analogia entre o trabalho e o lazer.

O lazer e o entretenimento em feriados e datas comemorativas surgiam, então, como momentos e atividades organizadas em contraponto à rotina para se aliar a ela mesma, porque ao mesmo tempo em que preenchia um espaço necessário para a folga do operário, fazia-se com tal sistematicidade, que correspondia ao cumprimento de uma disciplina governada dentro do trabalho, pois quem provia de todas as despesas e estabelecia as bases dos eventos era a própria administração da fábrica.

Dentre as formas de lazer (ou preenchimento dos espaços extra-trabalho) encontradas em Fernão Velho, podemos destacar o cinema, os bailes, os times de futebol, basquetebol e voleibol, sendo os jogos de futebol encontrados com maior intensidade e frequência tanto nas várias falas de operários como em matérias n’*O Jornal de Alagoas* (1958), que destaca jogos entre o Othon<sup>105</sup> (composto pelos próprios operários) e demais times de futebol alagoanos, tais como CRB, CSA, Kilowat, Ferroviário, Capelense, entre outros, sendo alguns jogos realizados no campo localizado no território do próprio núcleo fabril.

Além disso, a fábrica dispunha de time de basquetebol, um Corpo de Bombeiros, grupo de escoteiros, uma orquestra e uma banda de música, grupos de teatro e grupos religiosos (católicos), todos compostos por operários.

Pode-se dizer, assim, que o lazer e a festa em Fernão Velho guardam em si uma espécie de disparidade com o corriqueiro, na medida em que representam o momento em que os operários param de trabalhar e comportam-se, apresentam-se e até se vestem de maneira especial. Neste caso, eles fogem do constante transitar entre o trabalho e a casa ou a casa e o trabalho. Assim, eles não só seguem os entretenimentos criados diretamente pela administração da Fábrica Carmen, como também buscam meios próprios para se divertirem, onde tanto os primeiros como os últimos representam o rompimento com o cotidiano. Dentre as festas realizadas, destacam-se as festas natalinas, juninas, carnaval e a festa do padroeiro local (São José), as quais representam fugas temporárias do cotidiano.

Segundo entrevista da operária Maria de Lourdes concedidas ao autor e ao registro Trama da Memória, Tecitura (sic) do Tempo (2008, vol. 07), em épocas de festas (São João, Natal e Ano Novo) era comum os industriais lhes “darem presentes”, tais como, brinquedos para as crianças e tecidos para os trabalhadores<sup>106</sup>, sendo o último usado para confecção de roupas (que trajavam durante as festas), toalhas de mesa ou lençol de cama, além de sorteios de produtos de uso doméstico, tais como relógios de parede, toalhas de banho ou de mesa, pequenos eletrodomésticos, etc. (informação verbal).

Estes “presentes” representam tanto uma espécie de preparação para o momento extra-trabalho e extra-cotidiano, que se intensificariam através da festa, como pode também ser entendido como mais um recurso para mascarar a exploração sobre a força de trabalho.

<sup>105</sup> O nome do time de futebol era o mesmo do grupo ao qual pertencia a fábrica.

<sup>106</sup> Este tecido, recebido como suposto presente era denominado pelos trabalhadores como “xepa” (sobras/restos de tecidos, mais baratos e de qualidade inferior).



Ademais, o oferecimento destes simples “presentes” nos deixa claro o quanto eram precárias as condições de vida destes trabalhadores.

Por meio desses recursos, os industriais procuravam se mostrar pessoas bondosas, tanto para os próprios trabalhadores, como para os demais setores sociedade<sup>107</sup>. Todavia, é importante ressaltar que estes “presentes” já eram obviamente retirados do valor não pago na produção, ou seja, estas supostas “dádivas” eram apenas acréscimos à reprodução da força de trabalho, já extraídas do tempo de trabalho não pago do trabalhador/operário: os supostos “presentes” são apenas complemento do salário.

Um fato bastante interessante é que nestas festas muitos trabalhadores costumavam surgir como protagonistas em suas organizações. Apesar de a fábrica lhes oferecer os materiais necessários para a promoção dos festejos, ela tinha os próprios operários (ou comissões de trabalhadores) como responsáveis pela participação direta na organização e, às vezes, idealização destes eventos.

A esse respeito, encontramos no Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho relatórios da década de 1970, de uma Comissão da Festa de Natal, Ano Novo e Dia de Reis; neles, estão descritos detalhadamente o que ocorrera nas festas. Nestes relatórios era muito comum a descrição da ocorrência das festas em “clima disciplinar e ordeiro”, o que estava em harmonia com as preocupações dos industriais e coincide com a fala dos trabalhadores, que costumam falar de festas tranquilas, quase sem incidentes.

Outra característica destas festas era a presença de brincadeiras populares, denominadas “folgedos” ou “folganças”. De acordo com o depoimento do operário Gitaí, contido no filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986):

Pastoris, só do local mesmo eram dois: baianas, caboclinhos, chegada (duas cheganças), fora as brincadeiras que vinham de outros lugares, como do Norte, Coqueiro Seco, ali do Remédio, né? Baianas... era uma coisa sublime, tinha gosto de ir à festa, até 63 [1963]. Carnavais, nessa época que nós estamos, era época de a gente tá por aqui? Não. Era época de a Gente tá brincando, já começando a brincar. *Os quatro dias de carnava vocês não se lembrasse de nada na vida, só de Deus, porque era lindo, todo mundo brincava.* (grifo nosso). (informação verbal).

<sup>107</sup> No caderno de Cultura de *O Jornal*, de 17 de janeiro de 1999, p. B/4, B/5, encontramos o texto intitulado Fernão Velho, Tradição e História, de Waldir Cipriano, onde afirma que Dona Lolita Leão (da gestão do grupo Leão, que se deu entre 1938 e 1943), “senhora simpática, bonita, de fina educação e extraordinária bondade [...], no Natal distribuía brinquedo para cerca de 600 crianças. Costumava dizer que, quando Deus costuma ceder a graça da fortuna a uma pessoa é para que esta pessoa auxilie a pobreza”.



A declaração acima nos faz entender como esta festa, enquanto “uma coisa sublime” para o operariado, representa um alívio em relação ao cotidiano ditado pelo trabalho, pois correspondia à época em que se fazia presente a folga, o descanso e o esquecimento da verdadeira condição sob as quais estão colocados; era o momento de brincar, de se divertir, de se congratular, ocasião em que a classe trabalhadora conseguia sair da estafante rotina.

A festa se apresenta para esta classe como espaço e tempo em que o domínio é seu (ou aparentemente seu), isto é, o extra-cotidiano representa as circunstâncias em que o trabalhador toma conta da rua, condizendo com o momento em que se lhes é garantido o espaço público e a (des)organização ou (re)invenção de um espaço com condições autônomas.

Mas este mesmo vínculo entre o trabalhador e a festa, que pode à primeira vista parecer uma alternativa para a construção de autonomia ou até resistência, a nosso entendimento, é bem mais uma criação da administração da fábrica para manter brechas (descansos) que serão compensados durante a produção, pois o trabalhador não pode viver somente sob a rotina do trabalho: ele precisa de folgas para recompor suas energias. Por isso, as atividades realizadas no ócio dos trabalhadores devem estar submetidas ao controle dos industriais. Além disso, estes espaços ou momentos de lazer significam instantes de grande socialização dos trabalhadores, firmando a ideia de família operária.

Posto dessa maneira, estas quebras do cotidiano devem ser o momento de maior integração entre a classe operária. Porém, um momento regido enquanto atividades visíveis, normativas e de acordo com os interesses da administração da fábrica: não deve ser o encontro onde esteja em pauta a reivindicação ou discussões afins.

Outro detalhe interessante nas realizações das festas de Fernão Velho reside no fato de que algumas delas aconteciam em dois diferentes recintos (a Sede Othon e o Recreio Operário). Neles encontramos claramente a divisão social do trabalho estendendo-se à esfera da festa. Quanto a isso, há uma afirmação do Sr. Veríssimo Ferreira<sup>108</sup>, onde enfatiza que nas festas de Natal, carnaval e São João, a banda e a orquestra “[...] fazia[m] dois bailes: um na Sede e outro no Recreio. Na Sede era pra Sociedade Recreativa Othon<sup>109</sup> e no Recreio era

---

<sup>108</sup> Foi sacristão, trabalhou na tecelagem, no escritório (por cerca de 30 anos), foi presidente da Caixa Beneficente, presidente do Sindicato (por 20 anos) e maestro da banda e orquestra Othon.

<sup>109</sup> Que era composta por mestres, gerentes e contramestres da fábrica. Costumava também receber a visita de políticos e industriais influentes.

popular, pra massa” (informação verbal) <sup>110</sup>.

Esta distinção dos espaços de festa dos operários e o da Sociedade Recreativa Othon deixa evidente a intenção de se diferenciar a festa da elite e a festa dos trabalhadores, reafirmando o lugar de cada uma das classes no trabalho e nos espaços de lazer. A Sede Othon era o local onde se realizavam as festas do grupo administrativo da fábrica, dentre eles gerentes, mestres, contramestres e, muitas vezes, convidados da elite política, comercial e econômica alagoana; enquanto que o Recreio Operário, como o próprio nome já diz, significava o lugar da festa dos operários, ou seja, o espaço para o lazer dos trabalhadores.

Portanto, entendemos que a festa e o lazer operário no núcleo fabril de Fernão Velho foram usados como os mais importantes aliados da política de dominação patronal sobre os trabalhadores, porque

O aparato de lazer criado pelas empresas para seus operários além de coerente com a produtividade no trabalho foi – ao lado da criação de equipamentos de saúde, educação, abastecimento e infraestrutura urbana – indispensável à constituição do moderno *habitat* operário, onde os tempos de descanso e de reposição das energias para o trabalho tendem a ser despendidos na moradia ou em locais especialmente destinados ao lazer (CORREIA, 2010, p. 19).

Sendo assim, buscaremos analisar na próxima seção como o operariado de Fernão Velho respondeu às condições de controle e dominação que os industriais lhes submeteram no trabalho e na vida fora da fábrica. Comporemos na próxima seção o quadro de organizações operárias como possíveis elementos de resistência ao controle e ao domínio patronal até então impostos. Concomitantemente, apresentaremos a repressão direta do patronato para com estas organizações operárias em seu núcleo fabril.

---

<sup>110</sup> Esta fala se encontra em Trama da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008, vol. 09.

#### **4 ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS: RESPOSTAS ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO**

Nesta última seção, temos o objetivo de apresentar e discutir as práticas de resistência dos trabalhadores da indústria têxtil de Fernão Velho inseridos na gestão do grupo Othon<sup>111</sup>, entre o início da década de 1950 e 1962 (com a greve de três dias encabeçada pelas tecelãs). Buscaremos assim compreender como os interesses da classe trabalhadora representaram respostas às condições de vida e de trabalho sob as quais estava colocada dentro da fábrica, da rua e da moradia.

Como já salientamos na segunda parte deste trabalho, a situação aparentemente idílica que os industriais trataram de mostrar aos vários setores da sociedade, através da política aplicada no núcleo fabril, na verdade foi bem mais uma tentativa de amenizar o verdadeiro quadro sobre o qual estavam submetidos os operários têxteis desta fábrica, ou seja, estes mecanismos de dominação postos dentro do núcleo fabril serviram como aparato ideológico, de cunho social e político, onde o patronato procurou melhor fixar e controlar a classe trabalhadora para fazê-la render melhor durante o processo de produção de mais-valia.

Porém, cabe-nos perguntar: como o trabalhador se viu dentro deste panorama? Quais os recursos que ele usou para driblar a vigilância e o controle patronal sobre sua vida cotidiana e sua vida no trabalho? Neste contexto, como o trabalhador de Fernão Velho se identificou enquanto classe, respondendo às condições colocadas pela administração da empresa e à conjuntura política na qual estava colocado?

É importante percebermos que todas as problemáticas que cercarão nossa análise sobre a resistência operária do trabalhador de Fernão Velho estarão em conexão com uma série de fatores e condições políticas e econômicas, as quais condicionaram o andamento deste percurso, porque estas organizações foram movidas por motivos e inquietações que obviamente fugiam do isolamento do núcleo fabril.

Devemos estar cientes de que os organismos sobre os quais estavam conectados os trabalhadores de Fernão Velho, entre meados da década 1950 e início da década de 1960 (o Sindicato dos Trabalhadores e o Partido Comunista Brasileiro), conectavam-se a ordens e circunstâncias políticas (nacionais e internacionais): o que não significa que isto se seguia à

---

<sup>111</sup> Iniciada em 1943, tal como já salientamos.

risca, mas que o peso dos organismos centrais interferiu significativamente para a forma de ação dos organismos locais.

O Sindicato, por exemplo, estava atrelado ao controle estatal desde 1931, com a política de sindicalização, criada por Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, a qual foi estabelecida para vigiar e controlar os trabalhadores, mantendo-os sobre a política de conciliação entre o capital e o trabalho (ANTUNES, 1981). Esta mesma política continuava a reger-se também no período em que estudaremos.

Por isso, será muito comum nas reuniões sindicais de Fernão Velho a presença de Delegado Regional do Trabalho, representantes da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), políticos trabalhistas, pároco local, administradores da Fábrica Carmen, líderes do governo, entre outros.

A participação destes componentes da política alagoana, de membros da administração da fábrica e até mesmo do líder religioso local, faz com que tenhamos noção do nível de controle em que se estava submetido o Sindicato brasileiro à época, devido principalmente à política trabalhista, que se constituía do conteúdo paternalista, o qual abrigava o discurso da intervenção estatal e o uso do apoio do povo (classe trabalhadora) como peça fundamental para o crescimento da nação<sup>112</sup> (REZENDE, 1990).

Na verdade, este recurso de uso do povo foi um mecanismo utilizado para contenção dos movimentos e organizações dos trabalhadores brasileiros, pois “delimita o lugar da classe trabalhadora, periodiza e produz os espaços de atuação dos diversos agentes políticos” (Ibid., p. 52).

Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho abrigou parcela significativa da atuação do Partido Comunista Brasileiro em suas reuniões. Entretanto, esta presença não é específica da localidade, pois de acordo com Marco Aurélio Santana (2001, p. 89): “No período que vai de 1954 a 1964 veremos os comunistas trabalhando intensamente no movimento sindical brasileiro. Eles estarão na direção, em parceria ou isolados, das principais

---

<sup>112</sup> A política trabalhista iniciou no Brasil desde o primeiro governo Vargas (1930) e durou até o golpe militar de 1964.

instituições sindicais do país”. Este tempo transcorrido entre estes anos será marcado pela aliança do PCB com outros setores, principalmente com o progressista e o nacionalista<sup>113</sup>.

Assim sendo, abrigaremos em seguida um estudo sobre os mecanismos de organização dos operários dentro do núcleo fabril, buscando perceber as interferências surgidas tanto “de fora para dentro” e as possíveis influências que alguns líderes do movimento operário local exerciam “de dentro”, através do Sindicato dos Trabalhadores e/ou do Partido Comunista Brasileiro e pela formação de um espaço criado para o debate sobre as condições de trabalho, denominada pelos trabalhadores como Senado.

A representatividade da classe operária de Fernão Velho pode ser vista tanto no jornal comunista *A Voz do Povo*, nas Atas de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, como em depoimentos de trabalhadores.

Contudo, quando nos voltamos às falas de trabalhadores, às notícias e relatos do jornal comunista de âmbito estadual *A Voz do Povo* e às linhas e entrelinhas das Atas de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, percebemos que a realidade imposta pelas relações de trabalho (acusação de atos desumanos de mestres e contramestres, humilhações dentro do trabalho, pressões para que os operários trabalhassem aos domingos, ou para que fizessem horas extras ou chegassem ao trabalho antes do horário etc.), juntamente com as condições de vida (salário irrisório e com vários descontos, situação de quase miserabilidade denunciadas por trabalhadores), fogem muito do cartão-postal criado pela Fábrica Carmen.

Nesta seção tentaremos interpretar e dar vez e voz às organizações (institucionais ou não) dos trabalhadores, a fim de percebermos suas reações e reais condições de vida e trabalho na qual estavam postos, traduzidas como práticas de resistência da classe trabalhadora no núcleo fabril de Fernão Velho.

#### **4.1 Relato sobre as condições de vida operária no núcleo fabril de Fernão Velho**

Então a gente se criou com essa *mãe lagoa*, era muito bom, não faltava nada, era uma fartura nessa lagoa. O senhor chegava aqui 2 horas da tarde, o senhor via os homens com balaio de camarão, tudo vendendo na época [...] A

<sup>113</sup> Veremos com maiores detalhes na subseção pertinente à atuação comunista em Fernão Velho.

lagoa tão limpinha, tão limpinha, e a minha mãe quando não tinha o que comer, a minha dizia assim: vou na beira da lagoa tirar sururu. [...] ela levava um balaio e tirava sururu tudo assim, aí meus irmãos arrudiava... [...] não faltava nosso alimento porque a mãe lagoa era o dia todinho peixe passando.

[...] *Muita gente aqui, meu Deus, passava fome, nem farinha...* hoje em dia o povo conta papo: eu digo a verdade, porque a verdade é essa[...] (grifos nosso) (informação verbal)<sup>114</sup>.

Resolvemos iniciar esta subseção com a fala acima – referente a Dona Aidée, operária aposentada da Fábrica Carmen, nascida em Fernão Velho por volta de 1930 – para que tenhamos noção da verdadeira condição de vida dos trabalhadores de Fernão Velho, ou seja, buscaremos agora apresentar as contradições do discurso dos industriais sobre o suposto bom tratamento dos operários, comparando com alguns relatos dos que realmente viveram e trabalharam dentro do núcleo fabril.

Pudemos perceber na seção 3 deste trabalho que o real intuito dos industriais em manter moradia, lazer e serviços sociais para a classe trabalhadora, fazia parte de uma política de dominação e de propaganda da fábrica como acolhedora e responsável pelo bom abrigo do operariado. Porém, os depoimentos dos trabalhadores, algumas discussões encontradas no livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores desta indústria e no jornal *A Voz do Povo*, deixam muito claro como se dava a vida neste núcleo fabril: não era pintada tal como anunciavam os industriais.

Voltando à fala da operária, vê-se bem como esta dá ênfase à mãe lagoa como algo que ofereceu sustento a ela e à sua família. Em momento algum ela afirmará que o salário oferecido pela fábrica correspondia ao suprimento necessário à sua subsistência. Aliás, ela deixa evidente que: “a minha mãe, quando não tinha o que comer, dizia assim: vou na beira da lagoa tirar sururu”. E continua: “[...] Muita gente aqui, meu Deus, passava fome, nem farinha...”, afirmando que o sustento não era dado pelo salário pago pela fábrica – mesmo ela sendo empregada – mas pelo trabalho extra na lagoa para retirar sua alimentação.

Esta referência de Dona Aidée, todavia, nos mostra a importância da “mãe lagoa” para a sobrevivência dos operários, que não conseguiam receber em seu salário o mínimo para sua subsistência e de sua família, escancarando as reais condições de exploração sobre o

<sup>114</sup> Retirado de TRAMA da memória, tecitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008. Vol: 01. D. Aidée.

trabalhador. Portanto, o papel da lagoa Mundaú fora fundamental para suprir as necessidades básicas de alimentação negadas pelos industriais<sup>115</sup>.

Segundo o historiador Golbery Lessa (2008, p. 42): “as referências à simplicidade do cotidiano são constantes e denunciam a extrema pobreza dos trabalhadores e a falta de infraestrutura urbana da vila operária”. De acordo com a análise sobre as entrevistas dos operários, o historiador acima complementa que

A iluminação era deficiente nas ruas e na fábrica e inexistente nas residências; o transporte terrestre era precário (já que o trem não tinha uma frequência (sic) suficiente para suprir as necessidades e nem existia ramal para a parte alta de Maceió) e havia dificuldades de acesso à água potável e à lenha para a cozinha.

Entrementes, estes pontos apresentados pelo historiador desmentem a própria propaganda de uma política de higienização do trabalhador, divulgada pelos industriais, tanto que as falas dos operários são mostradas condições de vida bastante difíceis, pois se deparavam com grandes empecilhos para se locomoverem a outras localidades, não tinha saneamento de esgoto ou água encanada. Estas condições se contrastavam com frequente realização de festas, momentos de lazer e diversões públicas, todas financiadas pela administração da fábrica e organizadas com a participação dos próprios operários.

O depoimento da mesma trabalhadora, que afirma ter vivido situações de sobrevivência bastante complicadas – não somente ela como outros trabalhadores que chegaram, inclusive, a passar fome – se contradiz com sua mesma fala, dizendo que o patrão era muito bom. Como e por que encontramos esta dupla face nesta identidade de classe? Até onde funcionou o controle e o aparato ideológico da fábrica para contenção do proletariado? Quais os mecanismos que estes trabalhadores recorreram para driblar a verdadeira condição de vida historicamente imposta pela fábrica?

Parece-nos que as festas, juntamente com o fornecimento de casas e demais elementos discutidos na subseção 3.5 deste trabalho, estão incutidas na memória dos trabalhadores como compensação da exploração e da miséria. Talvez os mecanismos de organização da vida da classe trabalhadora soem como benesses do patronato, o que condicionaria, se assim o for,

---

<sup>115</sup> É possível, inclusive, que – além da perspectiva de isolamento – os industriais já tivessem isso em mente quando resolveram localizar a fábrica às margens da lagoa, devido à sistematização em que se dava à construção do núcleo fabril.

para esta perspectiva ambígua que os trabalhadores criaram para si, dentro de sua relação de identidade de classe. Veremos, portanto, como a resistência costumar-se estar concomitantemente atrelada a um posicionamento passivo frente às determinações da empresa.

Acompanhemos então, os depoimentos do operário Luís Gitaí, em *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), para que consigamos visualizar a ambiguidade assinalada acima. O interessante neste operário é seu posicionamento de enfrentamento contra as determinações dos industriais. Sua fala é sempre colocada em tom de resistência. Por exemplo, quando os industriais precisavam aumentar a quantidade de seu operariado, costumavam inserir mais de uma família numa mesma casa. Quando isto acontecia, o operário Gitaí respondia: “Na minha casa não. Na minha casa não aceito [...]. Na minha casa só eu de homem e de mulher minha mulher e de filhos, meus filhos” (informação verbal)<sup>116</sup>.

Em outra oportunidade, ele afirma o seguinte:

Está com quarenta anos que moro nesta casa. Fiz essa propriedade, esse terreno, esse sítio, tudo às custas do meu suor: trabalhando de dia à noite. E lutei, porque *com esse salário que eu tinha não dava para educar quatro filhos, nem educar os quatro filhos, que eu eduquei graças a Deus*. Eduquei quatro filhos nessa casa (Ibid.) (grifos nosso).

Sua postura de resistência e de denúncia da exploração dos industriais sobre o proletariado fica muito evidente tanto nestas falas, como em depoimentos de outros trabalhadores, que costumavam classificá-lo como um líder da classe. Contudo, este mesmo trabalhador afirmará no mesmo filme, que Fernão Velho era um lugar muito bom, um lugar onde existiam festas sublimes. De acordo com as palavras deste trabalhador:

[...] antes da greve tudo era aqui assim [sinal de positivo]. Pastoris, só do local mesmo eram dois, baianas, caboclo linho, chegança, duas cheganças, fora as brincadeiras que vinham de outros lugares, como do Norte, Coqueiro Seco, ali do Remédio, né? Baianas... era uma coisa sublime, tinha gosto de ir à festa [...]. Carnavais, nessa época que nós estamos, era época de a gente ta por aqui? Não. Era época de a Gente ta brincando, já começando a brincar. *Os quatro dias de carnava vocês não se lembrasse de nada na vida, só de Deus, porque era lindo, todo mundo brincava* (grifo nosso) (informação verbal)<sup>117</sup>.

<sup>116</sup> *Memória da Vida e do Trabalho*, 1986.

<sup>117</sup> Ibid., 1986. Parte deste mesmo depoimento também se encontra na subseção 3.6 deste trabalho.



Assim sendo, podemos concluir que as condições de vida e trabalho dos operários de Fernão Velho estavam em diálogo constante entre o pão e o circo, ou melhor, entre a miséria e suntuosidade das festas. Possivelmente, esta dupla face do problema gerou esta ambiguidade concomitante entre a resistência e a passividade dos operários.

A promoção das festas parece ter cumprido seu papel de aparato ideológico da fábrica, o que não significa dizer que estes trabalhadores fossem ingênuos ou que não tivessem consciência de seu papel de proletariado, mas sim, que estes se viram constantemente entrelaçados entre as reais condições e os espaços de compensação da miséria.

Sendo assim, buscaremos em diante apresentar nossa análise sobre alguns elementos de organização operária em Fernão Velho, que conviveram com esta dicotomia recíproca entre cooptação e resistência operária – ao menos através dos registros históricos que até então pudemos ter acesso – na representação dos interesses e identidade de classe. A nosso ver estas organizações ultrapassaram o plano do cotidiano para marcarem presença durante momentos históricos bastante emblemáticos no processo de organização e luta de classes neste território.

#### **4.2 Atuação comunista em Fernão Velho (1953-1962)**

É notória a presença de comunistas no núcleo fabril de Fernão Velho (tanto de operários locais como membros vindos de outras localidades para atuarem dentro deste núcleo fabril). No semanário oficial do Partido Comunista Brasileiro em Alagoas, *A Voz do Povo*, dirigido por Jayme Miranda<sup>118</sup>, é muito frequente matérias referentes a Fernão Velho e às lutas de classes lá existentes. Isto se explica pelo fato de este lugar abrigar a maior quantidade de operários do Estado de Alagoas, entre as décadas de 1940 e meados da década de 1960 e do conseqüente peso deste proletariado para as discussões políticas em âmbito estadual. Por isso, examinaremos nesta subseção as interferências comunistas sobre os operários deste núcleo fabril, entre o período de 1953 a 1962<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> Jaime Miranda, “no final da década de 1950 participa do processo de fundação dos Sindicatos de Jornalistas e Radialistas de Alagoas. Por sua participação, foi eleito presidente desse sindicato; em seguida dirigente nacional da categoria. O golpe militar interrompe sua carreira política e sindical, cassando-lhe o mandato de vereador, de dirigente sindical e os direitos políticos; passa a viver na clandestinidade em vários estados do país” (MAJJELA, 2005, p. 61).

<sup>119</sup> Tivemos acesso ao jornal *A Voz do Povo* correspondente ao período de 1954 a 1964, porém optamos por analisar até o ano de 1962, por conta do recorte temporal de nossa pesquisa, a qual visa finalizar em agosto de

Vale ressaltar que a relação do PCB com os operários têxteis de Fernão Velho coincide com o período (a partir de meados da década de 1950) em que os comunistas brasileiros tiveram papel decisivo na influência de boa parte do operariado nesta época, pois

mesmo com seu partido vivendo as agruras da ilegalidade, os comunistas desenvolveram um trabalho que ia do interior das empresas, com os ‘conselhos sindicais’, passando pela entidade sindical propriamente dita, até a criação das intersindicais que viverão seu apogeu ao longo do período (SANTANA, 2001, p. 100).

Ao adentrarmos nas discussões pertinentes às interferências comunistas em Fernão Velho, é necessário entendermos o quão é complicado trabalhar com tal assunto, porque apesar de encontrarmos vários registros da existência de comunistas neste núcleo fabril<sup>120</sup>, os trabalhadores entrevistados costumam desmentir este fato; alguns dizem não se lembrar ou afirmam não entender ou não gostar de se meter com política; outros enunciam preferir não comentar sobre estes assuntos.

Esta omissão ou receio em relatar sobre comunistas locais está umbilicalmente relacionado aos embates gerados após a Segunda Guerra Mundial, com a denominada “guerra fria”. Esta guerra representou o conflito político e ideológico das duas maiores potências mundiais pós-Segunda Guerra (URSS e EUA), as quais passaram a se confrontar pela hegemonia política do mundo. Os comunistas passaram a representar séria ameaça ao mundo capitalista e este embate iniciou “[...] um longo período de perseguição aos comunistas, tanto nos Estados Unidos, como nos países a eles alinhados ou subordinados” (SEGATTO, 1989, p. 66).

Os reflexos dessa perseguição internacional aos comunistas se farão de maneira quase imediata no Brasil, pois “já em 1946, o governo Dutra e diversos setores da classe dominante começaram a fechar o cerco com o objetivo de isolar o PCB e barrar seu crescimento”. Em 07 de maio de 1947 é cassado o registro do PCB e o partido volta à ilegalidade (Ibid., p. 67). Essa mesma ilegalidade acompanhará o PCB em praticamente todo o percurso de sua história política.

---

1962, mês em que houve a greve operária local, que durou três dias, que iremos discutir na última subseção deste capítulo.

<sup>120</sup> Dentre as matérias encontradas (em *A Voz do Povo*) sobre o núcleo fabril e o Sindicato dos trabalhadores de Fernão Velho, os assuntos mais comuns foram os debates sobre as eleições do sindicato, denúncias de injustiças na empresa contra os trabalhadores, greve (1956), vitórias trabalhistas dos trabalhadores, coação policial, entre outras.

Então, entende-se toda a omissão ou receio dos operários em discutir sobre a presença ou influência de comunistas em Fernão Velho da época. O processo de controle e repressão impostos pela fábrica, a propaganda midiática e os aparelhos estatais criaram vários mitos sobre comunistas, ao ponto de classificar qualquer contestador das condições da vida e/ou do trabalho como tal. Este processo faz com que entendamos o recuo nas afirmações dos entrevistados a respeito da atuação comunista neste núcleo.

Além disso, o fato de os entrevistados se apresentarem como simpatizantes do comunismo da época ou citar os membros de atuação afins pode soar como uma espécie de entrega dos possíveis companheiros de luta.

Ainda assim, conseguimos encontrar no relato de uma operária aposentada (com 82 anos de idade), que chegou ao núcleo fabril de Fernão Velho quando criança, por volta do início da década de 1940, acompanhada dos pais e avós, por terem sido expulsos das terras em que moravam, no município de Murici-AL. Esta operária afirma categoricamente a existência de comunistas na localidade, quando diz:

Comunista tinha: tinha uma par de comunistas aqui, um bocado. [...] Era o Sílvio, Zé Rosa, aqui em cima, que foi embora, seu José... uma turma de comunistas. [...] Vinha de fora pra cá também, faziam comício. Ainda deu uma briga na frente da fábrica; ainda houve briga e eles apanharam, apanharam muito pela polícia (informação verbal)<sup>121</sup>.

Outro trabalhador da Fábrica Carmen, Sr. Benedito Aguiar, que teve participações em direções do sindicato e da Caixa Beneficente local entre as décadas de 1950 e 1970, também afirma a existência de comunistas em Fernão Velho e de suas frequentes reuniões, dizendo, por exemplo, que Nilson Miranda (dirigente do PCB em Alagoas, eleito para vereador em Maceió, em 1962, tendo seu mandato cassado em 03 de abril de 1964) sempre andava por Fernão Velho: “[...] ele sempre vinha aqui: Jayme Miranda, Dirceu Lindoso, professor da gente, né. [...] Eles faziam reunião no sindicato e fazia a palestra na casa do Laranjeira. Laranjeira era preso quase todo mês [...]”(informação verbal)<sup>122</sup>.

Segundo Sr. Benedito Aguiar, o citado Laranjeira teria sido panfletário e vendedor de jornais comunistas neste núcleo fabril. Este operário, de acordo com as afirmações do

<sup>121</sup> SANTOS, Josefa Alves dos. **Josefa Alves dos Santos**: depoimento [13 nov. 2010]. Entrevistador: Ivo dos Santos Farias. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

<sup>122</sup> Trama da Memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL, 2008. Vol. 08.

entrevistado, foi bastante perseguido tanto pela direção da fábrica como pela polícia, ao ponto de ser demitido e expulso do núcleo fabril.

As descrições acima são bastante significativas porque nelas conseguimos visualizar claramente a fala sobre a existência de comunistas – não somente locais como vindos de outros lugares para fazer comércio e militância na localidade – e percebermos como estes eram reprimidos.

Segundo nossa primeira entrevistada, os comunistas apanharam e foram expulsos do núcleo. Apesar do tom exagerado que ela coloca, ao afirmar que todos foram expulsos do núcleo, podemos retomar com esse gesto o que havíamos afirmado acima sobre as dificuldades em trabalharmos com as fontes orais dos trabalhadores: a repressão dada aos comunistas inibe comentários ou discussões sobre este tema.

Mas, o que significa esta atuação comunista em Fernão Velho? Quais os propósitos e o direcionamento político dos comunistas em Fernão Velho? Quais os nexos deste tipo de articulação com a conjuntura nacional e internacional? De que maneira esta influência política do PCB representou um elo de resistência operária contra o controle patronal dado dentro deste núcleo fabril?

Primeiramente, temos que entender que em 1954, após seu IV Congresso, o PCB passa a se deslocar “[...] gradativamente de uma postura inicialmente militante e revolucionária para uma estratégia e um programa de reformas sociais moderadas e com objetivos a curto prazo” (CHILCOTE, 1982, p. 107)<sup>123</sup>.

Ou seja, nesta nova fase o PCB passou a defender uma diferente linha de atuação política, já que estabeleceu que as bases da revolução brasileira deveriam ser feitas na luta contra o imperialismo norte-americano e em oposição ao feudalismo brasileiro. O PCB passa assim a apoiar a burguesia nacional e defender a Constituição, sob o argumento de que a revolução brasileira só será possível com o desenvolvimento do capitalismo no país, pois era necessário romper os vínculos com a elite oligárquica tradicional e desprender-se do

---

<sup>123</sup> É importante ressaltar que a atuação do Partido Comunista Brasileiro, desde 1947, voltou a estar interligada às ordens do stalinismo soviético (Kominform), e o PCB se torna um partido dogmático e militarizado, sob o domínio ditatorial de seus dirigentes (CHILCOTE, 1982; SEGATTO, 1989; VINHAS, 1982). Esta postura prevalece até 1954. As consequências dessa política é a diminuição do número de militantes. Segundo Moisés Vinhas (1982, p. 130): “[...] dos 200.000 inscritos em 1947, o Partido Comunista se vê reduzido, no início da década de 50, a cerca de 20.000, ou seja, a 10% dos seus efetivos”. Isso fez com que o Partido repensasse seu posicionamento e suas propostas.

imperialismo internacional, comandado pelos EUA, para que o Brasil pudesse obter as bases de sua revolução social (SEGATTO, 1989).

Este posicionamento do PCB o fará sair do discurso radical para uma relação mais próxima com operários e com os trabalhistas (já em final de 1952), principalmente dentro das entidades sindicais. Em 1955, “[...] o PCB anunciara seu apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek para a presidência e João Goulart para a vice-presidência, na esperança de comprometer Kubitschek com a legalização do partido” (CHILCOTE, 1982, p. 115).

Dessa forma, este período em que os comunistas nacionais estiveram ligados às entidades sindicais e trabalhistas (entre meados de 1950 até 1964) representa a mesma época em que é manifesta a presença comunista no Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho. Isso coincide com o espaço de tempo que encontrarmos fontes escritas do movimento operário deste local: as edições do jornal *A Voz do Povo* estão compreendidas entre o período de 1954 a 1964; e o Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fernão Velho entre 1953 a 1964.

Assim sendo, a integração do operariado de Fernão Velho com o comunismo será muito evidente no período em que estudamos, tanto por suas condições internas (fábrica têxtil com maior número de operários do Estado de Alagoas, trabalhadores constantemente controlados, maus salários e más condições de vida e trabalho), como por conta da conjuntura externa, onde o Partido Comunista Brasileiro se apresentava sob o foco de defesa de uma política de atuação no movimento operário e sindical nacional, lutando por reformas sociais de base e se preparava para a participação eleitoral (Ibid., 1982).

Neste meio, um membro do PCB bastante envolvido na relação comunista em Fernão Velho foi o operário conhecido por Sílvio Lira. Encontramos vários registros de sua atuação tanto nas atas de reunião do sindicato de Fernão Velho, como no jornal comunista *A Voz do Povo*.

No ano de 1953, conseguimos localizar várias provas de sua participação nas reuniões do Sindicato de Fernão Velho. Chama-nos a atenção o fato de ele apresentar postura mais radical e de enfrentamento contra o posicionamento conformista de alguns sindicalistas (incluindo o próprio presidente do Sindicato).

Exemplo disso está na reunião de 02 de julho de 1953, quando estava em pauta a discussão do aumento salarial, na qual o presidente do sindicato se apresentava favorável à aceitação do aumento de 20% proposto pela diretoria da fábrica. Nesta ocasião, Sílvio Lira se mostrou contrariado, argumentando que este aumento era pouco para a época, pois seria necessário o aumento salarial de 40%. Nesse meio, o operário comunista conseguiu convencer a assembleia da necessidade de uma reunião com grande número de associados, em cuja pauta se discutisse este assunto.

Três dias depois foi realizada a assembleia extraordinária. Um fato que deve ser ressaltado é que a reunião não aconteceu na sede do Sindicato e sim no Recreio Operário, isto é, num espaço bem maior do que a sede do Sindicato dos Trabalhadores: o que mostra a participação e o interesse de grande quantidade do operariado nesta reunião, afirmando a necessidade da discussão do assunto para os membros daquela classe.

Porém, novamente o presidente do Sindicato defende o aumento de 20%, afirmando que essa seria uma atitude mais confortável, pois viria “sem lutas nem atropelos”, convencendo os presentes, que aceitaram a proposta.

É importante estarmos atentos ao fato de que nesta reunião sindical – assim como em várias outras – sempre encontramos o olhar vigilante do Delegado do Trabalho, do presidente da Federação dos Trabalhadores, dentre outros. É possível que estas presenças inibissem o posicionamento de enfrentamento dos trabalhadores; e essa mesma inibição pode ter feito com que as atas nos chegassem com algumas lacunas, já que em cada reunião era lida a ata da reunião anterior.

Outro detalhe importante, é a participação de Sílvio Lira na redação do jornal *A Voz do Povo*. Encontramos matérias suas em parceria com Jayme Miranda, Péricles de Araújo Neves, dentre outros comunistas de renomada atuação no Estado de Alagoas.

Localizamos uma matéria em *A Voz do Povo*, de 11 de junho de 1955, onde Sílvio Lira foi convidado pela reportagem do jornal para mostrar sua opinião sobre as eleições. A matéria é intitulada: Líderes Alagoanos opinam sobre as eleições.

Neste contexto, fica evidente a representação deste operário têxtil na militância comunista em âmbito estadual. Nesta matéria, Sílvio Lira defende “[...] uma plataforma que compreenda os interesses do povo. Será por um lado, um fracasso para o candidato que se

apresente ligado a grupos de política reacionários e entreguistas, que não inspirem o desejo do povo de nosso Estado”.

Assim, estes registros da atuação comunista do operário Sílvio Lira, tanto dentro como fora do núcleo fabril, aponta-nos práticas de resistência para com a política de isolamento para o controle patronal imposta aos operários. A relação de Sílvio Lira – como a de outros operários – com a política de esquerda nos serve de importante pista da resistência operária em Fernão Velho, na medida em que estes operários conseguiram driblar a política de isolamento social, estrategicamente criada pelo patronato a fim de conter o operariado dentro da disciplina de exploração e domínio sobre os mais variados aspectos de sua vida (CORREIA, 1998).

Dentre os comunistas de fora, podemos destacar Jayme Miranda<sup>124</sup>, político de reconhecida atuação em boa parte de Alagoas. Foi diretor estadual do PCB e do jornal oficial desse partido (*A Voz do Povo*), de 1953 até seu fechamento, em abril de 1964<sup>125</sup>. Segundo Golbery Lessa (2011): “O constante trabalho de esclarecimento político e jurídico, a personalidade equilibrada e a coragem pessoal transformaram Jayme Miranda num herói no meio operário bem antes de sua trágica morte”.

O peso da expressão comunista no meio operário alagoano (e em Fernão Velho) se tornara visível, quando em Assembleia Ordinária de 1960, “[...] Jayme Miranda foi cogitado para ser advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria têxtil de Fernão Velho (com uma base de 4.500 operários) [...]” (Ibid.).

Não se sabe bem se houve resistência da diretoria em aceitar Jayme Miranda para advogado ou se este não pôde assumir o cargo por outras obrigações:

[...] o certo é que Rubem Ângelo, um dos militantes mais cultos do PCB, foi aceito unanimemente como advogado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria têxtil de Fernão Velho pela assembleia de 26 de março de 1961. Essa nomeação foi efetivada no interior de uma insatisfação geral dos militantes sindicais com as atitudes políticas do antigo advogado, Paulo Jucá, acusado de causar desunião entre a diretoria e os trabalhadores. Rubem Ângelo já era advogado de várias entidades sindicais, o que demonstra a

<sup>124</sup> Este comunista também foi alvo de ameaças e perseguições, tanto que no início da década de 1950, foi “ferido em Fernão Velho por um policial a mando da direção da fábrica Carmen, do grupo Othon Bezerra de Melo” (MAJELLA, 2005, p. 61)

<sup>125</sup> “[...] nos períodos em que esteve fora do Estado, a editoria foi exercida por Nilson Miranda, seu irmão” (LESSA, 2011).

presença do PCB entre a classe trabalhadora alagoana como um todo. Pelo depoimento de um antigo líder operário de Rio Largo e pelos registros (nas atas das assembleias) das visitas constantes dos presidentes do sindicato têxtil daquele município ao sindicato de Fernão Velho nesse período sabemos também que os comunistas também estavam muito presentes entre os trabalhadores da Companhia Alagoana de Fios e Tecidos, junto de católicos progressistas e trabalhistas. O mesmo que se dava na fábrica Alexandria e, em determinado momento, na fábrica de Saúde (LESSA, 2011).

É durante a gestão do advogado Rubem Ângelo, no Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho, que haverá a greve das tecelãs, em 1962. Este fato marca a relação dos comunistas com as lutas trabalhistas neste núcleo fabril, como veremos na seção pertinente a esta greve (subseção 4.4).

Como já havíamos afirmado, Fernão Velho aparece como um importante espaço de discussões políticas na região de Maceió, entre as décadas de 1940 e 1960, devido à prosperidade de sua indústria e o conseqüente peso de seu proletariado. E foi isso o que criou as condições necessárias para o surgimento de comunistas na localidade, além da militância de tantos outros, vindos de fora, pois é inconcebível a compreensão de atos políticos sem conexão com a história e as condições materiais em que estão postos os indivíduos.

De acordo com Karl Marx e Friederich Engels, em *A Ideologia Alemã* (1977, p. 36, 37),

os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, (sic) etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.

Entrementes, dentre as interferências comunistas, podemos examinar três edições seguidas (16, 23 e 30 de março de 1958) sobre as eleições para presidente do sindicato de Fernão Velho, onde a redação do jornal apoia veementemente a reeleição do candidato Abelardo Cavalcante contra os outros três, alegando que estes últimos seriam candidatos da empresa. Na última das três matérias é apresentada a vitória do candidato defendido pelo jornal. Em 27 de abril do mesmo ano, é a vez de aparecer a matéria sobre a posse deste presidente, descrevendo detalhes da solenidade e dos seus participantes.

Essa relação próxima do jornal do Partido Comunista com os trabalhadores de Fernão Velho mostra-nos mais uma vez a sua inserção nas relações políticas deste operariado. Em *A Voz do Povo* podemos situar muito bem o envolvimento político dos comunistas com os



operários de Fernão Velho, os quais conseguem, até certo ponto, quebrar as barreiras impostas pela disposição de organização de sua vida e trabalho no núcleo fabril.

O que agora nos conviria saber é até que ponto seria possível a influência massiva do jornal comunista sobre as eleições para a presidência do sindicato de Fernão Velho, na qual foi eleito o candidato Abelardo Cavalcante, já que este jornal tanto enfatizou esta campanha.

Primeiramente, é preciso entendermos que à época era pequena a quantidade de trabalhadores alfabetizados, o que talvez descartasse a possibilidade de influência massiva do jornal (ao menos de forma direta).

Por outro lado, estamos analisando um espaço fabril no qual os trabalhadores tinham contatos muito próximos entre si, sendo coerente também imaginarmos que os que tinham acesso à leitura do jornal passassem a informação aos demais trabalhadores. Apesar de serem hipotéticas tais afirmações, entendemos que mesmo o jornal comunista não havendo influenciado os trabalhadores nesta decisão política da presidência do sindicato, ele estava em conexão com os desejos de representatividades eleitorais desta classe, o que mostra uma forte aproximação dos comunistas com o operariado de Fernão Velho.

Esse envolvimento do PCB com os operários de Fernão Velho neste período (1953-1962) não é um caso isolado. Nesta fase, os comunistas brasileiros estarão na vanguarda dos movimentos operários, inclusive em aliança com setores nacionalistas e progressistas. O PCB “[...] vai aumentar e consolidar sua atuação nos locais de trabalho, avançando sobre os sindicatos e, talvez com mais sucesso que em outros períodos de sua existência [...]” (SANTANA, 2001, p. 90).

Por outro lado, é importante sabermos que o PCB nesse contexto estava aclamando por sua legalidade frente ao sistema democrático então vigente: seu lema principal era a defesa da democracia e dos direitos constitucionais dos trabalhadores (Ibid.).

Esta política de conciliação de classes, ou seja, sem o discurso direto da revolução armada, se deu por sua concepção de revolução brasileira, onde predominava a luta pelo cumprimento da Constituição, o anti-imperialismo e o desenvolvimento da burguesia nacional, como já salientamos. Suas alianças com vertentes mais conservadoras da política nacional se fará como mecanismo de amenizar o enfrentamento direto com o Estado.

O estopim deste posicionamento político (chamemos reformista) do PCB se dá em 1961, quando é instituído um novo estatuto e um diferente programa para o partido, “[...] nos quais além de alterar seu nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, não são feitas menções à ditadura do proletariado e ao marxismo-leninismo” (Ibid., p. 97). Segundo Antônio Ozai da Silva (1987, p. 88), “a mudança não se daria só no nome, mas também nos estatutos, que se ajustariam às exigências do código eleitoral brasileiro”.

A apresentação e as breves discussões que até então foram feitas a respeito das interferências comunistas em Fernão Velho, serve-nos como ferramenta para discutirmos as práticas de resistência contra as barreiras criadas pela fábrica para contenção da classe trabalhadora. Esta presença comunista interferiu, portanto, sobre o cotidiano e as lutas de classes, na medida em que apresentou aos trabalhadores possibilidades de oposição ao cerco imposto pelos industriais.

O registro sobre a atuação comunista no núcleo fabril de Fernão Velho mostra-nos que os trabalhadores têxteis da fábrica Carmen não se encontravam a par das lutas políticas; ao mesmo tempo, esta integração nos indica a importância deste espaço para a formação política, social e histórica do Estado de Alagoas.

Portanto, esta breve apresentação do comunismo em Fernão Velho também foram postas para entendê-lo como importante motor político para a formação da identidade da classe operária de Fernão Velho, deixando influências, inclusive, no desembocar da greve de 1962, a qual será a subseção que fechará o raciocínio deste trabalho.

Por ora, analisemos um espaço chamado Senado, que denominamos de extra-institucional, criado pelos próprios trabalhadores como alternativa ao que até então fora instituído para lhes representar e/ou discutir suas causas e interesses.

### **4.3 Senado: um espaço extra-institucional**

O controle que os industriais procuravam manter sobre a vida do trabalhador no núcleo fabril se dava inclusive nos órgãos, espaços e/ou instituições criadas por e para o trabalhador. Porém os trabalhadores – dialeticamente – põem em xeque o domínio dos patrões sobre suas vidas, criando mecanismos extra-institucionais que se afastem do olhar patronal ou

do Estado. Em Fernão Velho foi criado um espaço denominado pelos próprios trabalhadores como Senado<sup>126</sup>.

Segundo o depoimento do operário José Freitas, no filme *Memória da Vida e do Trabalho* (1986), este local se dividia entre dois diferentes grupos de trabalhadores, os quais se apresentavam com interesses distintos.

[...] Um foi colocado num pé de trepadeira, muito bonitinho, iluminado por quatro lâmpadas. Ali se reuniam grupo de jovens e até de pessoas adultas, unicamente para tratar assim de assuntos de esportes, assuntos diversos, mas que não vinha afetar a vida da comunidade. Quando ao contrário, na outra que não era muito distante, era apenas uns vinte metros de uma para outra, ali sim, o que o pessoal naquela época chamava até *Senado*. Então o Senado acolheria ou acolhia “os pessoais” de baixo comportamento, aquelas pessoas revoltadas contra as determinações da empresa (grifo nosso) (informação verbal)<sup>127</sup>.

É provável que a busca por um espaço diferente do Sindicato dos Trabalhadores, por exemplo, no qual os trabalhadores discutiam seus interesses, provavelmente se deu porque este último esteve sempre muito vigiado e em alguns momentos cooptado, e os trabalhadores não conseguiam discutir e pôr em pauta seus reais interesses de classe, já que era constante o controle sobre as reuniões: como já foi dito, havia sempre delegado do trabalho e/ou outras autoridades nas reuniões, o que provavelmente inibia a participação mais ativa dos trabalhadores.

Talvez por isso, os trabalhadores criaram o Senado como espaço alternativo. Segundo depoimento do operário nomeado Luís Gitai (Ibid.):

Nós tratava com os companheiros sobre a política, agora política como? Sobre reajustamento de salário, quando a companhia não queria pagar; falava para o presidente do sindicato para fazer reuniões, ele não queria, nós obrigava, juntava com a turma, fazia com que ele fizesse a reunião para chegar um salário; às vezes a companhia pagava faltando em nosso ordenado. Chegava o ponto onde ninguém não poder fazer uma reclamação no escritório, e os vigias criminosos, vigias criminosos que vinha de fora, pra o operário não poder falar [...].

A fala acima deixa muito claro os propósitos do Senado em Fernão Velho. Este significava uma alternativa extra-institucional para a organização dos trabalhadores. É possível que tenha sido o espaço de encontro dos trabalhadores, onde se buscava até mesmo

<sup>126</sup> Ainda hoje este espaço existe, porém atua como lugar de encontro dos trabalhadores aposentados, para jogos de dominó, baralho etc.

<sup>127</sup> *Memória da Vida e do Trabalho*, 1986.

antes de se procurar o sindicato, o que não impede que este último tivesse papel de organismo de interesse da classe trabalhadora.

No Senado de Fernão Velho, os trabalhadores se apresentavam com maior autonomia, porque este – segundo o depoimento do trabalhador José Freitas – abrigaria (de fato) “aquelas pessoas revoltadas com as determinações da empresa”, as quais ele denomina pessoas de “baixo comportamento”, mas que na provávelmente seriam operários com maior conhecimento de seu papel na totalidade. Eram indivíduos que poderiam ou não estar vinculados ao Partido Comunista e/ou ao Sindicato.

Quando o trabalhador (Gitaí) afirma que ao procurar o presidente do sindicato e este se negar à realização da reunião para discutir assuntos de interesse dos operários, ele está colocando em pauta, tanto a cooptação do sindicato, como o fato de existir um local (ou locais) onde os trabalhadores tratavam de política e debatiam sobre seus direitos, sem precisarem conectar-se ao sindicato. Este espaço, portanto, era o Senado, ou seja, o local onde abrigava as pessoas “revoltadas contra as determinações da empresa”.

Entendemos que o Senado comportou o espaço mais autônomo e original dos interesses da classe trabalhadora de Fernão Velho, porque tampouco estava vinculado a nenhum órgão político-partidário ou instituição estatal representante da classe, nem esteve ligado aos ditames da empresa. O Senado compôs o quadro final da organização do operariado de Fernão Velho, por ter se mantido como organização não institucional que buscou alternativas para a luta de classes em Fernão Velho, a qual se concretizou sobre a Greve de 1962, que vemos adiante.

#### **4.4 A Greve de 1962**

Antes de entrarmos na greve propriamente dita, retomemos rapidamente as condições históricas sobre as quais ela brotou. A Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, desde 1943, esteve sob a gestão do grupo Othon, isto é, a administração do capital pertencente a esta indústria pertencia a um grupo empresarial que possuía empreendimentos (não somente têxtil) em vários estados do Brasil, o que nos dá uma noção do tipo de acumulação de capital ampliado que circulava na Fábrica de Fernão Velho. Esta indústria, portanto, passou a se tornar a maior produtora de tecidos do Estado de Alagoas a partir da

gestão da família Othon, chegando a possuir cerca de 5000 operários até os primeiros anos da década de 1960<sup>128</sup>.

Como já vimos, esta Fábrica era proprietária não somente dos meios de produção, mas praticamente de toda a estrutura material que mantinha a reprodução da força de trabalho. Ela era dona das casas, dos espaços públicos, além de responsável pela promoção das mais variadas necessidades cotidianas dos trabalhadores, pois mantinha e organizava festas, desfiles, assistências médico-hospitalares, comércio, entre outros, descontando-se todas essas “benesses” dos salários dos operários-inquilinos. Esta organização, sistematização, fixação e isolamento social da força de trabalho denominamos núcleo fabril.

Por outro lado, a classe trabalhadora de Fernão Velho não estava inerte nestas condições. Ela reagiu ao modo de dominação e às condições de vida e de trabalho sob as quais esteve colocada, organizando-se, discutindo e criando mecanismos de fundamentação de sua identidade, porque “na mesma medida em que a burguesia – isto é, o capital – se desenvolve, também o proletariado se desenvolve”. (MARX; ENGELS, 2003, p.19).

Com o desenvolvimento da burguesia, a classe trabalhadora começa a intensificar cada vez mais sua luta cotidiana, porque a classe industrial precisa ampliar constantemente seu capital, buscar fundos, conquistar mercados, enfraquecer a concorrência com os demais capitalistas que produzem em seu mesmo ramo etc., mas isso só pode ser feito aumentando a exploração sobre a classe trabalhadora, já que a ampliação de seu capital só se fará através do constante aumento de extração de mais-valia retirada do quantum de trabalho do proletariado. Segundo Karl Marx (2002, p. 81): “O lucro ou ganho do capital é absolutamente diverso do salário do trabalhador”.

Esta discussão teórica apoiada no materialismo histórico embasará a fundamentação de nossa análise sobre a greve de 1962 na Fábrica Carmen de Fernão Velho, que durou três dias e foi encabeçada pelas tecelãs por conta do aumento de número de maquinário para cada trabalhadora.

De acordo com *O Jornal de Alagoas*, de 25 de agosto de 1962 (p. 04),

Realizou-se a segunda reunião do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de Fernão Velho.

---

<sup>128</sup> Ver subseção 2.4 deste trabalho.

Dias passados os proprietários daquela indústria fizeram os operários trabalharem com seis teares, pois antes trabalhavam com quatro. Realizaram uma reunião no sentido para apelar para a classe patronal a fim de voltarem ao trabalho de antes e nada foi resolvido.

Anteontem o Senhor José Conrado, presidente sindical da classe, convocou uma assembléia e ficou certo o seguinte: se dentro de 48 horas não voltarem os operários ao trabalho com quatro teares, decretarão greve pacífica (sic).

Acompanhemos também a matéria do jornal *Gazeta de Alagoas* (25 de agosto, p. 06) sobre a Greve de 1962, intitulada Operários de Fernão Velho em Questão com a Fábrica. O jornal diz o seguinte:

Cada tecelã da fábrica de Fernão Velho trabalhava, comumente, com 6 teares, trabalho considerado, pelas mesmas, bastante pesado.

Em virtude disto resolveram apelar para o seu Sindicato. E, domingo passado, reunido em assembléia geral, e após ouvidas as operárias, ficou resolvido que se pleitearia, junto à direção da fábrica, a redução para quatro teares (sic).

A matéria do jornal segue dizendo que o presidente do Sindicato teria procurado a gerência da fábrica a fim de apresentar o problema. A fábrica apresentou a contraproposta de 5 teares por cada tecelã, o que não foi aceito pelo Sindicato. E prossegue a mesma matéria (Ibid): “Inesperadamente, e para surpresa de todos, carros da Rádio Patrulha estiveram durante a segunda e terça-feira passadas em Fernão Velho, como que à espera de algo de anormal ou para coagirem as operárias”.

Os operários ainda assim não recuaram em seu posicionamento, decretando greve até que se resolvesse voltar aos quatro teares. Com a paralisação da tecelagem, os demais setores foram obrigados a parar o trabalho.

Esta mesma movimentação pode ser acompanhada no livro de Ata de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho, quando em sessão ordinária de 19 de agosto de 1962, na qual estiveram presentes vários presidentes de Sindicatos de Trabalhadores do Estado de Alagoas, tal como o presidente da Fábrica Alexandria, da Fábrica de Rio Largo, do Sindicato dos Ferroviários, além do deputado estadual Henrique Equelman (PTB) e o advogado do Sindicato de Fernão Velho, Rubem Ângelo<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> A ata não se refere à quantidade de associados, mas uma entrevistada afirma ter poucos operários presentes à reunião por estarem com medo da repressão.

Nesta reunião, Rubem Ângelo, apresenta o problema do aumento da quantidade de teares para cada tecelã e complementa que o patrão deve entrar em acordo com os trabalhadores, aumentando seus salários. Finaliza sua fala com a subsequente sugestão: “não havendo nenhuma comunicação, as tecelãs não devem aceitar os 6 teares; aquele que aceitar estará contra o sindicato e seus próprios companheiros. O advogado alegou que as reivindicações só poderão trazer êxito se as tecelãs se afastassem do serviço”.

Toma a fala também Aurélio Cavalcante, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Alexandria, e declara que recentemente houve o mesmo problema em sua entidade, sendo resolvido de forma vitoriosa. Aconselha os trabalhadores de Fernão Velho a se unirem e lutarem por sua causa. As tecelãs complementam asseverando que não aceitariam mais do que 4 teares. O advogado do sindicato conclui que não se trata de greve, mas de um direito dos trabalhadores, pois só as tecelãs – que eram as prejudicadas – interferiam e não as demais sessões.

Ao final da reunião aceitou-se por unanimidade a proposta de que as tecelãs não trabalhariam até a próxima quarta-feira, dia 22 do corrente mês, se, dentro deste prazo, a gerência não tomasse as medidas estabelecidas pela assembleia.

No dia 22 de agosto de 1962, às 21 horas e 35 minutos é iniciada mais uma reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho, para dar continuidade às discussões apresentadas acima. Logo em seu início, o presidente do Sindicato da fábrica de Saúde (Ipioca-Maceió/AL) fala que já trabalhou na fábrica de Fernão Velho e que já conhecia de perto os métodos de trabalho nela implantados. Diz que em sua época trabalhava-se com 2 teares (para um homem ou para uma mulher), alegando que 4 já era muito, e 5 ou 6 seria absurdo. Enuncia que os trabalhadores deveriam se unir junto ao presidente do sindicato e ao seu advogado para vencer esta batalha. Além disso, afirma que o custo de vida subiu 75% e o salário continuava o mesmo. Finaliza seu discurso enfatizando que não são os cinco ou seis teares nem a Rádio Patrulha o que melhoraria situação dos trabalhadores, mas sim suas lutas e reivindicações.

Ainda na reunião, o advogado do Sindicato de Fernão Velho usa da fala para afirmar que depois de muita luta, a gerência da fábrica só tinha a oferecer 10% de aumento salarial, mas com a permanência dos 5 ou 6 teares. A situação não sendo aceita pelo advogado, foi uma

comissão, junto com este, para Recife a fim de apresentar a situação ao Sr. Alberto Bezerra de Mello, então proprietário da fábrica.

Neste encontro em Recife, com vários advogados e diretores da empresa, Rubem Ângelo apresentou-lhes a situação. Entretanto, Alberto Bezerra afirma que a fábrica estava em difícil situação econômica devido às reformas nela operada recentemente e que estas reformas foram realizadas para que a fábrica não viesse a padecer; continua seu pronunciamento afirmando que o aumento de teares seria benéfico para as tecelãs porque lhes daria a possibilidade de produzir mais e aumentar seus salários.

Nestas alturas, Rubem Ângelo apresenta o problema que as tecelãs enfrentavam, pois trabalhar com quatro teares era um serviço pesado, cinco era demais e seis correspondia à morte. Prossegue apresentando os pontos ilegais existentes dentro da fábrica: a) menores trabalhando com cinco teares e recebendo a verba pela metade da produção; b) horas paradas; c) tabela de preço; e d) alteração do número de máquinas. O advogado enfatiza que o direito dado pela jurisprudência diz que se houver alteração no número de máquinas é preciso que o patrão entre em acordo com o operário e o Sindicato, aumentando uma porcentagem acima do salário.

Após apresentadas estas reivindicações, o proprietário da fábrica não aceita o acordo, solicitando um prazo de trinta dias para resolver o problema. O advogado não consentiu a sugestão do industrial, justificando-lhe que a decisão exposta tinha sido resolvida em assembleia. Com o fim da exposição do advogado, as tecelãs falaram que não aceitariam mais 30 dias, pois já haviam esperado três e que parariam o trabalho na manhã seguinte. Ao fim da reunião, o advogado – junto a uma comissão – se dirigiu até a residência do gerente da fábrica (situada no próprio núcleo fabril), o qual disse que não poderia resolver nada. Este último pediu o prazo de 48 horas para se comunicar com Alberto Bezerra de Mello.

Ainda neste contexto, podemos observar a fala de Dona Zezinha<sup>130</sup>, uma operária que participou ativamente da movimentação grevista de 1962. Ela consegue descrever alguns importantes detalhes desta luta das trabalhadoras. Esta tecelã – que chegou inclusive a ser presa – conta-nos o seguinte:

---

<sup>130</sup> TRAMA da memória, tecitura (sic) do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008. v. 6: D. Zezinha. 1 DVD, son.,color.



[...] Nesse período todinho de trabalho, veja o que foi que nós passamos ali dentro. Na tecelagem trabalhava com quatro tear, depois passou para seis tear; uma pessoa só pra dá conta e acontecia muitas coisas. Cada um que vinha dizia uma coisa, aí começou aquela luta, aí fizeram uma reunião no Sindicato, aí eu fui pra falar pelas pessoas, porque isso a gente tem que saber que tem que falar a verdade, não a mentira. A verdade tem que ser dita. De tudo que se falou foi verdade, não foi nada de mentira. Aí, com poucos tempos, a fábrica com raiva mandou prender a gente. Mandou prender eu, a Zezé Cabral... eu sei que foram quatro mulheres [...]. a dona Maria, a Zezé, que já morreu. [...] só porque a gente falava o que tava acontecendo. Não falava assim da fábrica, dos gerentes, nem de ninguém, apenas a gente contava as nossas dores, o que tava ocorrendo; e por causa disso fizeram isso com a gente, a gente tava trabalhando e chegou, parou um carro na porta da fábrica e levou a gente. Lá a gente também continuava calada, chegava um dizia uma coisa, chegava outro dizia uma coisa, intimidando... não tinha nem o que dizer. O que a gente dizia era o que dizia aí, que não ofendeu ninguém, mas eles acharam que ofendeu. Aí ficamos lá [de frente ao quartel da polícia]. Aí a gente ficou lá, só caladinha, passamos três dias (informação verbal)<sup>131</sup>.

A fala apresentada acima deixa muito clara as condições insuportáveis de vida e trabalho em que estavam submetidas estas tecelãs, pois apesar de toda tentativa de controle e de inibição sobre o movimento grevista, as operárias conseguiram manter seu posicionamento. É importante frisar que estas operárias viviam exclusivamente do trabalho, da casa e do salário que a fábrica lhe oferecia e ainda assim mantiveram a resistência frente a imposição da fábrica. A mesma trabalhadora afirma que: “[...] Eu só fui porque houve incentivos e não tinha ninguém que quisesse ir, nem homem, nem os homens queriam ir, com medo, com medo. Eu disse: tá certo, eu vou. Aí fui eu, foi a Zezé e foi a dona Maria [...]” (Ibid.).

Segundo depoimentos de outros trabalhadores, com a paralisação da tecelagem, os outros setores foram obrigados a interromper seu funcionamento, o que gerou uma greve geral em toda a fábrica. O desfecho desta greve se deu com a vitória dos trabalhadores, pois eles permaneceram parados por três dias, até que os industriais resolveram acatar suas reivindicações. O operário Gitaí (MEMÓRIA, 1986) afirma que: “Quando nós terminamos a greve com três dias, o dono da fábrica falou em cima do prédio dele: vocês ganharam a greve, mas vocês vão se arrepender. Deste dia pra cá, Fernão Velho foi caindo, caindo, caindo, e está na situação desgraçada que está hoje [...]” (informação verbal)<sup>132</sup>.

<sup>131</sup> Trama da Memória, 2008. Vol: 06.

<sup>132</sup> Memória da Vida e do Trabalho, 1986.

A assertiva deste operário nos deixa muito clara a dialética entre a vida dentro e fora da fábrica, pois ele enfatiza a posição do patrão que diz que se por um lado os operários venceram a luta por melhores condições de trabalho através da greve; por outro lado sofreram com o descaso dos industriais pela administração da reprodução da força de trabalho. Isso se mostra evidentemente quando este operário acaba ostentando a fala do proprietário da fábrica e do território em que viviam, apresentando-lhes o “castigo” e o início do rompimento das relações extra-fábrica em Fernão Velho.

É importante ressaltarmos que o aumento do número de teares por trabalhador, na Fábrica Carmen, se deu por condições econômicas e políticas de alcance nacional e internacional, já que a indústria têxtil nordestina estava dentro de uma “divisão regional desigual”, onde o desenvolvimento acelerado da região Centro-Sul (liderada por São Paulo), mantinha o seu custo de produção para com a força de trabalho como o equivalente geral, o que determinou os limites e possibilidades de expansão das outras regiões (OLIVEIRA, 1981).

Isso fez com que a burguesia industrial nordestina fosse incapaz de gerir novas formas de valor e se mantivesse arraigada à economia algodoeira-pecuária, ao mesmo tempo em que a burguesia da região Centro-Sul, contrariamente, dissolvia sua relação com a economia agro-exportadora. Este fato deu maior autonomia aos industriais da região hegemônica brasileira e condicionou maior subordinação dos industriais do Nordeste ao equivalente geral posto por ela. Ou seja, esta relação gerou a gradual decadência da indústria têxtil nordestina, na medida em que se intensificou a entrada das mercadorias produzidas pelo Centro-Sul na região Nordeste, devido ao fato de estas serem produzidas com custo equivalentemente menor (Ibid.).

Estas mudanças obrigaram aos industriais têxteis nordestinos a intensificar o trabalho da classe operária dentro das fábricas para que estas pudessem manter-se no mesmo patamar que as indústrias da região Centro-Sul. Esta iniciativa estimulou os trabalhadores do Nordeste a lutar contra a super-exploração dos industriais frente às condições que se dispunham. Assim, o acréscimo de teares por trabalhador da Fábrica Carmen no início dos anos sessenta representa justamente a pressão de produzir mais em menos tempo e com as mesmas máquinas, ou melhor, de intensificar ainda mais a pressão produtiva da força de trabalho.

Estas condições geraram a greve das tecelãs de Fernão Velho, em 1962, marcando a resistência operária em contraponto ao domínio e a exploração em que se mantinha.

Além disso, a partir da estruturação político-econômica nacional iniciada durante a segunda metade da década de 1950, onde há a substituição da industrialização tradicional (encabeçada pela indústria têxtil) pela indústria pesada (principalmente automobilística), para a qual há fortes incentivos oriundos do Programa de Metas (1956-1960), os incentivos econômicos brasileiros deixarão de beneficiar as indústrias tradicionais, pois passa a destacar a indústria automobilística como principal ponta de desenvolvimento nacional (CANO, 1985).

Portanto, entendemos que a Greve das Tecelãs de Fernão Velho, em 1962, enquanto consequência das condições históricas em que estava inserida, representa um importante marco na história da maior indústria têxtil alagoana (Fábrica Carmen), na medida em que esta resistência representou o estopim da exploração oriunda da pressão exercida pela necessidade de produção por conta da concorrência com as fábricas têxteis do Centro-Sul.

## 5 CONCLUSÃO

A lógica industrial e capitalista instalada nos núcleos fabris existentes em boa parte do mundo buscou – através de sua política de contenção, vigilância e higienização (física e mental) – ocupar o tempo livre da classe trabalhadora, a fim de que essa lhe rendesse o máximo possível durante a produção. Os industriais que aderiram a este sistema procuraram manter um clima ordeiro e de obediência, evitando, concomitantemente, conflitos de trabalhadores entre si e/ou entre trabalhador e patrão (CORREIA, 1998).

Seguindo este raciocínio, a construção do núcleo fabril de Fernão Velho constituiu um tipo de padrão de dominação patronal vigente em vários locais, na medida em que possuiu traços em comum com vários outros núcleos fabris em sua forma de administração do tempo livre da classe trabalhadora, já que sua política fornecia ao trabalhador os serviços sociais básicos, tais como: moradia, lazer, escola, recreação, Igreja, cinema, esporte etc., tudo descontado diretamente dos salários (na folha de pagamento), ou seja, os industriais de Fernão Velho adotaram um tipo de organização sobre a vida extra-trabalho dos operários, a qual trazia para a classe patronal a responsabilidade geralmente ofertada pelo Estado capitalista, correspondente à reprodução da força de trabalho.

Neste contexto, chegamos à conclusão de que a classe trabalhadora de Fernão Velho não aceitou passivamente estes mecanismos de controle. Ela não esteve pronta a acatar os mandos e desmandos dos industriais, pois conseguiu enxergar além do que os industriais tentaram fazer com que enxergassem.

Na última seção, pudemos perceber na fala de alguns operários, a denúncia de exploração e miséria em que eles estavam submetidos, o que soava como contraposição à propaganda feita pelos industriais de que estes lhe ofereciam bom tratamento. Também, ficou evidente a relação e/ou inserção de alguns operários com o Partido Comunista Brasileiro (maior partido de esquerda até então existente no país).

Esta participação de operários de Fernão Velho no PCB representa, na verdade, uma importante prática de resistência para com um dos principais mecanismos de dominação específica no núcleo fabril: o isolamento geográfico e social. Essa proposta de isolamento sistematicamente colocada pelos industriais, buscava afastar os operários de qualquer tipo de inserção ou contato político não conivente à proposta de conciliação entre classes. Entretanto,

em Fernão Velho registrou-se tanto a presença de militantes locais, como de lideranças políticas de esquerda de importante atuação em âmbito estadual.

Esta aproximação e participação direta de operários de Fernão Velho com a militância comunista foi por conta do apogeu de sua indústria têxtil (a maior do Estado de Alagoas, entre as décadas de 1940 e 1960) e pelo conseqüente peso político de seu proletariado. O núcleo fabril de Fernão Velho esteve em evidência em várias edições do jornal semanário do PCB em Alagoas (*A Voz do Povo*), o que se deu por conta da proposta nacional do partido de envolvimento de seus militantes e pelo envolvimento político do operariado de Fernão Velho.

Assim sendo, acreditamos que este trabalho venha contribuir de forma significativa aos futuros estudos sobre as formas de dominação e resistência do operariado, não só de Fernão Velho, mas de Alagoas como um todo, na medida em que trazemos aqui fontes e investigações até então inéditas para a história e a sociedade alagoana.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: 2002** informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: 2002** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2006. 157p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Evolução da política comercial no Império. In: \_\_\_\_\_. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 151-172.
- ANDRADE, Maria do Carmo. **Othon Bezerra de Mello**. Recife, 2005. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=189&Itemid=194tr](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=194tr)> Acesso em: 25 nov. 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: brasiliense, 1981.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985. 335p.
- CANDAL, A. (Org.). A indústria brasileira: diagnósticos e perspectivas. In: VERSIANI, Flávio Rebelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.). **Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização: período republicano**. São Paulo: Saraiva, 1977.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho tradição e história. **O Jornal**, Maceió, 17 jan. 1999. Caderno de cultura, p. B/4, B/5.
- COMPANHIA Alagoana de Fiação e Tecidos. Produção de Meridional Films. [s.l.], 195?. 1 DVD (16 min). son., preto e branco.
- CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas: Papyrus, 1998. 320p.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e Lazer: a organização do tempo livre da família operária pela fábrica. In: **Lasa2010**, 2010, Toronto. Lasa 2010 Congress Paper Archive, 2010. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/4409.pdf>. > Acesso em: 23 abr. 2011.

DUARTE, Abelardo. **Dom Pedro II e dona Teresa Cristina em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1979.

ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008. 388p.

Fernão Velho vila sem transporte. **A voz do povo**, Maceió, 09 mar. 1958, p. 02.

FERREIRA, Jaqueline . **Programas Sociais e Lutas de classes no Brasil**. In: III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Programa%20sociais%20e%20luta%20de%20classes%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 12 set. 2011.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens até os nos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982. 416p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 315p.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília; Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988. 623p.

\_\_\_\_\_. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LEITE LOPES, José Sérgio. et al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série estudos sobre o Nordeste; v. 5). p. 41-98.

LESSA, Golbery. **Trama da memória, urdidura do tempo**: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. Maceió. No prelo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Principais momentos da história do PCB em Alagoas**. Maceió, 2011. Disponível em < <http://pcbalagoas.blogspot.com/2011/10/artigo-principais-momentos-da-historia.html>> Acesso em: 10 nov. 2011.

Líderes alagoanos opinam sobre as eleições. **A voz do povo**, Maceió, 11 jun. 1958, p. 04.

LINDOSO, Dirceu. Ruptura e continuidade na cultura alagoana. In: \_\_\_\_\_. **Interpretação da Província**: estudo da cultura alagoana. 2.ed. Maceió: EDUFAL, 2005. p.57-92.

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1953-1964.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: EDUFAL, 2009.

\_\_\_\_\_. **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007. 186p.

MAJJELA, Geraldo de. Comunismo em família. In: \_\_\_\_\_. **Novos Rumos**. São Paulo, ano 20, n. 44, p. 60-64, 2005.

MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas**. Brasil: Edição FAC-SIMILAR, 1922. 215p.

MARX, KARL; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: I – Feuerbach**. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977. 138p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198p.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. Livro 1, v. 1, 301p.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b. Livro 1, v. 2, 306p.

\_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 65p.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min). son., color.

NERI, Gustavo; SALDANHA, Alberto. **A indústria têxtil, o Decreto 19 739 e a Legislação Trabalhista**. Maceió. No prelo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132p.

\_\_\_\_\_. O processo de industrialização a partir dos anos 50. In: \_\_\_\_\_. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: editora brasiliense, 1987. p. 41-62.

Relatório dos negocios sociaes da Companhia União Mercantil, relativo ao ano de 1924, para ser apresentado, em assembléa Geral de Acionistas, no dia 07 de Abril de 1925. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Maceió, 04 abr. 1925. p. 07.

RELATÓRIOS DA COMISSÃO DA FESTA DE NATAL, ANO NOVO E DIA DE REIS. Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1970.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo editorial; Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Algodão: cultivo e indústria. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970. p. 53-69.



SANTOS, Josefa Alves dos. **Josefa Alves dos Santos**: depoimento [13 nov. 2010]. Entrevistador: Ivo dos Santos Farias. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Sem horário as lotações de Fernão Velho. **A voz do povo**, Maceió, 12 jan. 1958, p. 01.

SILVA, Antônio Ozai. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. 2 ed. Proposta Editorial: São Paulo, 1987).

SILVA, João Rogério da. **João Rogério da Silva**: depoimento [27 jan. 2011]. Entrevistador: Ivo dos Santos Farias. Maceió, 2011. 1 DVD. Color.

SILVA, Maria das Dores Quirino da. **Maria das Dores Quirino da Silva**: depoimento [18 fev. 2011]. Entrevistador: Ivo dos Santos Farias. Maceió, 2011. 1 CD sonoro.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. 479p.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil**: 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979. 272p.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2.ed. Curitiba: HD Livros, 1996. 207p.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

TRAMA da memória, tecitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió / AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008. v.11: Iconografia e fotos de Fernão Velho. 1 DVD.

\_\_\_\_\_. v. 1: D. Aidée. 1 DVD, son.,color.

\_\_\_\_\_. v. 02: Sr. Manuel Lourenço. 1 DVD, son., color.

\_\_\_\_\_. v. 04: Sr. João Venâncio. 1 DVD, son., color.

\_\_\_\_\_. v. 06: D. Maria José (D. Zezinha). 1 DVD, son., color.

\_\_\_\_\_. v. 7: D. Maria de Lourdes. 1 DVD, son., color.

\_\_\_\_\_. v. 9: Sr. José Veríssimo. 1 DVD, son., color.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.